

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA E TEOLOGIA
MESTRADO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO

O PROFETA DE BENGALA:
AÇÕES PROFÉTICAS DE
DOM ANTONIO RIBEIRO DE OLIVEIRA,
ARCEBISPO METROPOLITANO DA
ARQUIDIOCESE DE GOIÂNIA (1986-2002)

Ronaldo Manoel da Silva

GOIÂNIA

2007

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA E TEOLOGIA
MESTRADO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO

O PROFETA DE BENGALA:
AÇÕES PROFÉTICAS DE
DOM ANTONIO RIBEIRO DE OLIVEIRA,
ARCEBISPO METROPOLITANO DA
ARQUIDIOCESE DE GOIÂNIA (1986-2002)

Dissertação apresentada ao
Programa de Mestrado em
Ciências da Religião da
Universidade Católica de Goiás
(UCG) para obtenção do grau de
mestre.

Orientador: Prof. Dr. Joel Antônio
Ferreira

GOIÂNIA

2007

DISSERTAÇÃO DO MESTRADO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO DEFENDIDA
EM 27 DE ABRIL DE 2007
E APROVADA COM A NOTA 9,5 (NOVE INTEIROS E CINCO DÉCIMOS)
PELA BANCA EXAMINADORA

1) Dr. Joel Antônio Ferreira / UCG (Presidente) Ferreira

2) Dra. Zilda Fernandes Ribeiro / UCG (Membro) Zilda Fernandes Ribeiro

3) Dr. João Batista Pereira de Queiroz / UCB (Membro)

João Batista Pereira de Queiroz

Este trabalho é dedicado ao meu pai, Silso Cardoso dos Santos, por honrar com humildade e trabalho a sua paternidade, mesmo sendo pai adotivo; à minha mãe, Olga Miquelante dos Santos, por fazer do trabalho e do cuidado – sem as “logias” acadêmicas, com todo respeito a estas – os mais eficientes instrumentos de educação dos filhos; e a Dom Antonio¹, por ser, de um jeito particular, anunciador de um mundo melhor e, sobretudo, por defender e buscar de fato a dignidade e a justiça aos empobrecidos.

¹ Gramaticalmente, “Antonio” é acentuado (“Antônio”), por ser uma palavra paroquissítone, terminada em ditongo crescente – todas são acentuadas. Mas aqui será conservada a forma usada nos documentos pesquisados, sem acento, portanto. Quando vir acentuada, será considerada errada, mesmo sendo gramaticalmente certa.

AGRADECIMENTO

Inicialmente todo agradecimento é direcionado a Deus, por condensar tudo que se chama de amor, justiça, esperança, paz... e por ser eterno motivo de utopia para todo ser humano positivamente sonhador. Também ao principal objeto de estudo desta dissertação, Dom Antonio Ribeiro de Oliveira, pela amizade, pelo companheirismo, por defender as causas humanas e maiores e os que delas mais precisam os empobrecidos, como ele mesmo acostuma dizer... (Ah, também por ele, Dom Antonio, ser bispo).

Com semelhante respeito, todo agradecimento ao atual Arcebispo de Goiânia, Dom Washington Cruz. Ao digníssimo Reitor da Universidade Católica de Goiás, Prof. Wolmir Therezio Amado, ao Pró-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa, Prof. Dr. José Nicolau Heck, e ao Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião, Prof. Dr. Alberto Moreira da Silva.

Aos digníssimos professores do Mestrado, a quem muito devo: Valmor da Silva, Haroldo Reimer, Carolina Teles Lemos, Irene Dias de Oliveira, Zilda Fernandes Ribeiro, Luigi Schiavo e Joel Antônio Ferreira. A este, por ter sido também meu orientador – exigente e “cobrador!”, com responsabilidade e diálogo –, digno desse nome, e por ter se tornado um amigo de primeira grandeza. Aos colegas de aula, com cuja amizade muito aprendi. À Geyza Pereira, Secretária do Programa. E aos amigos-irmãos José Hílton Bezerra, amigo de toda hora e Agnaldo Divino Gonzaga, pela correção gramatical deste trabalho e idéias importantes sobre o mesmo. Às amigas de trabalho e de todas as horas: Divina Márcia Coelho, Lidiany Batista Damascena, Terezinha Cirilo Nunes dos Santos e José Vicente Guimarães.

Também um agradecimento a todos e todas que, prestativamente, cederam entrevistas a mim, fazendo-se, assim, co-participantes deste trabalho. E, por fim, um agradecimento especial a todos e a todas que já faleceram: Dom Fernando, Dom Emanuel... E, nas pessoas destes, todas as lideranças, católicas ou não, que contribuíram para que a estruturação humana e institucional da Arquidiocese se fizesse como está. E que esta possa assim continuar: numa busca constante de vida em abundância para todos, na justiça, na fraternidade, na esperança do Reino de lá, que começa cá, no dia a dia, no pé no chão, no arroz com feijão.

“(Dom Antonio:) Pastor de cajado,
sempre ‘cojeando’ (mancando),
arrastando a perna e a saúde,
mas que chega sempre até o final do compromisso,
que não se nega ao serviço em nenhuma hora”
(Pedro Casaldáliga).

“Guardai o direito e fazei a justiça
porque minha salvação está próxima de chegar
e minha libertação de revelar-se.
Feliz o humano que faz isto,
o mortal que nisto se mantém firme”
(Is 56, 1-2a).

RESUMO

SILVA, Ronaldo Manoel da. *O Profeta de Bengala: ações proféticas de Dom Antonio Ribeiro de Oliveira, arcebispo metropolitano da Arquidiocese de Goiânia (1986-2002)*. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2007.

Neste trabalho de pesquisa, buscou-se analisar as ações proféticas de Dom Antonio Ribeiro de Oliveira, enquanto arcebispo metropolitano da Arquidiocese de Goiânia. Dividida em três capítulos, a dissertação traz, no primeiro, elementos históricos dessa Arquidiocese, partindo da presença dos primeiros colonizadores que foram ocupando a região. No segundo, o referencial teórico: as mediações bíblico-teológicas e a ótica sociológica, valendo-se de clássicos da sociologia da religião e, particularmente, de Otto Maduro. No terceiro capítulo buscou-se definir, com detalhes, determinadas ações pastorais de Dom Antonio, e por que estas podem ser consideradas proféticas, valendo-se do referencial trabalhado do capítulo anterior. Por fim, na conclusão procurou-se comprovar a hipótese apresentada inicialmente. E considerando as circunstâncias histórico-social e eclesial da Arquidiocese – que influenciaram Dom Antonio em suas atividades pastorais – e a partir do referencial adotado, pode-se afirmar que ações suas caracterizam-se como proféticas. Como tais, essas ações influenciaram também na formação histórico-social e eclesial da sociedade em que viveu e atuou como Arcebispo.

Palavras-chave: Dom Antonio, Arquidiocese, TdL, ações proféticas, religião, campo religioso, Igreja, profeta, unidade e continuidade, comunhão e participação.

ABSTACT

Silva,Ronaldo Manoel da. The Prophet with a cane: prophetic actions of Dom Antonio Ribeiro de Oliveira, metropolitan archbishop of Goiânia (1986-2002). Dissertation (Master's degree in Religious Sciences) – Catholica University of Goiás, Goiânia, 2007.

In this research paper, I try to analyse the prophetic actions of Dom Antonio Ribeiro de Oliveira when he was Metropolitan Archbishop of Goiânia. The dissertation is divided into three chapters, the first presents historical elements of the Archdiocese of Goiânia, starting with the presence of the first colonizers who reached the region. In the second chapter, the theoretical references are presented: biblical and theological foundations and a sociological overview, using classics of sociology of religion, especially works of Otto Maduro. In the third chapter I try to define in detail why certain specific pastoral acts of Dom Antonio can be considered prophetic, using the references exposed in the previous chapter. Finally, in the conclusion I try to prove the hypothesis presented in the beginning. Considering the historical, social and ecclesial circumstance of the Archdiocese, which influenced Dom Antonio in his pastoral activity it is possible to affirm that his action can be characterized as prophetic, using the referentials adopted. Those acts also influenced the historical, social and ecclesial formation of the society in which he lived and worked as Archbishop.

Key words: Dom Antonio, Archdiocese, Liberation Theology, prophetic acts, religion, the field of religion, Church, prophet, unity and continuity, communion and participation.

SIGLAS

CEBs: Comunidades Eclesiais de Base

CNBB: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CPC: Conselho Pastoral da Comunidade

CPP: Conselho Pastoral Paroquial

CPT: Comissão Pastoral da Terra

SECOM: Centro de Educação Comunitária de Meninos e Meninas

JAC: Juventude Agrária Católica

JEC: Juventude Estudantil Católica

JIC: Juventude Independente Católica

JOC: Juventude Operária Católica

JUC: Juventude Universitária Católica

PT: Partido dos Trabalhadores

SGC: Sociedade Goiana de Cultura

SINTEGO: Sindicato dos Trabalhadores da Educação do Estado de Goiás

TdL: Teologia da Libertação

UCG: Universidade Católica de Goiás

UDR: União Democrática Ruralista

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA.....	02
AGRADECIMENTO.....	03
EPÍGRAFE.....	05
RESUMO.....	06
ABSTRACT.....	07
SIGLAS.....	08
SUMÁRIO.....	09
INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO 1 – ELEMENTOS HISTÓRICOS DA ARQUIDIOCESE DE GOIÂNIA.....	16
1.1 Pré-história da Arquidiocese de Goiânia.....	17
1.2 Dom Fernando Gomes dos Santos, o primeiro arcebispo.....	25
1.2.1	
Organização.....	25
1.2.2 Pastoral profética.....	29
1.3 Dom Antonio Ribeiro de Oliveira, o segundo arcebispo.....	34
1.3.1 História de um pastor.....	35
1.3.1.1 Infância, família e vocação.....	35

1.3.1.2	O padre e o bispo Dom Antonio Ribeiro de Oliveira.....	37
1.3.2	Linha pastoral.....	39
1.4	Síntese e perspectiva.....	46

CAPÍTULO 2 – PROFETA E PROFETISMO NA LIBERTAÇÃO LATINO-AMERICANA.....

2.1	Mediações bíblico-teológicas.....	49
2.1.1	Mediações bíblicas.....	49
2.1.2	Mediações teológicas.....	53
2.1.2.1	O Concílio Ecumênico Vaticano II.....	53
2.1.2.2	Uma teologia latino-americana da libertação.....	55
2.1.2.3	Uma cristologia da libertação.....	57
2.1.2.4	A eclesiologia latino-americana da libertação.....	58
2.2	A Ótica sociológica.....	60
2.2.1	Religião: grupo social estruturado e de sentido prático.....	62
2.2.2	Campo religioso: autonomia para tornar a vida boa e longa.....	65
2.2.3	Igreja: conjunto estruturado do campo religioso.....	66
2.2.4	Profeta segundo Max Weber, Pierre Bourdieu e Otto Maduro.....	69
2.3	Síntese e perspectiva.....	74

CAPÍTULO 3 – AÇÕES PROFÉTICAS DE DOM ANTONIO RIBEIRO DE OLIVEIRA, ARCEBISPO METROPOLITANO DA ARQUIDIOCESE DE GOIÂNIA.....

3.1	Dom Antonio, Arcebispo: continuar para libertar.....	77
3.1.1	Unidade e continuidade.....	77
3.1.2	Espiritualidade comunitária, libertadora.....	80

3.2 A Arquidiocese em tempos de Dom Antonio: profecia de comunhão e participação.....	83
3.2.1 Ações de movimento profético: a instituição a serviço da justiça.....	83
3.2.2 Ações proféticas de comunhão e participação.....	88
3.3 Síntese e caracterização das ações proféticas de Dom Antonio.....	102
CONCLUSÃO.....	110
REFERÊNCIAS.....	114

INTRODUÇÃO

O presente trabalho, “O Profeta de Bengala: ações proféticas de Dom Antonio Ribeiro de Oliveira, arcebispo metropolitano da Arquidiocese de Goiânia (1986-2002)”, tem como objetivo comprovar que Dom Antonio teve ações proféticas durante o tempo em que esteve à frente da Arquidiocese de Goiânia, segundo o referencial adotado.

Está dividido em três capítulos: o primeiro, sobre sua realidade histórica; o segundo, sobre “Profeta e profetismo na libertação latino-americana”; e o terceiro traz o próprio subtítulo deste trabalho: “Ações proféticas de Dom Antonio Ribeiro de Oliveira, arcebispo metropolitano da Arquidiocese de Goiânia”.

O objetivo do primeiro capítulo não tem a pretensão narrar em detalhes tudo que constitui a história da Arquidiocese. Foram vistos os elementos que se julgou básicos para uma breve história eclesial da Arquidiocese, partindo do princípio, da história do Estado de Goiás, da exploração econômica, das injustiças sociais, da ação da Igreja na região, da criação da antiga Diocese de Goiás, depois de sua Arquidiocese e, por fim, da Arquidiocese de Goiânia. Em seguida é aprofundado um olhar mais detalhado sobre as atividades de Dom Fernando, o primeiro arcebispo, que estruturou a Arquidiocese, organizou a pastoral, dando a esta uma linha de características proféticas, segundo o conceito de profeta comum à época. Depois, com mais detalhe ainda, seguem

dados sobre a vida e atividades de Dom Antonio: sua família e religiosidade, sua formação, seus primeiros trabalhos como padre, sua sagração episcopal, seu pastoreio em Ipameri, suas atividades dentro e fora da Igreja arquidiocesana. Desde cedo atuou na educação como professor, secretário escolar, membro de conselho. Ajudou a articular a Ação Católica e aprendeu muito com Dom Hélder, como ele mesmo afirma. Conviveu anos com dom Fernando, que também o elogiava. Sobre sua linha pastoral, parecia nem tão explícita inicialmente. Como auxiliar, foi um elo de ligação entre Dom Fernando e o clero, um ponto de convergência por 14 anos, numa diocese imensa. Como bispo de Ipameri, cidade interiorana, diferente, já procurava ler a realidade à luz da Bíblia, bem ao ritmo das CEBs. Ao lado de Dom Fernando, buscou cumplicidade e responsabilidade por quem acumulava admiração e amizade. Falecendo Dom Fernando, segue Dom Antonio. Seu intento, continuar Dom Fernando, com trabalho colegiado, privilegiando a comunidade, na unidade e na participação. Acreditou nas CEBs, incentivou a vida religiosa nas comunidades inseridas, a coordenação pastoral representativa, incentivou o protagonismo dos leigos, freou movimentos conservadores. Tornou as estruturas da arquidiocese participativas, articulou as redes de comunidades, fortaleceu a SGC, apoiou movimentos populares e denunciou com a força da palavra, sua grande arma no combate às injustiças e anúncio da esperança.

O segundo capítulo procura dar condições para melhor se compreender o sentido de profeta e profetismo. Para isso, trás dois viés, duas óticas com as quais se deve olhar e interpretar toda realidade e reflexões que envolvem o tema profeta e profetismo: a teológica e a sociológica. Na primeira, trata das mediações bíblicas e teológicas. Nas bíblicas, valoriza-se muito o fato, a ação de Deus que transformou a realidade de seu povo; nas teológicas, tem-se em vista as reflexões sistemáticas dos acontecimentos e direcionamentos

eclesiais: a importância do Concílio Ecumênico Vaticano II, das conferências episcopais latino-americanas, da TdL, da nova compreensão de Jesus Cristo e do “modelo”² de Igreja que foi se consumando a partir de todos esses condicionamentos.

No que tange à ótica sociológica, foi encaminhado, em primeira mão, um dado importante: a diferença dessa ótica com qualquer outra: a sociologia explica os fenômenos sociais baseada em outros fenômenos sociais, não em idéias de sobrenaturalidade. Depois, a partir de sociólogos da religião, vai-se conceituando religião, campo religioso, Igreja e, por fim, profeta. Sobretudo esse último, tem um aprofundamento particular. Vale-se, aqui, de sociólogos clássicos como Pierre Bourdieu e Max Weber. Mas principalmente de Otto Maduro que, valendo-se desses clássicos, teve uma rica experiência e estudos da realidade sócio-histórica e religiosa da América Latina.

Um dado importante. Ao valer-se aqui desses clássicos, não se pretende fazer uma síntese de todas as suas teorias sociológicas da religião. Valer-se-á do que se julgar importante para comprovar a hipótese desse trabalho, que é a de que Dom Antonio, enquanto Arcebispo Metropolitano da Arquidiocese de Goiânia, teve ações proféticas. Não se pretende, portanto, afirmar com fundamentos que ele foi todo profeta, mas que teve ações que podem ser assim consideradas. Consideradas a partir de comprovações

² As aspas nesta palavra indicam, ao contrário do que se pensava inicialmente, a sua própria complexidade. Não se trata de um jeito claro, bem definido em consciência e em ações dos leigos. Quando, em todo texto, quando se usar o termo “modelo”, referir-se-á ao modelo de uma Igreja Católica em particular, que traz consigo muito das características próprias da Igreja latino-americana da libertação: a união fé e vida, a leitura orante da palavra de Deus, a valorização das CEBs como espaço privilegiado de comunhão e participação, a busca de transformação sócio-política da realidade de injustiças, a partir da opção preferencial pelos pobres, a exigência externa e a vivência interna da democracia no exercício do poder político e do eclesial etc.

concretas, valendo-se de referências bibliográficas, documentais e entrevistas com o próprio Dom Antonio, colaboradores seus e inúmeras (ex) lideranças pastorais que apoiavam ou não o seu trabalho.

Algumas observações importantes. No final dos dois primeiros capítulos foi redigido uma “síntese e perspectiva”, sintetizando o capítulo e ligando-o ao seguinte. Já no terceiro, uma “síntese e caracterização das ações proféticas de Dom Antonio”, uma ligação das ações do Arcebispo ao referencial teórico e a outros elementos importantes. Ademais, todas as vezes que referir-se à “Igreja”, trata-se da Igreja Católica Apostólica Romana, e à “Igreja particular”, à Diocese ou Arquidiocese em discussão.

Por fim, o presente trabalho, dividido em três capítulos, procura, considerando a história da Arquidiocese e de seus principais líderes religiosos, enfatizar a pessoa e o trabalho de Dom Antonio Ribeiro de Oliveira. E feito isso, busca comprovar se muito de suas ações são (ou não) proféticas.

CAPÍTULO 1 – ELEMENTOS HISTÓRICOS DA ARQUIDIOCESE DE GOIÂNIA

A história da Arquidiocese de Goiânia, supõe, para uma histórica e justa compreensão eclesial do presente, a história da Igreja do centro oeste. A formação religiosa do povo dessa região deu-se junto com a exploração do ouro, a escravização e outros tipos de exploração contra povos indígenas, inicialmente, mas também contra camponeses, posteriormente. A catequização deu-se pela imposição religiosa, e estava a serviço da exploração econômica. Os sacerdotes não tinham preocupação com o ser humano todo, e os leigos, em muitas das vezes, eram quem comandava os ritos religiosos.

A estruturação da Igreja Católica na região foi se dando aos poucos. Criou-se primeiro a Diocese e, depois, a Arquidiocese de Goiás, com Dom Prudêncio, Dom Emanuel... até Dom Fernando, já como Arcebispo de Goiânia. Este dedicou-se muito à organização e pastoral da Igreja, mas também com uma pastoral de transformação sócio-política, conforme tendência latino-americana da época.

A história pessoal de Dom Antonio é importante se observar nela a influência de seu meio. Dentro e fora da Igreja exerceu várias funções, conservando, como ele mesmo diz, uma certa cumplicidade e admiração por Dom Fernando. E, por fim, como seu sucessor, teve como grande desafio pastoral continuar o seu pastoreio, na mesma linha de uma pastoral comunitária e libertadora.

1.1 Pré-história da Arquidiocese de Goiânia

Ao falar da pré-história da Arquidiocese de Goiânia, há de se tocar, necessariamente, no tema da história de Goiás. Seu povoamento por evangelizadores e exploradores de outros estados foi intensificando-se, formando povoados e, com eles, tradições religiosas, comuns a praticamente toda região que compõe esse estado.

O início do povoamento e da presença religiosa na região denominada Estado de Goiás, pelo “homem branco”, deu-se em grande escala, inicialmente, com a busca pelo ouro e escravização de indígenas, pelas bandeiras paulistas, acompanhadas por representantes da Igreja Católica. Até então, somente inúmeros povos indígenas habitavam essas terras.

Embora há quem cogite a possibilidade de o Pe. Antônio Vieira ter sido o primeiro a adentrar o Rio Tocantins afora, documentos posteriores à época garantem que o primeiro a navegar sobre esse rio foi o capitão Sebastião Marinho, “o qual, em 1592, à frente de uma pequena bandeira, atingiu as nascentes do Tocantins em Goiás” (Silva, 1948, p. 35). Em seguida, em 1596, foi a vez de Domingos Rodrigues Velho. Depois de outros ainda, passou pelo rio Frei Cristóvão de Lisboa, em 1625. Fora um franciscano capuchinho português, que partiu de Recife, passando por São Luiz do Maranhão e Belém (Silva, 1948, p. 39-40).

O grupo de frei Cristóvão foi com objetivo de catequizar os índios que encontrasse. E tiveram feitos positivos quanto a isso: “Fizeram relevantes serviços na catequização daqueles gentios, no descobrimento do celebrado rio dos Tocantins’ diz Berredo; celebrizando-se pela conquista do então ‘cruel e malicioso’ Tomagica, grande cacique daquela região” (Silva, 1948, p. 40). Frei Cristóvão se destacou também por defender os índios: “lutou ardorosamente

contra o astuto e desumano Capitão-Mor Bento Maciel Parente, do Pará, contra quem escreveu uma carta pastoral, combatendo a escravidão dos índios” (Silva, 1948, p. 40). Mas também era quem indicava aos exploradores os lugares onde haveria ouro: “Este franciscano, a título de catequizar índios, paralelamente conferia as notícias de ricos veios de ouro nesta vasta e selvagem região, indo até os confins do rio Tocantins” (Jacób, 2000, p. 23).

Na província de São Paulo, no século XVII, circulava a notícia de que Goiás era uma região rica em jazidas de ouro. Mas essa idéia só tornou-se estimulante quando o filho do famoso bandeirante paulista Bartolomeu Bueno da Silva – que passara por Goiás em 1682 –, que trazia o mesmo nome do pai, em 1719, deu início à grande exploração das riquezas auríferas de Goiás. “Goiás tornou-se um eldorado, onde notícias davam conta de montanhas de ouro em quantidade tal que o precioso metal aflorava com a menor chuva” (Jacób, 2000, p. 23). A notícia espalhava-se, dando conta de que, em Goiás, “era possível ver imensas rochas em que se viam as cenas da Paixão de Cristo, gravadas ao natural, ou melhor dizendo, gravadas de maneira sobrenatural. A ambição e o fanatismo religioso fizeram o sertão fervilhar” (Jacób, 2000, p. 23). Em 1722, por exemplo, o governador da Capitania de São Paulo determinou: “Todos, brancos, índios e negros, antes de se porem a caminho, devem confessar-se, afim de que possam empreender a grande jornada no estado de graça e merecerem de Deus proteção e bom êxito” (Jacób, 2000, p. 23).

Nos séculos XVIII, XIX e XX, deram-se as ocupações dos territórios não ainda avassalados do Brasil Central. As ocupações pouco diferenciaram-se das acontecidas noutras regiões, nos séculos passados. Além de bandeirantes, havia com mais freqüência, chacinadores de índios que se valiam das mais diversas técnicas para escravizá-los ou, simplesmente,

expulsá-los de suas terras. Esses últimos, motivados por interesses próprios, em busca da castanha, do látex ou de minérios preciosos, não se intimidavam em envenenar os rios com estricnina, em presenteá-los com roupas contaminadas com varíola ou botando fogo em suas aldeias, aprisionando mulheres e crianças para atrair os homens ou ofertando-lhes bugigangas e cachaças (Ribeiro, *apud* Gonzaga, 2005, p. 32).

“No final do século XVII e princípio do seguinte, todos os caminhos levavam às terras goianas. Corrupção, contrabando, crimes, traições, emboscadas, aliadas à agressividade dos índios, passaram a ser as características da rica capitania. Leva de aventureiros dominavam o território vindos da Bahia, Pernambuco, Pará, Maranhão e Minas. As capitanias limítrofes invadiam terras goianas, como Pará e Maranhão, tentando anexar importantes Minas da Região do Tocantins” (Jacób, 2005, p. 23).

O lançamento da pedra fundamental da primeira povoação em Goiás deu-se com Bartolomeu Bueno da Silva, o filho, em 26 de julho de 1727, sob a proteção de Senhora Sant`Ana. O povoado recebeu foros de vila em 1739, com o nome de Vila Boa; posteriormente, cidade de Goiás. Dom Marcos de Noronha, o Conde dos Arcos, tomou posse em 1749 como seu primeiro governador, desanexando-se definitivamente da Capitania de São Paulo (Jacób, 2000, p. 24).

Continua Jacób, afirmando que a Prelazia de Goiás foi criada pelo papa Bento XIV, em 1746, pela bula *Candor Lucis Aeternae.*”

...mas o abandono religioso do povo caminhava *pari passu* com os desmandos administrativos e a miséria geral. Talvez pela distância da Corte à sede da prelazia, a primeira nomeação de um prelado para

Goiás deu-se trinta e seis anos após a criação da referida prelazia e, dos cinco nomeados somente um pisou o chão goiano” (2000, p. 25).

Durante todo período colonial, imperial até a implantação da República em 1889, a assistência religiosa ficava subjugada à administração leiga, pelo regime do Padroado. Todo trabalho de evangelização, assim, tinha as suas dependências da coroa de Portugal e, posteriormente, do Reino do Brasil. A carreira eclesiástica, amiúde, representava mais uma escala social do que uma vocação estritamente religiosa (Jacób, 2000, p. 26).

Embora os eclesiásticos fossem os únicos homens providos de conhecimentos na região de Goiás (Santi-Hilarie, *apud* Jacób, 2000, p. 26), seu atendimento ao público não era satisfatório, nem tão pouco exemplar testemunho dos valores pelos quais deviam corresponder, como expressou, em uma carta pastoral, em 1885, o quarto bispo de Goiás, Dom Cláudio Ponce de Leão: “Não há, não há um párocho que cumpra fielmente com todos os seus sagrados ministério [*sic*], não há, nem sequer um só”³.

O primeiro prelado nomeado para Goiás foi Dom Frei Vicente do Espírito Santo, em 23 de janeiro de 1782; o segundo foi Dom José Nicolau de Azevedo Coutinho Gentil, em 1790; o terceiro foi o baiano Dom Vicente Alexandre de Tovar Mainard de Ulhoa, que só tomou posse por meio de um procurador, em março de 1805; o quarto foi o carioca Dom Antonio Rodrigues de Aguiar, em 1811; o quinto foi Dom Francisco Ferreira de Azevedo, o quinto bispo prelado e o primeiro da Diocese de Goiás, eleito em outubro de 1818. Sua posse foi no ano seguinte, e somente em 1824 visitou sua cidade episcopal, totalmente

³ - Cabe lembrar, contudo, que pessoas dignas do nome de sacerdote passaram pelas terras de Goiás, como narra Saint-Hilaire: “(João Teixeira Alvarez) além de instruído, bondoso e amável, ele era no clero brasileiro uma notável exceção, pois se achava imbuído do verdadeiro espírito da sua missão. Fazia sermões todos os domingos, procurando incutir nos seus paroquianos o amor ao trabalho...” (1975, p. 24/5).

cego. O segundo foi Dom Domingos Quirino de Souza, que governou de 1861 a 1863. O terceiro foi Dom Joaquim Gonçalves de Azevedo (1864 a 1876). O quarto foi Dom Antônio Maria Corrêa de Sá e Benevides (1876). O quinto foi Dom Cláudio José Gonçalves Ponce de Leão (1881 a 1890). O sexto foi Dom Joaquim Arco Verde de Albuquerque Cavalcanti (1890), que não chegou a tomar posse. O sétimo foi Dom Eduardo Duarte Silva (1891 a 1897). O oitavo foi Dom Prudêncio Gomes da Silva (1907 a 1921) (Diocese de Goiás, 2003, p.3).

Dom Prudêncio, talvez devido aos seus mais de dez anos de atividade episcopal e zelo, pôde trabalhar em muitas obras e fazer-se digno de admiração.

“Como Anchieta, Manoel da Nóbrega, Vieira, D. Prudência não tem óbices à sua ação; vara sertões de centenas de léguas, transpõe cordilheiras, vadeia rios e numa diocese pobre, pouco populosa, relativamente atrasada, faz milagres, funda associações religiosas, restaura o Seminário Santa Cruz, põe em ordem mil detalhes; tudo isso modestamente, sem alarde, sem conflitos e com os representantes do poder temporal, contribuindo mais do que nenhum outro, mercê de salutar influxo social, para que se torne respeitado e querido do povo – o ministro de Cristo” (Curado, 1989, p. 210-211).

O nono bispo de Goiás foi também o seu primeiro e único arcebispo, Dom Emanuel Gomes de Oliveira (1922 a 1955). Capixaba de Anchieta, Dom Emanuel era filho de pai militar e foi ordenado padre da Congregação dos Salesianos. Era irmão de Dom Helvécio, bispo de Mariana (MG), ambos de formação ultraconservadora. Em 10 de janeiro de 1933, a Diocese de Goiás foi elevada à arquidiocese e o bispo passou a ser titulado arcebispo.

Dom Emanuel travou algumas dificuldades dentro e fora de sua igreja particular. Deixou sua morada episcopal em Goiás para morar em Bonfim (Silvânia), sede de sua congregação religiosa; recusou-se a rezar a primeira missa de Goiânia e nem respondeu, meses depois, ao convite para o lançamento da pedra fundamental desta que seria a nova capital do Estado de Goiás. Só benzeu a pedra fundamental da Catedral dois anos depois, quando pisou nas terras da nova capital. E só fixou morada em Goiânia cinco anos depois, em agosto de 1940. Até sua morte, Dom Emanuel recusava-se ser chamado “Arcebispo de Goiânia”, mas “Arcebispo de Goiás”, tão contrário era à idéia da nova capital (Jacób, 2000, p. 254).

Sem mencionar quaisquer atritos de Dom Emanuel com o seu clero ou com autoridades civis, Teles (1999, p. 38) o nomeia “o Arcebispo da Instrução”: tendo trazido para Goiás uma vasta experiência na área educacional, reestruturou o Seminário Santa Cruz, fundou colégios em várias cidades do Estado.

“Com o surgimento de Goiânia, do qual participou como Presidente da Comissão que escolheu o local para a edificação da Nova Capital, Dom Emanuel construiu o Ateneu Dom Bosco, o Ginásio Santo Agostinho e a Escola Normal Santa Clara, no bairro de Campinas. Foi ele o inspirador da criação da Universidade Católica de Goiás” (Teles, 1999, p. 39).

Depois de Dom Emanuel, foi extinta a Arquidiocese de Goiás, que voltou a ser diocese⁴.

⁴ Conforme registra Diocese de Goiás (2003, p. 3), o primeiro bispo da nova diocese de Goiás foi Dom Cândido Bento Maria Penso (1956 a 1959); o segundo, Dom Abel Ribeiro Camelo (1960 a 1966); o terceiro, Dom Tomás Balduino (1967 a 1998); e o quarto, Dom Eugênio Rixen (1999...).

“A 26 de março (1956), pela Bula ‘*Sanctíssima Christi Voluntas*’ do Papa Pio XII, foi extinta a Arquidiocese de Goiás. Na mesma data, pela Bula ‘*Quo gaudio*’ do Papa Pio XII, foi criada a nova Diocese de Goiás, desmembrada da antiga Arquidiocese de Goiás e da Prelazia ‘*Nullius*’ de Bananal, igualmente extinta na data acima mencionada (Diocese de Goiás, 2003, p. 3).

Dom Emanuel foi quem idealizou e primeiro articulou a construção do novo santuário do Divino Pai Eterno, em Trindade, iniciado em 1943. Marco importante na história da igreja de Goiás, porque a romaria a esse santuário é a maior do centro-oeste e a terceira maior do Brasil.

A devoção ao Divino Pai Eterno se originou na década de 1840, por meio do casal Constantino Xavier e sua esposa Ana Rosa. Na lida de roçagem de pasto, o casal encontrou um medalhão de barro, de meio palmo de circunferência, em volta do qual tudo começou.

“O ano é 1843. O cenário é o ainda pequeno povoado de Barro Preto, atualmente Trindade, no interior de Goiás. Enquanto cultivava a terra, o casal de lavradores (...) encontra um objeto misterioso que mudaria o destino de toda aquela região: um medalhão com a imagem da Santíssima Trindade coroando a Virgem Maria (...). Desde então, alguns devotos passaram a freqüentar o lar do casal, para reverenciar a relíquia e pedir os benefícios de Deus, que passou a ser invocado como Divino Pai Eterno. O fervor espiritual daquele povo rompeu as fronteiras do culto doméstico e, com o passar dos anos, a devoção ao Divino Pai eterno foi atraindo pessoas de todos os recantos do País” (Gomes, 2005, p. 78.).

A romaria foi se tornando uma referência importante para a evangelização por parte da Igreja Católica de Goiás. E com o fim do padroado, a Igreja do Brasil iniciou um processo de reforma e revitalização da vida

religiosa do povo. Wernet (1995, p.24) lembra que essa reforma se deu não somente pelos bispos de Minas Gerais, mas por outros de outros Estados: “Foi prática de todos os bispos reformadores, incluindo também a dos bispos de Goiás e de São Paulo. Em Goiás, destacaram-se Dom Cláudio Ponce de León e Dom Eduardo Duarte da Silva...”

Foi Dom Eduardo que conseguiu missionários redentoristas para evangelizar o santuário de Trindade. Até então, a festa era administrada por uma comissão de leigos – ou Irmandade do Santuário – que tinha também total controle de tudo que lá se arrecadava. O povo, na festa, vivia situações adversas: jogatinas, imoralidades, assassinatos. Em 1981, Dom Eduardo, depois de esperar, sem êxito, três dias para ter a prestação de contas da comissão, toma uma decisão importante para a igreja passar a ter controle do santuário: “Dissolvi a comissão e nomeei administrador do Santuário o Pe. Francisco Inácio de Sousa, até que eu pudesse lá instalar uma congregação religiosa, como de fato mais tarde o fez” (Sousa, 1964, p. 386). Na Alemanha, conseguiu com a congregação do Santíssimo Redentor missionários para administrarem o santuário de Trindade. Chegaram às terras goianas em dezembro de 1894.

Pessoa (2005, p. 34) lembra de fatores importantes para a compreensão desse processo que se dava na Igreja do Brasil, nesse mesmo período histórico.

“A constituição de santuários e a importação de congregações religiosas são componentes típicos do processo de romanização do catolicismo brasileiro, ocorrido em toda a segunda metade do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. Em face da chegada de outras denominações religiosas, vindas especialmente da Europa, tratava-se de um disciplinamento das práticas católicas,

especialmente as disseminadas nas vilas e lugarejos distantes dos olhos do clero”.

Sucessor de Dom Eduardo, Dom Prudêncio deixou a diocese em difícil condição financeira, motivo que levou Dom Emanuel, o bispo seguinte, a logo de início assumir toda administração do santuário, bem como a controlar a aplicação de todos os seus rendimentos financeiros. Depois de anos intrigado com os redentoristas, próximo de sua morte, reaproximou-se dos mesmos. E um de seus poucos grande feitos foi a idealização do Santuário Novo, de cujo início da construção fez-se trabalhador dedicado (Jacób, 2000).

1.2 Dom Fernando Gomes dos Santos, o primeiro arcebispo

Sob vários aspectos se pode analisar a vida e a obra evangelizadora de Dom Fernando. Mas aqui interessam dois deles: “organização” e “pastoral profética”. Sua história é rica e expressamente significativa para a igreja do centro oeste, e para o próprio Estado de Goiás. A história de sua vida e prática se deu em um contexto peculiar: o êxodo rural interno do Estado e a imigração provocada pela criação da nova capital do país, Brasília, as conseqüências da ditadura militar. Acrescentava-se a isso a estruturação de que a Arquidiocese precisava para enfrentar os desafios da capital do Estado que crescia a cada dia. Ademais, em um segundo momento, desejava criar comunidades, unidas pela mesma fé, pela mesma comunhão e a favor dos mais pobres, “Sem violência e sem medo”.

1.2.1 Organização

A Arquidiocese de Goiânia foi criada pela mesma bula que extinguiu a de Goiás, ‘*Sanctíssima Christi Voluntas*’ do Papa Pio XII, de 1956. E o seu

primeiro arcebispo foi Dom Fernando Gomes dos Santos. Segundo seu próprio testemunho, nasceu na cidade de Patos, Estado da Paraíba, aos 4 de abril de 1910. Filho de Francisco Gomes dos Santos e Veneranda Gomes Lustosa, estudou no Seminário da Paraíba de 1921 a 1929 e concluiu seus estudos eclesiais na Universidade Gregoriana, em Roma. Foi ordenado em novembro de 1932. Como padre, trabalhou nas cidades de Cajazeiras (1933 a 1936) e de Patos (1937 a 1943), quando foi nomeado bispo de Penedo, em janeiro de 1943, sendo sagrado neste mesmo ano, no dia do seu aniversário (Santos, 1995, p. 9).

“Em 16 de junho de 1957, Dom Fernando chega a Goiânia e toma posse da Arquidiocese na presença do Núncio apostólico, Dom Armando Lombardi (...). A Arquidiocese de então tinha 93.000 Km² de extensão, área que compõe hoje a Arquidiocese de Brasília e as Dioceses de Luziânia, Anápolis, Ipameri, Itumbiara e grande parte da Diocese de São Luís dos [sic] Montes Belos. Em seu discurso de posse, Dom Fernando disse que a sua grande meta era criar comunidades. A palavra comunidade, antes do Concílio tinha uma dimensão muito forte. Era despertar toda essa grande realidade geográfica e humana dispersa numa grande entidade de serviços cristãos, religiosos ao povo do Estado.” (Oliveira, 1995, p. 12).

Nessa mesma época, Goiás destacou-se pelo rápido crescimento populacional. O censo de 1940 faz, pela primeira vez, a distinção das populações rural e urbana, e Goiânia, fruto da Revolução de 30, é considerada “chave do desenvolvimento geral de todo o Estado” por ser uma cidade bem estabelecida estrutural e geograficamente e de um orçamento crescente (Palacín e Moraes, 1989).

“A construção de Goiânia promoveu a abertura de novas estradas, tornando-se centro de ligação dentro do Estado e com outros Estados: favoreceu a imigração, e conseqüentemente o povoamento, acelerando a colonização do Mato grosso goiano, zona de grande riqueza agrícola; criou o primeiro centro urbano de relativa importância em Goiás, que se não chegou a constituir-se em centro industrial – como esperavam os construtores – desenvolveu para si e para todo o Estado os diversos tipos de serviços (colégios e faculdades, bancos, hospitais, comércio, etc.) indispensáveis para o desenvolvimento” (Palacín e Moraes, 1989, p. 111).

Com esse crescimento e destaque de Goiânia como cidade referência do Estado, aumentaram também os problemas.

“As comunicações, a saúde, a instrução, a carência de indústria, a baixa produtividade na agricultura e na pecuária, a descapitalização da economia, a estrutura da propriedade etc., etc., eram problemas ainda intactos, trabalho para várias gerações” (Palacín e Moraes, 1989, p. 110).

O êxodo rural também foi característica própria desse tempo, como na maior parte de todo o país. Não só Goiânia cresceu, bem como suas cidades circunvizinhas. Seus problemas foram também aumentando, tornando complexo e desafiante o trabalho de evangelização da igreja do Brasil Central, principalmente da Arquidiocese de Goiânia (Palacín e Moraes, 1989, p. 110). Acrescentam-se a esses condicionamentos a criação de Brasília em terras goianas, cujo desenvolvimento foi um incentivo para o crescimento da próspera capital do Estado.

Em meio a contexto tão particular, Dom Fernando notou de imediato a necessidade de organizar a estrutura interna da arquidiocese. “A primeira coisa que eu quero é organizar. A Arquidiocese é tão grande, nós vamos ter que

reunir uma equipe volante, que vá para as paróquias e comunidades mais distantes, criando a unidade” (Santos *apud* Oliveira, 1995, p. 12). E foi criando, aos poucos, a união do clero: “Em julho (do ano em que chegou), Dom Fernando faz a primeira reunião dos presbíteros. E aí, nós nos comprometemos a nos reunir todos os meses. Já na terceira reunião, a segunda quinta-feira do mês” (Oliveira, 1995, p. 12). Ademais, buscou essa mesma unidade com os religiosos e religiosas da arquidiocese, bem como desses com os leigos. No primeiro momento, portanto, foi essa a sua meta mais importante: “criar unidade, comunidade, animar a todos, dando respaldo e valorizando os vigários, e criando essa faixa de união ao redor da Igreja Mãe, a Catedral” (Oliveira, 1995, p.14).

Além da unidade do clero, Dom Fernando buscou aumentar o seu número. Então revitalizou o Seminário Santa Cruz, em Silvânia, e depois, transferindo-o para Goiânia. “Criou a Obra das Vocações Sacerdotais em cada paróquia para incentivar jovens à vida sacerdotal e a colaborarem financeiramente na manutenção do seminário” (Oliveira, 1995, p.14).

Quando da construção de Brasília, transformações rápidas processaram-se. E Dom Fernando foi visionário, pensou alto como os idealizadores da nova capital nacional: imediatamente construiu as paróquias, garantiu terrenos para futuras sedes religiosas, articulou ida de congregações religiosas para o trabalho de evangelização. Ao Santuário de Trindade, cujo trabalho se resumia ao de sacramentalização, deu mais presença e incentivo para que sacramentos como os de crisma e matrimônio fossem feitos nas respectivas paróquias dos romeiros. Criou a Revista da Arquidiocese, um dos mais importantes documentos da igreja do Centro-Oeste, tendo como lema o que permanece até hoje: “A verdade vos libertará’ (Jo 8, 32)”, revitalizou o

jornal “Brasil Central”, da antiga Arquidiocese de Goiás⁵. Criou um programa na Rádio Brasil Central. Vendo a necessidade de valer-se mais dos meios de comunicação, comprou a Rádio Difusora que, devido ao clima de perseguição da Ditadura militar, encaminhou sua venda à congregação dos padres Redentoristas. Dá novo impulso à Sociedade de Educação e Ensino, dando continuidade ao trabalho de Dom Emanuel, colocando a Arquidiocese como promotora do ensino em Goiás. E foi mais além, criou a SGC para, em seguida, fundar a Universidade Católica de Goiás (Oliveira, 1995).

Assim, estruturando a Arquidiocese, Dom Fernando preparou a igreja que dirigia para enfrentar os problemas reais do povo: “menores abandonados, problemas fundiários do Norte de Goiás, o grande problema da injustiça... (...) (Ele) organizou a nossa arquidiocese dotando-a de estruturas físicas e administrativas para o seu funcionamento” (Oliveira, 1995).

1.2.2 Pastoral profética

A pastoral de Dom Fernando pode ser caracterizada como profética, porque se enquadra no universo de outros bispos, como Dom Hélder Câmara, Dom Paulo Evaristo Arns e Dom Pedro Casaldáliga, cuja pastoral é assim chamada. Sua pessoa, particularmente, impunha-se, impondo igualmente sua proposta de trabalho e seu próprio jeito de ser. Com o passar dos anos o povo sentindo, considerando um arcebispo, mas alguém próximo, dedicado ao trabalho pastoral de organizar comunidade na “comunhão e participação”, defendendo os mais sofredos.

⁵ Sobre a Revista e o Jornal da Arquidiocese, diz Faria: “faço um parágrafo para dizer da Revista da Arquidiocese, onde se tem a História de Goiás não contada a partir dos dominadores, e o jornal da Arquidiocese, como que a dizer à Educação que Goiás pode produzir a sua própria escrita – que é regional com tempero universal” (Faria, 1995, p. 75).

Criar comunidades foi uma constante na ação pastoral de Dom Fernando. Mas também ele aproximou-se dos leigos espalhados em associações e movimentos cristãos, introduzindo-os na vida da igreja.

“Dom Fernando, com uma visão muito ampla, vendo que a Arquidiocese tinha leigos em muitas associações religiosas e movimentos cristãos, deu-lhes apoio, procurando unir e coordenar o laicato na vida da comunidade eclesial. Dinamizou a Ação Católica, como fonte promotora da presença da Igreja, dando incentivo à JUC (universitária), à JEC (estudantil), JAC (agrária), JIC (dos meios independentes, da classe média) e JOC, que hoje é a Pastoral Operária, nos meio trabalhadores. Começou a criar no laicato, nas religiosas e no clero, o espírito de comunidade.” (Oliveira, 1995, p. 13).

Dom Fernando participou do Concílio Ecumênico Vaticano II, em Roma (que se deu de 1962-1965) e da Conferência Episcopal de Medellín, na Colômbia, em 1968. Esses dois acontecimentos importantes da Igreja Católica vieram de encontro com seus anseios e expectativas, bem como com os de todo povo latino-americano. Por isso procurou, imediatamente, introduzir suas idéias (do concílio e da conferência) na ação pastoral de sua igreja particular.

“Acompanhei a felicidade de d. Fernando com o Concílio Vaticano II. Como falava desse grande acontecimento do nosso século! Como acolheu com entusiasmo os documentos conciliares e suas conseqüências. O mesmo digo da assembléia de Medellín em 1968, promoveu estudos, reflexões, cursos para levar o Concílio e Medellín à sua arquidiocese. Certos temas eram-lhe favoritos: o conceito de Igreja Particular, Igreja Povo de Deus, o sacerdócio, o leigo na igreja, o pobre” (Flores, 1995, p. 93).

Segundo Oliveira (1995, p. 22), de tempo em tempo Dom Fernando dizia: “Eu sou um convertido do Concílio, de Medellín, a favor do povo, embora defender este era algo que já vinha fazendo”. E em suas homilias, era comum citar o texto bíblico que resume a intenção profética de Jesus Cristo, a qual fez também sua: Eu vim para evangelizar os pobres, libertar os aflitos, consolar os corações aquebrantados (Lc 4, 18b-19). Impulsionado por esse espírito, foi buscando formar comunidades a partir da experiência das primeiras comunidades cristãs. Partiu das comunidades rurais de Varjão que, depois da Conferência de Medellín, foram chamadas CEBs. “O seu apoio e abertura motivaram principalmente as comunidades de inserção para que realizassem experiências benéficas e ricas para todos” (Guilhermina, 1995, p. 77). Ademais revitalizou as paróquias, criando o núcleo das Regiões Pastorais, com atenção especial à Região Alto da Poeira.

“Essa nossa região era acompanhada com carinho por Dom Fernando. Para ele essa deveria ser uma região sem estrutura de paróquia, sem centralização de poder, um lugar onde o leigo tivesse mais espaço para evangelizar. E ele desejava que fosse uma região modelo para toda a Arquidiocese. Com padres e leigos reunindo-se em comunidade, discutindo juntos os problemas, buscando juntos as soluções. E acompanhando de perto o dia a dia do povo: defendendo os sem casa para morar, acompanhando os pobres nas invasões em busca de lote... Era assim que ele achava que a gente deveria fazer: rezar, acompanhar a vida dos irmãos, defendendo os mais pobres” (Mendonça, 2006).

A dedicação total caracteriza a pastoral de Dom Fernando. Dedicação cuidadosa, com posicionamentos claros e firmeza de idéias, na busca constante pela unidade eclesial de sua igreja particular. Assim, tomou postura,

mesmo correndo os riscos que qualquer outro bispo correria, caso se enveredasse pelo mesmo caminho.

“Sentiu, mediu e assumiu, então, toda a responsabilidade da Igreja, no sentido de ajudá-la a se preparar para o futuro vasto que se anunciava. Viveu e trabalhou com esta idéia, esta imagem e esta determinação, até o fim de seu pastoreio e de seus dias. Sofreu os calafrios dos pioneiros e fez o trabalho de um iluminado. Como Moisés, ‘permaneceu firme, como se visse o invisível’” (Maria, 1995, p. 6).

Dom Fernando, desde o início de seu pastoreio, tinha clareza das dimensões *ad intra* e *ad extra* da Igreja que comandaria: que deveria crescer e estruturar-se internamente, mas que, ao mesmo tempo e impulsionado pela mesma fé, deveria agir no mundo, transformando-o em mundo de vida mais digna. Por isso foi considerado mais do que um arcebispo – ou um arcebispo que alargou seu leque de ação pastoral, como fazem os profetas, indo além do trivial, do corriqueiro. Assim, dentre os trabalhos para fora da Igreja, no mundo, destaca-se o apoio incondicional às pessoas sem terra para morar e trabalhar, ou para simplesmente construir sua casa e morarem dignamente.

“Dom Fernando foi não somente um arcebispo, um bom pastor, mas foi também um pai, educador e protetor dos pobres, principalmente do trabalhador rural. (...) Nós trabalhadores rurais, éramos totalmente desorganizados, desunidos e não entendíamos nada de sindicato. Ele se preocupava com essa situação e nos ajudou muito nesse sentido. No setor urbano, ele doou vários loteamentos a trabalhadores que vieram do campo e não tinham onde morar, garantindo o direito à moradia dos beneficiados” (Coelho, 1995, p. 74).

Muito esforçado, querido por muitos e até odiado por outros, foi sempre um idealista porque pontuou objetivo, meta pastoral, sustentado pelos grandes projetos da Igreja Católica universal. Para muitos dos seus próximos, foi um verdadeiro profeta porque, motivado pela fé, anunciava a esperança do Evangelho, depois de denunciar as injustiças humanas. Foi um exemplo possível para todos.

“Dom Fernando foi muito esforçado e fiel ao Deus de Jesus Cristo. Muito idealista. Era uma figura impressionante, muito sensível e de grande ação pastoral. Anunciava e denunciava. Sabia fazer as coisas. Defendia o povo simples com garra e se indignava com a injustiça social. O que posso dizer de Dom Fernando é que ele tinha um ardor missionário muito grande. Seria muito bom se nós, a exemplo de Dom Fernando, pudéssemos viver unidos e testemunhando Jesus Cristo, ‘sem violência e sem medo’” (Dias, 1995, p. 74).

O que Dom Fernando fez foi cumprir sua missão, motivado pela fé. Encontrou, para isso, um terreno conflituoso, particularmente no tempo da ditadura militar. Nesse período, optou por um conceito próprio de desenvolvimento, opondo-se, em muitos aspectos e momentos, contra o conceito dos governos militares. Forjou, com vigor, “um projeto eclesial alternativo, que envolveu a luta pela justiça e pelos direitos humanos, bem como o comprometimento com os movimentos populares” (Duarte, 2003, p. 14). E não cedeu: trabalhou ardorosamente em defesa do homem total, de toda pessoa humana, considerando todas as suas dimensões, a favor da justiça, da verdade e da liberdade.

Dom Fernando compreendeu que assim cumpriria sua ‘diaconia evangélica’ –, serviço que a Igreja deve oferecer ao mundo. Para

ele, 'a mensagem evangélica pressupõe o homem todo, corpo e alma, com suas prerrogativas inalienáveis de pessoa com direito à Liberdade, à Verdade e à Justiça'. Seu profetismo repercutiu, pois em três registros: Justiça, Verdade, Liberdade" (Chaer, 1995, p. 41).

Assim, com dedicação, visão e firmeza de postura, Dom Fernando fez de sua pastoral um trabalho profético a favor dos mais necessitados. E não o fez por si só, cumpriu a missão que lhe cabia, diante das circunstâncias vividas. Foi um profeta em seu tempo. Mas não por impulso pessoal, porque considerou vários condicionamentos sócio-históricos e eclesiais⁶. "Dom Fernando foi homem certo para aquele momento decisivo de nossa Pátria e, principalmente, para o Estado de Goiás" (Fleury, 2002, p. 7).

1.3 Dom Antonio Ribeiro de Oliveira, o segundo arcebispo

Um importante perfil histórico de Dom Antonio será aqui traçado. Sem a mínima pretensão de fazer um esboço minucioso sobre sua vida e sua obra, ver-se-á o que se julga básico para, posteriormente, trabalhar suas ações proféticas. Ter-se-á, então, um primeiro ponto sobre sua história geral; e outro, o segundo, sobre sua linha pastoral.

⁶ Para Gonzaga, agente pastoral na Região Alto da Poeira por mais de três anos, "Dom Fernando foi, pelo que já li e ouvi – e os que o conheceram de perto afirmam isso com mais veemência! – um profeta. Profeta aos moldes do profetismo latino-americano: fundamentando sua ação evangelizadora na própria história da América Latina (brasileira, particularmente) de opressão e genocídios generalizados, valendo-se da Palavra de Deus e da teologia libertadora construída na própria história da América Latina e fortalecida com as reflexões advindas do Concílio Vaticano II e das conferências episcopais locais" (Gonzaga, 2007).

1.3.1 História de um pastor

A história de Dom Antonio não traz fatos por si só impactantes. Filho de família simples, foi para o seminário logo cedo, ordenou-se padre, sagrou-se bispo e, por fim, tornou-se arcebispo de Goiânia, até 2002, ano de sua renúncia. Mas foi toda ela, a sua história, gradativamente, intensa e de serviço dedicado. Fiel e prático àquilo que acreditava, buscou uma igreja da unidade eclesial no exercício de seu pastoreio.

1.3.1.1 Infância, família e vocação

O segundo arcebispo de Goiânia Antonio Ribeiro de Oliveira teve uma infância simples, comum a muitos de seu tempo, em Orizona, Goiás, onde nasceu dia 10 de junho de 1926. Seus pais: José Ribeiro de Oliveira e Luíza Marcelina de Castro. Gente que lidava com a terra e dela tirava o seu sustento. Teve dez irmãos, sendo o sétimo deles (Revista da Arquidiocese, 2002, p. 12). Segundo o próprio Dom Antonio, sua família era humilde e muito religiosa. Teve cedo contatos com padres, empolgando-se também cedo com a vocação sacerdotal para o serviço à Igreja.

“Eu nasci numa família humilde, de pequenos proprietários rurais, fui criado na zona rural e, então, eu tive assim oportunidade muito pouca de me encontrar com sacerdotes, mas tive uma formação cristã profunda na minha família. E comecei a me encontrar com padres e gostei muito do Padre José Trindade da Fonseca e Silva que era vigário da minha terra e comecei a me entusiasmar pela vocação. Mas foi realmente o primeiro sintoma de vocação que, acho que foi com a graça de Deus, foi na minha primeira eucaristia. Eu tinha 8 anos, os padres redentoristas pregaram uma missão na minha terra e o Padre Nestor Souza que era missionário me impressionou muito e eu manifestei ao vigário e ao meu pai o

desejo de ser padre. E o mais, a família foi fazendo, a igreja me ajudou e eu continuei” (Oliveira, 2006).

Seus primeiros estudos iniciou em Orizona, entre os anos de 1932 e 1934, na escola do Tio Manuel. Nesse tempo, tinha proximidade amorosa com seus pais, avós, irmãos e irmãs, ajudando a fazer inclusive os trabalhos de casa. Ainda na sua infância Antonio, o “Tõe”, como a família o chamava, fora catequizado em casa, pelos seus familiares, dentre eles uma irmã que seguiu a vida religiosa e o aconselhava nos períodos de férias.

“Mas eu acho que uma grande ajuda foi o testemunho da alegria de ser padre do Cônego Trindade, que era vigário da minha terra. José Trindade, esse que já mencionei, manifestava muita alegria em ser padre, tinha muita atenção com o povo e aquilo me fez muito bem. E quando eu disse que pensava em ser padre, eles, o padre e minha família, e depois Dom Emanuel quando esteve em minha terra, me deram todo apoio. Eu era ainda muito criança. Também outra pessoa que me influenciou muito, por causa do exemplo, foi o Padre Maurílio Fernandes de Castro, que é meu primo primeiro e éramos vizinhos. Ele foi muito cedo para o seminário dos redentoristas e me escrevia, escrevia para família, dando notícia de onde estava” (Oliveira, 2006).

Então Antonio ingressou no seminário preparatório Jesus Adolescente, em Bonfim (hoje Silvânia-Go), no ano de 1936. Nesse tempo, “ele passava as férias escolares em família, seguindo a rotina da casa, trabalhando e jogando truco, entre o jantar e a reza do terço” (Manuel *apud* Revista da Arquidiocese, 2002, p. 12). Segundo o próprio Dom Antonio conta, a ida para o seminário foi difícil, mas superada pela boa acolhida que teve e presença de sua irmã, futura religiosa.

“Nós éramos muito afetivos em casa, afetuosos, mamãe, sobretudo, eu era criança, eu saí de casa muito cedo e então a despedida da família foi assim, não digo traumática, mas difícil. Mas, em seguida eu fui muito bem acolhido no seminário preparatório em Silvânia por Dom Abel, naquele tempo era Cônego Abel, o reitor, e fui muito bem acolhido por ele, de modo que logo se desfez aquele ambiente de saudade e ausência. E outra coisa me ajudou muito a não sentir muita ruptura é que eu tinha essa irmã que ia ser salesiana que estava estudando em Silvânia, nós nos visitávamos reciprocamente e um animava o outro” (Oliveira, 2006).

Foi em Silvânia e Mariana, Minas Gerais, que concluiu o então segundo grau. “Quando ingressamos no Seminário Central do Ipiranga, em São Paulo, nos nossos verdes 16/17 anos de idade, passamos pelas angústias de um vestibular de Português, Latim e Grego, para o ingresso no curso de filosofia” (Nelson, *apud* Revista da Arquidiocese, 2002, p. 13). E entre os anos de 1943 e 1944, no Seminário Central da Imaculada Conceição, em São Paulo, Dom Antonio concluiu seus estudos de filosofia, superando as dificuldades encontradas. O curso de teologia fez no Seminário São José, em Mariana. Feito isso preparou-se para a ordenação sacerdotal.

1.3.1.2 O Padre e o bispo Dom Antonio Ribeiro de Oliveira

Antonio recebeu sua ordenação sacerdotal em 2 de abril de 1949, tendo como ordenante o bispo Dom Helvécio Gomes, arcebispo de Mariana. E celebrou sua primeira missa em Orizona, na Matriz Nossa Senhora da Piedade, dois meses após sua ordenação, em 5 de junho (Comunhão e participação, 2006, p. 1).

Como padre, Antonio foi secretário e professor na Faculdade de Filosofia de Goiás, em 1949. Do Seminário de Silvânia, por onde passou, foi reitor e professor, no período de 1950 a 1955.

“De abril de 1955 até 30 de julho de 1957, foi vigário em Orizona, sua terra natal, sendo transferido posteriormente para a Arquidiocese de Goiânia, onde foi cura na Catedral de 1º de agosto de 1957 a 2 de setembro de 1961. Um ano depois, foi nomeado vigário-geral da Arquidiocese, ministério que exerceu de 1958 a 1975” (Revista da Arquidiocese, 2002, p. 13).

Sobre os principais desafios pastorais e pessoais que teve, enquanto padre – e foi ordenado com apenas 23 anos –, Dom Antonio diz que foi fácil adaptar-se à nova realidade da cidade grande e do trabalho acadêmico. Mas foi superando com a presença dos amigos Dom Abel, com quem morava, e do Pe. Quintiliano, com quem trabalhava em paróquia. Nesse tempo ajudou a articular a Ação Católica, trabalho esse que o ajudou perseverar. Dom Hélder Câmara, com quem teve contato desde aquela época até sua morte, deu-lhe muitos ensinamentos, válidos até hoje (Oliveira, 2006).

“Agora, durante toda minha vida sacerdotal os desafios eram sobretudo os locais. Fui transferido algumas vezes. (...) Essas mudanças para ambientes muito diferentes... (...)” Também nos meus quatro últimos anos antes de ser Bispo, eu trabalhei diretamente com Dom Fernando. E ele tinha uma grande qualidade: era muito leal como padre. Então nós tínhamos um relacionamento muito bom. Então, as dificuldades, no começo, pareciam difíceis, mas como eu gostava e gosto de ser padre, e o povo católico é muito generoso, e muito amigo, não tive grandes dificuldades em superá-las, perseverando nesses, hoje, 57 anos de ministério. (Oliveira, 2006).

O anúncio de que o Pe. Antonio fora nomeado bispo titular de Arindela e auxiliar do arcebispo de Goiânia foi dado por Dom Fernando Gomes dos Santos⁷. Este, como se vê, além de dar a boa notícia, esbanja elogios àquele que seria o seu futuro sucessor.

“...A Divina providência, pela voz autorizada do Santo Padre João XXIII, acaba de nomear bispo titular de Arindela e nosso auxiliar, o excelentíssimo e reverendíssimo monsenhor Antonio Ribeiro de Oliveira. Sacerdote dos mais ilustres e zelosos desta Arquidiocese, com edificante folha de serviços prestados à causa de Deus, nosso dedicado vigário-geral, filho desta generosa terra goiana, foi o eleito do Senhor para, com a dignidade episcopal, ajudar-nos na árdua e augusta missão de ensinar, reger e santificar as almas desta cristandade goianiense” (Revista da Arquidiocese, p. 13/14, 2002).

Dom Antonio, segundo ele mesmo, não tinha nenhuma pretensão de chegar ao episcopado. A primeira notícia e depois foi para ele momento forte. “Meus maiores desafios foi quando da minha nomeação para Bispo, sobretudo a minha nomeação. Para mim foi um choque, eu nunca esperava tomar esse encargo” (Oliveira, 2006). Dom Antonio foi sagrado bispo em 29 de outubro de 1961, em celebração presidida por Dom Fernando Gomes dos Santos. Presentes estavam os seguintes bispos: Dom Abel Ribeiro e Dom José Lázaro Neves (bispos de Goiás e Assis-SP, respectivamente).

1.3.2 Linha pastoral

Por 17 anos Dom Antonio exerceu, simultaneamente, o cargo de bispo auxiliar e vigário-geral da Arquidiocese de Goiânia. E foi exercendo várias funções dentro e fora da Igreja. Em 1965 foi eleito presidente do Conselho

⁷ Oficialmente, essa noticia foi publicada dia 2 de setembro de 1961, no jornal *Osservatore Romano* de 25-8-1961 (Revista da Arquidiocese, 2002, p. 13).

Estadual de Educação de Goiás, por onde esteve por duas décadas. E reconhece que à época de sua sagração episcopal não tinha muita maturidade pastoral, mas, como vigário episcopal e principalmente como bispo auxiliar, ele e Dom Fernando se ajudavam mutuamente. E foi tendo clareza de sua missão na Arquidiocese de Goiânia, na sua condição de auxiliar, sem poder, assim, implantar grandes projetos, mas trabalhando em longínquas visitas pastorais, pela unidade de toda Igreja.

“No dia que eu fui nomeado, escolhi como lema *Ut unum sint* (Que todos sejam um), aquelas palavras de Jesus no evangelho de João. Então pensei: minha grande missão aqui, em Goiânia, era ajudar para uma maior sintonia entre o clero e seu arcebispo. Dom Fernando, apesar de muito bom e muito querido, tinha vindo de fora, não conhecia tão bem quanto eu a realidade de Goiás e também tinha temperamento forte. De vez em quando era preciso mediar. Então, desde a época em que eu fui nomeado vigário geral, mas sobretudo depois, como bispo auxiliar, ele mesmo falou que queria que eu fosse ponto de convergência entre ele e a comunidade. E procurei fazer isso. Não houve grandes projetos porque eu era apenas bispo auxiliar. Foram 14 anos morando em Goiânia. A arquidiocese era imensa. Nossos limites iam até ao Rio Paranaíba. Hoje onde era a Arquidiocese de Goiânia daquela época, são, depois do começo do pastoreio de Dom Fernando, sete dioceses: de São Luís de Montes Belos, Goiânia, Brasília, Luziânia, Itumbiara, Palmeiras e Anápolis. O território era imenso. Eu passava praticamente a metade do ano em visitas pastorais, indo às cidades mais distantes: de Itumbiara a Jaraguá, de Itauçu até aquela região de Edéia e Jandaia. Também íamos até Palmeiras, Palminópolis, Paraúna. Viajava muito. Praticamente vivia a metade do mês fora de Goiânia nessas visitas pastorais. Por isso não tive grandes projetos, era bispo auxiliar. Minha missão era trabalhar pela unidade da Igreja e colaborar com Dom Fernando nas decisões assumidas, sempre, pela Arquidiocese em conjunto” (Oliveira, 2006).

E depois de mais de 14 anos como bispo auxiliar de Dom Fernando, recebeu a notícia do Papa Paulo VI, em 1975, de que fora escolhido para ser bispo da Diocese de Ipameri. Dom Antonio tomou posse em março do ano seguinte e, a partir daí, surgiram rumores de que, considerando sua atuação pastoral nessa diocese, tornara-se um bispo de linha conservadora⁸. Mas para ele próprio – e também para Moura⁹ (2006) –, não. A sua ida para Ipameri foi uma mudança importante, apesar de alguns tentarem colocá-lo contra Dom Fernando¹⁰. Cidade interiorana, segundo Oliveira (2006), Ipameri tinha outra realidade, bem diferente da de Goiânia.

“Interpretam que eu era de outra linha pastoral. Mas acontece que Ipameri é uma cidade do interior, a diocese toda interiorana. Daqueles tempos passados já somam 30 anos. Era, portanto, uma época diferente. E lá não havia grandes problemas sociais. Alguns pequenos nós o enfrentávamos juntos, porque lá havia um bom número de sacerdotes unidos. O Padre Joel Ferreira, por exemplo, que era padre moço, muito empenhado na formação, ajudava-nos a

⁸ Essa impressão de fato muitos tinham. É o que afirma, por exemplo, Moura (2006), fazendo uma “memória viva” de Dom Antonio, na festa de seus 80 anos de idade: “Tínhamos receio de que o senhor poderia dificultar a realização do Intereclesial (VI Encontro Intereclesial das Cebs, acontecido em Trindade, em 1986), que foi com tanto carinho acolhido pelo nosso saudoso e querido pastor Dom Fernando.

⁹ “No entanto, o Senhor nos surpreendeu. A sua simplicidade, o seu carinho, a confiança e o apoio incondicional às comissões organizadoras do evento, não só solidificaram nossas relações de irmãos e irmãs, como pudemos ver crescer, na Igreja de Goiânia, a co-responsabilidade e a co-participação na organização ministerial, apontando que o importante é construirmos uma igreja de comunhão e não de privilégios”.

¹⁰ “Depois do final da minha estadia aqui, como bispo auxiliar, houve muito jogo, assim, subterrâneo... quer na igreja quer fora dela, para me dividir contra Dom Fernando. Mas tanto ele como eu, éramos muito leais e francos um com o outro, procurávamos ser muito abertos. Assim, procuramos ser amigos até o fim da vida dele” (Oliveira, 2006).

ver a realidade à luz da Bíblia. Então o que tínhamos era um modo de agir diferente, de acordo com aquela realidade local.” (Oliveira, 2006).

Ademais, Dom Antonio diz ter grande admiração por Dom Fernando, desde os seus tempos anteriores, antes de vir para Goiânia.

“Eu admiro e admirei sempre Dom Fernando, como grande arcebispo que foi não só aqui em Goiânia, mas pelo trabalho magnífico que desenvolveu em Patos. Em Patos como pároco e em Benedito e Aracaju, como Bispo. Já conhecia por causa do seu grande trabalho na Ação Católica, que era um trabalho que eu também acompanhava como padre aqui em Goiás, então eu já o admirava” (Oliveira, 2006).

Com a morte de Dom Fernando em junho de 1985, Dom Antonio é nomeado seu sucessor. “Depois de 24 anos, como bispo da Igreja Católica, completados dia 29 de outubro de 1985, Dom Antonio foi chamado para uma nova e árdua missão: ser arcebispo metropolitano de Goiânia, nos passos de Dom Emanuel Gomes de Oliveira e dom Fernando Gomes dos Santos” (Revista da Arquidiocese, 2002, p. 15).

Dom Antonio tomou posse como arcebispo metropolitano de Goiânia em 12 de janeiro de 1986, depois de ter convivido 18 anos com Dom Fernando. Esforçou-se por articular um trabalho colegiado, privilegiando sempre a comunidade como lugar da manifestação de Deus. E como arquidiocese teve a presença marcante de Dom Fernando, seu grande compromisso era continuar a sua obra. Para Alves (2006), os principais feitos pastorais de Dom Antonio, como arcebispo, foram os seguintes:

“Acreditou, testemunhou, incentivou e investiu no modelo eclesial de CEBs e na relação ‘Comunhão e Participação’ na Igreja. Quando

a esta, em todos os níveis: na base (era ele próprio um agente de pastoral, enquanto serviço presbiteral, junto à comunidade Santa Luzia, no Bairro Parque Real, periferia de Goiânia), nas paróquias, nas Regiões Pastorais, na Arquidiocese, na CNBB regional Centro Oeste e CNBB Nacional, além da Comunhão e Participação com a Sé Apostólica. Também respeitou, apoiou e incentivou muito a Vida Religiosa Consagrada, especialmente as comunidades inseridas em meios às periferias da capital goiana e pequenas cidades pertencentes à Arquidiocese no interior do Estado. Por fim, implantou e solidificou uma coordenação da pastoral arquidiocesana colegiada com representações de todas as forças vivas da igreja Particular, quer nas Regiões Pastorais, quer na própria Arquidiocese”.

Dom Antonio incentivou a participação e o protagonismo dos leigos, respeitando as diferenças, inculturando o evangelho. Respeitou os movimentos, sem poupar críticas aos mesmos, quando voltavam-se para si, esquecendo as dimensões da unidade e co-responsabilidade eclesiais: “Aqui Dom Antonio foi claro: disse que ‘onde tinha a RCC, que a gente respeitasse; mas onde não tinha, que não se criasse’. Ao meu ver, era porque a Renovação Carismática Católica só quer saber de rezar e não assume nenhum trabalho pastoral concreto, de transformação da realidade” (Souza, 2006).

Em seu tempo de arcebispo, Dom Antonio criou 13 paróquias e 13 redes de comunidades, abrangendo desde setores da periferia de Goiânia até Aparecida de Goiânia. Dinamizar as estruturas da Arquidiocese, tornando-as mais participativas, foi uma de suas preocupações constantes. Com essa preocupação, implementou a criação de Redes de Comunidades, consolidou as regiões pastorais, criou a Comissão Executiva de Pastoral e investiu na formação de sacerdotes. Articulou a vinda de agentes de pastoral, padres, religiosos e religiosas, para o trabalho pastoral nas periferias, manteve a comunhão com o Papa, expressa nas visitas *ad limina*, partilhou terreno da

Arquidiocese com posseiros sem teto, acompanhou movimentos populares em defesa da vida e dos direitos humanos, fortaleceu a Sociedade Goiana de Cultura e revitalizou a UCG (Revista da Arquidiocese, 2002).

“Inspirado no exemplo de seu antecessor e no compromisso que a Igreja assumiu, em Medellín, com a maioria pobre excluída, Dom Antonio reafirmou a dimensão profético-evangelizadora da Arquidiocese de Goiânia, com o apoio claro às organizações e os movimentos populares e ampliando os serviços aos empobrecidos, como a Comissão de Direitos Humanos, a Associação de Apoio aos Desempregados, a Comissão de Justiça e Paz” (Revista da Arquidiocese, 2002, p. 19).

Dom Antonio fez uso constante da palavra. Em suas pregações, destacava aquilo que vivia e defendia: a unidade da igreja, a bondade de Deus, e tinha sempre uma de denúncia das injustiças sociais, em defesa dos injustiçados. Particularmente na festa do Divino Pai Eterno, em Trindade, Dom Antonio não poupava críticas à autoridades, estivessem elas presentes ou não (Oliveira, 1999, p. 5).

Com o passar dos anos e concluindo o seu tempo canônico de pastoreio na Arquidiocese de Goiânia, Dom Antônio fez o seu pedido de renúncia ao Papa, que o aceitou seguidamente. E no dia 14 de julho de 2002, na Praça Dom Emanuel, em frente à Catedral Metropolitana, Dom Washington Cruz, até então bispo de São Luís de Montes Belos, tomou posse da Arquidiocese de Goiânia¹¹, sendo o seu terceiro arcebispo. Dom Antonio, que teve como arcebispo 16 anos de atuação, destacou seus feitos e a herança recebida de

¹¹ “Dom Washington assume a Igreja de Goiânia cuja área geográfica é de 13.342 quilômetros quadrados, uma população de 1.790 milhão de habitantes na capital do estado e em outros 26 municípios, 161 padres sendo 75 diocesanos e 86 religiosos, e 109 casas religiosas femininas” (Revista da Arquidiocese, p. 5, 2002).

Dom Fernando, demonstrando também o desejo de que os tantos benefícios até então construídos fossem considerados (Revista da Arquidiocese, 2002b).

Passados os anos, surgiram os pareceres sobre Dom Antonio, agora bispo emérito residente na cidade de Inhumas. E para muitos é comum a idéia de que ele teve suas particularidades, deixou as marcas de sua ação pastoral profética, mesmo tentando continuar a linha pastoral de Dom Fernando – ou talvez exatamente por isso.

“A Dom Fernando sucede Dom Antonio Ribeiro de Oliveira, outra personalidade, outro jeito de ser, de comportar-se, de agir e reagir, mas com o mesmo espírito de serviço a Deus e aos irmãos, na verdade. Humilde, simples, corajoso, retoma a caminhada da Arquidiocese que ajudara a plasmar, como bispo auxiliar e aí imprime sua marca, sem choque nem traumas. Assume atitudes proféticas, anima, estimula, conforta, consola. Sofre com os que sofrem, alegra-se com quem está alegre, transmite fé e esperança. Dom Antonio não só prega comunhão e participação. Vive-as profundamente no contato pessoal, nas visitas pastorais, reuniões, nas assembléias. A Arquidiocese e suas obras cresceram não obstante a sua simplicidade e modéstia. Dom Antonio realizou uma grande obra sem luzes e holofotes, bem a seu jeito” (Flores *apud* Fleury, 2002, p. 10).

Para muitos, “profeta” e “profecia” são expressões que qualificam o trabalho e o jeito de ser de Dom Fernando. E como Dom Antonio deu continuidade às suas linhas básicas pastorais¹², com um jeito de ser simples e solidário, pode-se dizer que essas mesmas expressões acima caracterizam o pastor e o bispo Dom Antonio Ribeiro de Oliveira.

¹² É o que afirma, por exemplo, Fleury (2002, p. 11): “Os pontos marcantes da ação pastoral de Dom Fernando foram assumidos pelo especial empenho de Dom Antonio”.

“Dom Antonio, presença profética de pastor vigilante, de solidariedade, de comunhão, de diálogo, de esperança, de serviço à Igreja de Goiânia. Sou testemunha da doação de sua vida a esta Igreja e da sabedoria com que assumiu e deu continuidade, no espírito do Concílio Vaticano II, à caminhada da Arquidiocese tão bem implantada pelo seu antecessor, Dom Fernando, adaptando-a à realidade que o momento exigia” (Scapini, 2006, p. 2).

A linha geral da pastoral de Dom Antonio, portanto, seguiu a de Dom Fernando, colocando a Igreja a serviço dos mais pobres e excluídos, trabalhando em equipe, buscando, motivado pelo testemunho próprio, a transformação da realidade, pela unidade eclesial, comunhão e participação. “O que podemos afirmar é que a Pastoral da Arquidiocese de Goiânia, com o pastoreio de Dom Antonio teve muitas e profundas características libertadoras, motivada sobretudo pelo testemunho pessoal dele enquanto homem e pastor” (Alves, 2006).

1.4 Síntese e perspectiva

Este primeiro capítulo, “Elementos históricos da Arquidiocese de Goiânia”, traz um panorama histórico geral de temas importantes para o desenvolvimento deste trabalho. Não se compreende bem uma realidade sem saber de seu passado, de sua história. Para se compreender a história da Arquidiocese de Goiânia, faz-se necessário voltar atenção para a antiga Diocese de Goiás e para a própria história do Estado, em cuja formação estavam presentes religiosos com atuação do que se chamava também pastoral. Depois da criação da Arquidiocese de Goiás, Goiânia destaca-se, principalmente depois da criação de Brasília, tornando-se Arquidiocese. Aí vem o seu primeiro arcebispo, Dom Fernando. Trabalhou na estruturação de uma

igreja extensa e em formação, enfrentando os tempos difíceis da ditadura militar. Com pulso firme, pastoreou profeticamente.

Dom Antonio, filho de família camponesa, simples e religiosa, fez-se padre e bispo auxiliar, depois bispo de Ipameri e, por fim, da Arquidiocese de Goiânia. Contrariando as expectativas de muitos, seguiu o caminho de Dom Fernando. Buscou isso, em realidade que foi transformando-se a cada dia. Enfrentou novos desafios. Incentivou as pastorais e outras iniciativas que julgava de acordo com as prioridades arquidiocesanas. O que não era, não incentivava. Buscou dar testemunho daquilo que acreditava, tocando, em suas pregações e escritos, em temas de ordem sócio-político, a favor dos mais pobres e excluídos. Foi tornando cada vez mais consistentes as linhas de atuação pastoral, na busca da unidade eclesial interna, pelo caminho da “Comunhão e Participação”, sempre de olho nas injustiças do mundo, contra as quais posicionou-se com firmeza.

Com esse capítulo concluído, segue o segundo, “Carisma e profetismo bíblico-sociológicos e libertação latino-americana”. Ora, tendo dado a base dessa dissertação, esse capítulo segundo trabalhará a referência teórica, sobretudo o conceito de “profeta” e “profetismo”, expressões-chave para se entender por que é que se pode afirmar que ações de Dom Antonio, enquanto arcebispo de Goiânia, podem ser consideradas proféticas. Tanto a Bíblia quanto escritos de sociólogos da religião conceituam e refletem sobre ações proféticas, profetismo e profetas. É preciso ver como esses termos são conceituados ou entendidos. É, igualmente, importante analisar ações proféticas da América Latina, que inclusive levaram muitos a perder a própria vida por causa semelhante à de Dom Antonio.

Por fim, tem-se já o suporte histórico, o objeto básico da reflexão e clara a necessidade do referencial teórico, que é o que se segue adiante.

CAPÍTULO 2 – PROFETA E PROFETISMO NA LIBERTAÇÃO LATINO-AMERICANA

No período em que Dom Antonio ocupou o arcebispado da Arquidiocese de Goiânia, lideranças de toda América Latina comungavam idéias comuns, no que tange às motivações singulares que os levavam a evangelizar de um jeito particular. Suas ações não foram por acaso. Tiveram, para isso, “mediações bíblico-teológicas”. As reflexões e a militância pastoral fundamentavam-se em idéias surgidas oficialmente, mas reinterpretadas à luz da realidade concreta da América Latina. Assim, a história do povo (bíblico) de Deus ou situações do tempo de Jesus assemelhavam-se à história e situações do povo latino-americano, do brasileiro, do Centro-Oeste – refletiam teólogos. Então uma releitura da Bíblia foi dando base para certas práticas de transformação da sociedade. E o Concílio Ecumênico Vaticano II deu condições para essa reflexão e prática; seguidamente, as conferências episcopais que o procederam adentraram-se mais nas questões, tecendo uma teologia própria para o continente, considerando sua realidade própria. A Bíblia foi suporte indispensável para essa teologia. E foi essa teologia que fundamentou as ações sócio-transformadores de bispos, padres, religiosos e leigos em todo continente.

Para fazer a reflexão e formular conceitos básicos de todo este capítulo, valer-se-á da contribuição de sociólogos da religião, particularmente das de Max Weber, Pierre Bourdieu e Otto Maduro. São importantes porque eles trazem idéias bem formuladas sobre alguns termos que serão fundamentais para a compreensão do eixo norteador de todo o trabalho, tais como: sociologia, sociedade, religião, campo religioso, igreja e profeta. Sua

função social e influência na sociedade. Com essa base teórica, toda ela refletida cientificamente, sob a ótica do estudo de ciências da religião, poder-se-á compreender o que vem a ser profeta e, por conseguinte, ações proféticas. Passo a passo, ver-se-á adiante as mediações bíblica e teológica e, por fim, a ótica sociológica, a partir da qual as anteriores devem ser consideradas.

2.1 Mediações bíblico-teológicas

As mediações bíblico-teológicas que serviram de ferramenta teórico-prática para Dom Antonio, em seu pastoreio na Arquidiocese de Goiânia, têm seu ponto de partida no Concílio Ecumênico Vaticano II¹³. Foram frutos de decisões importantes, estimuladas posteriormente por teólogos que buscaram fundamentos para justificar suas práticas. Ao mesmo tempo valeram-se destas para construir sua teologia, a da libertação latino-americana, da qual muitos bispos ou igrejas se valeram. E toda teologia valeu-se de fundamento bíblico, indispensável para qualquer teologia cristã.

2.1.1 Mediações bíblicas

A reflexão teológica latino-americana pós-conciliar buscou o seu fundamento bíblico sob outro prisma, com uma leitura da Bíblia feita de outra forma, com outros objetivos. “A nova leitura é, antes de mais nada, profundamente litúrgica. Está enraizada no convívio da comunidade, em seu canto, em sua oração, em sua eucaristia. Não foi concebida no academicismo

¹³ O Concílio não se constitui, por si só, um tratado teológico propriamente. Mas ele todo supõe uma teologia e pode ser base para a continuidade de sua teologia implícita.

ou no mundo racional. Seu braço é a liturgia comunitária” (Schwantes, 1988, p. 81).

Em toda América Latina foi-se incentivando uma leitura popular da Bíblia, articulada e acontecida sobretudo nas CEBs. Richard (1988) aborda esse tema, tratando da hermenêutica da libertação. Para ele, a leitura popular da Bíblia, uma de suas práticas de leitura, leva a duas rupturas: a ruptura política com o sistema dominante, a partir de um novo sujeito histórico, e a ruptura espiritual com a idolatria dominante, tendo o mundo dos pobres como lugar de nova experiência de Deus. “Na raiz da leitura popular da Bíblia e da hermenêutica da libertação, tal como está hoje nascendo na América Latina, está o pobre como novo sujeito histórico e a experiência de Deus no mundo dos pobres como nova experiência espiritual” (p. 10).

Uma idéia bíblica fundamental, básica e indispensável, é a do projeto de Deus. Deus tem um projeto para o seu povo, para a humanidade. Mesters (1983) enumera as características desse projeto: que a sociedade seja igualitária, tenha autonomia produtiva, com descentralização do poder e com leis que defendem o sistema igualitário; nela o bem de todos é defendido pela união de todos, havendo a socialização do poder e fé no Deus único; o culto, descentralizado, deve celebrar a vida e a história (p. 22-33).

De fato, essa idéia se mostra em fatos concretos, com pessoas concretas. Em Abraão o desejo de Deus, de ter um povo numeroso e abençoado, se mostra: “Farei de ti uma grande nação! Em ti serão abençoados todos os povos!” (Gn 12, 1-4). Sob o peso do sofrimento, o povo, depois de certo tempo, lembra-se das promessas de Deus (Ex 1-3), e este envia Moisés para libertá-lo: “Eu ouvi o clamor do meu povo! O seu clamor subiu até mim e eu resolvi descer. Por isso, Moisés, vá libertar o meu povo! (Ex 3, 7-10)”

(Mesters, 1983, p. 17). Javé não só ouve, mas permanece junto a Moisés (Ex 3, 12).

Particular atenção se deve dar a este livro do Êxodo. A este evento, os israelitas farão referência constantemente, como decisivo para sua história. “Tudo o que constituiu o êxodo, ficou gravado profundamente no ser de Israel, como uma experiência muito profunda. Foi, com efeito, o acontecimento mais decisivo de sua história, que captou um sentido libertador de Deus e um valor essencial em sua vocação, a *liberdade*” (Croatto, 1981, p. 70).

A experiência do êxodo é elemento fundador da fé bíblica, diz Rinaldo Fabris, o que remete à imagem de Deus como aquele que está ao lado dos pobres – “os últimos e os fracos”. “São os dois aspectos complementares da imagem bíblica de Deus: redentor e protetor dos pobres. Aqueles que Deus fez sair do Egito são os pobres. Na terminologia já conhecida, eles são chamados *‘anawîm* e, nas expressões correspondentes, ‘oprimidos’...” (1991, p. 57).

Quanto aos profetas, quem são e o que lhes compete? “O profeta é, por assim dizer, o homem que vem cobrar do povo o compromisso livremente assumido com Deus e consigo mesmo” (Mesters, 1989, p. 71). Sobre seu ofício, este mesmo autor segue dizendo que “a missão e atuação do profeta são sempre condicionadas pela situação concreta do povo ao qual ele dirige a sua mensagem. Da parte de Deus, ele é enviado ao povo, a fim de ser instrumento na mão de Deus, para fazer com que o povo caminhe...” (1989, p. 71).

Os profetas se deparam com situações de crise e corrupção, e as enfrentam. São os profetas, uma referência teórica muito importante. Serão sempre lembrados, nas reflexões e orações latino-americanas, pelos seus feitos, motivando as práticas semelhantes. São pessoas que denunciam injustiças, motivados pela fé. “O homem (Isaías) que, em 740/735, denunciou a

corrupção de Jerusalém e que, durante cerca de quarenta anos, interferiu nos negócios públicos do Estado de Judá devia sua mensagem ao Deus que lhe tinha aparecido em todo o seu esplendor...”(Amsler *et alii*, 1992, p. 102). Já o profeta Jeremias (séc. VII a. C.) insistia na conversão de seu povo, retomando os mandamentos de Deus, dos quais havia se desviado. “A conversão abrange para Jeremias aspectos muito diversos: culturais, sociais, mudança de mentalidade e de atitude. Não devemos esquecer, porém, o aspecto mais difícil, aquele que provocou suas maiores perseguições: o político” (Sicre, 1995, p. 249).

Ademais, os profetas têm traços essenciais que os caracterizam a todos: são pessoas inspiradas, públicas, videntes, gente de Deus; surgem sob pressões externas, limitam-se a poucos, defendem uma moralidade básica para toda sociedade, não estão abertos a todos, são pessoas ameaçadas. “Por último, convém recordar que a profecia é um *carisma*. Como tal, rompe todas as barreiras. A do sexo, porque em Israel existem profetisas, como Débora (Jz 7) ou Hulda (2Rs 22). A da cultura, porque não são necessários estudos especiais para transmitir a palavra de Deus...” (Sicre, 1995, p. 202).

Quanto a Jesus, ele é visto como aquele que veio realizar o projeto de Deus (Mesters, 1983, p. 36), proporcionando vida em abundância para todos (Jo 10, 10). Jesus reconhece isso logo no início de sua vida pública: no templo, lê Lucas 4, 18-19: “O Espírito do Senhor está sobre mim, porque ele me ungiu para evangelizar os pobres; enviou-me para proclamar a remissão aos presos e aos cegos a recuperação da vista, para restituir a liberdade aos oprimidos e para proclamar um ano de graça do Senhor”. Depois de sua ressurreição, seus seguidores sentiram-se animados para terem a partilha dos bens, numa experiência de pequenas comunidades. “Ora, animados por este mesmo poder de Deus que vence a morte, os seguidores de Jesus, os primeiros cristãos,

organizaram a sua vida em pequenas comunidades, viviam em comunhão fraterna, tinham tudo em comum e já não havia mais necessidade entre eles (cf. At 2, 42-44)”.

Essa primeira experiência dos cristãos originários é a contemplação do plano de Deus começado com Abraão. Foi para isso que Deus libertou seu povo do Egito, foi em prol disso que lutaram os profetas, foi por isso que morreu Jesus. Essa vida igualitária possível, que se dá na vivência de fé em Jesus, o libertador dos pobres e oprimidos, é que será também a busca de igrejas latino-americanas, dentre elas, a Arquidiocese de Goiânia, decididamente abraçada por Dom Fernando, e corajosamente continuada por Dom Antonio. Para isso fundamentar as ações dessas igrejas, essa reflexão bíblica será de grande valia.

2.1.2 Mediações teológicas

Somente os pontos teológicos considerados indispensáveis ao nosso tema é que serão aqui tratados: o Concílio como porta que se abriu para se elaborar uma teologia a partir da própria realidade – no caso, a latino-americana –; uma cristologia que destaca Jesus Cristo histórico, que liberta o pobre da opressão, valendo-se de uma igreja profética, cujos elementos básicos de sua fundamentação bíblica foram anteriormente elucidados.

2.1.2.1 O Concílio Ecumênico Vaticano II

Esse evento da Igreja mundial foi um marco para a Igreja latino-americana sentido e abraçado pela Arquidiocese de Goiânia, a partir do estímulo de seu pastor, Dom Antonio, para quem o Concílio estimulou o auto-conhecimento e a comunhão de toda Igreja, tocando em temas de fato fundamentais para isso.

“Todo o Concílio foi um novo Pentecostes. A Igreja tomou consciência de si mesmo. Nós, antes, não nos conhecíamos. As quatro constituições criaram novo alento e espiritualidade mais acentuada na grande visão de toda a Igreja. Esta visão se aprofundou na Comunhão (*Lumen gentium*), na Liturgia (*Sacrosanctum Concilium*), na Palavra de Deus (*Dei Verbum*) e na sua inserção no serviço do Evangelho ao mundo (*Gaudium et Spes*). Os outros aspectos decorrentes, também, são de grande frutificação na vida eclesial, tais como o ecumenismo, a liberdade religiosa, o diálogo inter-religioso, a missão dos leigos. (...) O Concílio está presente na Arquidiocese. Embora ainda haja muito por fazer” (Oliveira, 2002, p. 23).

A preocupação desse concílio foi sobretudo pastoral, cujos objetivos se nota na constituição dogmática sobre a liturgia. Aqui se diz que o concílio se dispõe a aumentar a vida cristã entre os fiéis, a adaptar as instituições da Igreja às necessidades do mundo em mudança, a promover a união dos cristãos e a incentivá-los a participar da Igreja (Compêndio do Vaticano II, 1991, p. 259). Em vez de ser “sociedade perfeita”, a única capaz de conduzir o ser humano à salvação, a Igreja passa a ser “sacramento universal de salvação”, devendo agir no mundo. O modelo eclesial também mudou, porque mudou o seu sujeito: antes do concílio ele era o pré-moderno, o do passado; com o concílio, o sujeito moderno, baseado na realidade do presente, é acolhido (Codina, 1993, p. 169-174).

A resposta imediata dos bispos latino-americanos foi a convocação dos mesmos para a Conferência Episcopal de Medellín, em 1968, na Colômbia. Nesta a Igreja traçou a sua linha de ação pastoral, em aplicação inovadora do Concílio. Dispôs-se a buscar a libertação integral do ser humano, afirma

Codina, valendo-se do tema do êxodo, insistindo numa visão de Igreja como *povo de Deus* (1993, p. 194).

Em seguida surge a Conferência de Puebla, em 1979, no México, da qual o Papa João Paulo II fez questão de participar. Embora alguns insistissem que a sua atenção deveria estar sobre o problema da secularização e do ateísmo moderno, acabou tomando como enfoque prioritário o tema da fome e da situação de prostração do povo pobre. Destaca-se a decisão dos bispos de reassumir a posição defendida na conferência de Medellín, “que fez uma clara e profética opção preferencial e solidária pelos pobres, não obstante os desvios e interpretações com que alguns desvirtuaram o espírito de Medellín, e o desconhecimento e até mesmo a hostilidade de outros” (Conclusões da Conferência de Puebla, 1979, p. 352). E seguem dizendo da necessidade de toda a Igreja se converter para essa opção, visando a sua libertação integral (1979, p. 352).

Por fim, pode-se dizer que os documentos dessas conferências deram sustentáculo a teólogos, bispos e animadores de comunidades que foram moldando um jeito novo da Igreja latino-americano.

2.1.2.2 Uma teologia latino-americana da libertação

No final dos anos 60, já tendo o Concílio Vaticano II e a Conferência de Medellín como portas abertas para um novo tempo, teólogos começaram a produzir textos de uma nova teologia, a Teologia da Libertação. De destaque considerável é o texto de Gutiérrez (1971). Trazendo como título o nome da teologia que defende, o autor propõe que a reflexão teológica seja crítica, libertadora. Faz fortes críticas às ideologias que acabaram se inserindo na teologia, levando-a à alienação. Comenta a opção da igreja latino-americana, enfocando num primeiro momento a necessidade de se ter consciência da

realidade, depois de se organizar para se libertar. Vê que para uma transformação da realidade latino-americana é necessário uma nova presença da igreja na América Latina (p. 108-112). Por fim, Gutiérrez fala de perspectivas: aponta caminhos, traz outra concepção da ação de Deus na história da humanidade, de igreja como sacramento da história e, por fim, da pobreza. Comenta as ambigüidades do termo e sua significação bíblica (p. 234-249).

Clodovis Boff será quem vai dar sustentabilidade epistemológica à TdL, em “Teologia e Prática, teologia do político e suas mediações”. Aponta o eixo epistemológico que essa teologia deve percorrer. Adverte, por exemplo, que a epistemologia teológica deve resolver a indagação referente ao código que deve governar a interlocução das disciplinas das quais da Teologia do Político faz uso, as Ciências do Social. “Ora, enquanto a Teologia do Político não tirar a limpo tal indagação, ela permanecerá impotente para responder às censuras que se lhe dirigem, tais como o bilingüismo, a mixagem semântica, a socialização da teologia, a tendência cripto-marxizante, o pragmatismo teórico, etc.” (1976, p. 792).

Outra mediação igualmente importante é a hermenêutica. Boff procura evidenciar, refletindo sobre ela, a diferença opositiva da Teologia do Político ante à teologia tradicional. Essa oposição não é por razão intrínseca, teórica, mas por motivos ideológicos. Enquanto a teologia tradicional estava ligada à ideologia dominante, a Teologia do Político, numa busca de articular Fé e Política, busca efetivar uma proposta prática mais operatória (1976, p. 793).

Um autor que vai trabalhar com detalhes a desideologização da teologia é Juan Luís Segundo, em *Libertação da Teologia* (1978). Cita tentativas de uma nova hermenêutica (p. 9-44), bem como comenta a relação da fé com as ideologias (p. 107-136). Sobre conseqüências hermenêuticas, há referências

no último ponto do último capítulo. Segundo vê aqui com clareza que o círculo hermenêutico de uma teologia libertada e libertadora deve também "passar pela suspeita sistemática de que tanto a teologia vivida, como sua expressão acadêmica, têm sido desviadas para finalidades massivas, com sua correspondente distorção de conteúdos" (p. 252).

Segundo, por fim, diz serem esses caminhos que apontam pistas abertas que terão muito a percorrer, de um imprevisível futuro. "O único que, desde já, se pode dizer delas é que partem da carne e do sangue de homens concretos que sofrem, trabalham e pensam para construir o Reino de Deus com os materiais humanos deste continente oprimido e maravilhoso" (p. 259).

2.1.2.3 Uma cristologia da libertação

A Cristologia, com ênfase no Jesus histórico, é outro ponto de reflexão que deve ser suposto por quaisquer outras reflexões latino-americanas. E a TdL redigiu uma cristologia da libertação, buscando compreender Jesus como ser histórico – não negando sua divindade, é claro. Leonardo Boff, em Jesus Cristo Libertador, analisa as hermenêuticas pelas quais se conhece o Jesus histórico e o que ele quis ao passar pelo mundo. E conclui que Jesus veio para anunciar o Reino de Deus, compreendido não como um território, mas como uma nova ordem das coisas (1980, p. 68). Para isso, Jesus busca libertar a consciência oprimida, pregando o amor. E quanto às leis existentes, "se elas auxiliam o homem, aumentam ou possibilitam o amor, ele as aceita. Se, pelo contrário, legitimam a escravidão, ele as repudia e exige quebra" (p. 80).

Conversão e libertação são dois passos necessários que Jesus propõe para atingir o homem novo. Assim é que se chegará ao amor, fazendo deste uma norma de vida e de conduta moral. Isso não é fácil, diz Boff. "É mais fácil viver dentro de leis e prescrições que tudo prevêm e determinam. Difícil é

criar para cada momento uma norma, inspirada no amor. O amor não conhece limites. Exige fantasia criadora. Só existe no dar e no pôr-se a serviço dos outros” (1980, p. 82).

2.1.2.4 A eclesiologia latino-americana da libertação

Um novo modelo de igreja foi sendo construído na América Latina depois da possibilidade aberta pelo Concílio Vaticano II e pelas conferências episcopais deste continente. Teólogos procuraram ir mais concretamente apontando caminhos, a partir de experiências, e estas foram se efetivando, a partir de reflexões concernentes.

Codina (1993) trabalha com detalhes este tema. Depois de passar por toda história da eclesiologia, percorrendo o primeiro e o segundo testamento bíblicos, chega às histórias de nossa era e, por fim, ao nosso tempo. Faz uma referência aos antecedentes da eclesiologia latino-americana, os sóciopolíticos, os eclesiais e os teológicos. Fala da representatividade das conferências latino-americanas, para quem Puebla, por exemplo, representa três eixos de leitura, a saber:

- “O desafio da realidade latino-americana, cujo clamor sobe ao céu, que se agravou desde Medellín e que constitui escândalo e pecado, contrário aos planos de Deus (Puebla 28-44).
- A comunhão e participação, como horizonte do plano de Deus, o reino de Deus, que contrasta com a dura realidade latino-americana.
- Nesta situação de contraste, os bispos reunidos em Puebla fazem a opção preferencial pelos pobres, opção profética, em continuidade com Medellín” (Puebla 1134) (Codina, 1993, p. 195).

A eclesiologia latino-americana da libertação parte, portanto, da realidade continental de injustiças, busca uma Igreja de “comunhão e

participação”, sinal do reino de Deus, a partir da opção preferencial pelos pobres. Concretamente, esse jeito diferencia-se do modelo piramidal, tradicional de igreja construído a partir do século XI. Clodovis Boff (1988) demonstra em gráfico esse modelo anterior ao Concílio Vaticano II, o que este propõe (moderno, renovado) e o latino-americano (de comunhão, novo). Sobre relações (eclesiais) internas, enquanto o primeiro se caracteriza pela centralização, tendo o padre como dono, chefe, e o leigo como executor ou “freguês”, o segundo tem o paternalismo como marca, em que o padre é o líder (que decide), e o leigo o colaborador; por fim, no modelo de comunhão e participação, a co-responsabilidade é buscada por todos, padre e leigos, sendo aquele um animador e este um participante ativo (p. 90). Claro que esses são “tipos ideais”, adverte Boff, porque estão misturados e, concretamente, são mais importantes para “analisar” a realidade e “orientar” a ação (p. 90).

Pode-se citar algumas características gerais dessa eclesiologia, praticamente falando: ela está voltada para um agir transformador do mundo sócio-político, valoriza os organismos populares que lutam pela libertação integral dos pobres e oprimidos: os povos indígenas, os lavradores, os negros, os favelados, a mulher. Quanto a esta, houve uma sintonia significativa entre os ideais teológicos latino-americanos com as reflexões e lutas feministas, particularmente quanto à proposta de uma nova relação de gênero, em que homem e mulher possam caminhar lado a lado lutando pela liberdade, nutridos pela fé: “Podemos propor a coisa de modo diferente: quando vemos homens e mulheres trabalhando lado a lado como amigos, tentando se interessar e entender mutuamente, perdoando-se, libertando-se para servir aos que ainda não estão livres – então vemos o sinal do reino que Jesus pregou” (Haughton, 1990, p. 127).

Com essa teologia, todas as ações pastorais da Igreja libertadora foram tendo um fio condutor, um objetivo comum: a libertação dos pobres e oprimidos da histórica opressão latino-americana. Para isso a igreja se reestruturou, valendo-se das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) como forma popular, participativa e dinâmica de vivência da fé, numa busca de transformação da realidade injusta em realidade justa, sinal do Reino de Deus. Institucionalmente a relação é outra. Se no modelo tradicional o pároco era o centro das decisões e nada na paróquia era encaminhado sem o seu consentimento, no modelo de CEBs a relação do pároco com a coordenação da comunidade se dá diferentemente: “ao pároco cabe, certamente, zelar pelos laços de comunhão da CEB com a grande instituição eclesial católica, mas os animadores e animadoras de comunidade não são mais nomeados por ele como eram os zeladores e zeladoras das capelas” (Boff *et alii*, 1997, p. 135).

2.2 A ótica sociológica

Neste ponto serão tratados conceitos e concepções de termos utilizados no desenvolvimento deste trabalho, conforme já dito acima, sob a ótica da sociologia. Religião, igreja e profeta são esses termos básicos. Ademais, tratar-se-á de outros elementos decorrentes destes, também importantes para melhor compreensão geral do trabalho. Vale acrescentar, contudo, uma fala sobre o sentido próprio da sociologia. Comumente compreendida como “ciência da sociedade humana, de suas mudanças e seus conflitos” (Maduro, 1981, p. 36). Este mesmo autor (1981, p. 39) assim a conceitua:

“A sociologia, portanto, é uma ciência da sociedade que procura explicar os fenômenos sociais baseada exclusivamente em outros fenômenos sociais. Não será, portanto, sociológica a explicação de fatos sociais através de causas sobrenaturais (a Providência, o

destino), *morais* (a bondade ou a maldade de um indivíduo, grupo ou sistema), *naturais* (o instinto, o clima ou a hereditariedade), meramente *individuais* (a inteligência ou a vontade de um líder, os complexos ou outras facetas psicológicas de uma pessoa) nem também *interindividuais* (as interações entre pessoas, o complô de um grupo, o crescimento demográfico etc.)”.

A sociologia é, portanto, uma ciência da sociedade. E esta é absolutamente indispensável na construção do mundo. Compreendida dialeticamente, a sociedade é um produto do ser humano, ao mesmo tempo em que o ser humano é um produto seu.

“A sociedade é um fenômeno dialético por ser um produto humano, e nada mais que um produto humano, que no entanto retroage continuamente sobre o seu produtor. A sociedade é um produto do homem. Não tem outro ser exceto aquele que lhe é conferido pela atividade e consciência humanas. Não pode haver realidade social sem o homem. Pode-se também afirmar, no entanto, que o homem é um produto da sociedade. (...) A sociedade existia antes que o indivíduo nascesse, e continuará a existir após a sua morte. Mais ainda, é dentro da sociedade, como resultado de processos sociais, que o indivíduo se torna uma pessoa, que ele atinge uma personalidade e se aferra a ela, e que ele leva adiante os vários projetos que constituem a sua vida” (Berger, 1985, p. 15).

E se a sociedade é um empreendimento de construção do mundo – sociedade que é um produto do ser humano, ao mesmo tempo em que este é um produto seu¹⁴, em um processo dialético¹⁵ fundamental – a religião ocupa um lugar destacado nesse empreendimento, afirma Berger (1985, p. 15).

¹⁴ - Essas duas idéias são dos clássicos da sociologia da religião, Max Weber e Émile Durkheim, e caracterizam uma diferença importante em suas teorias. “enquanto Durkheim está atento em fazer valer coerentemente o primado da sociedade sobre os indivíduos, a ponto de negar qualquer validade à análise psicológica, Weber se ocupa

2.2.1 Religião: grupo social estruturado e de sentido prático

Ao partir dessa compreensão de sociedade como objeto de estudo da sociologia, ter-se-á adiante o estudo da religião, parte da sociedade, feito sob o olhar reflexivo das ciências da religião. Assim sendo, vale destacar:

“O estudo da religião é sempre colocado dentro do estudo dos sistemas sociais, porque não se pode compreender o sentido um elemento sem examiná-lo no interior de um todo. Isso é fundamental para uma perspectiva sociológica que se pretende explicativa e não apenas descritiva” (Houtart, 1982, p. 240).

Mas qual é a idéia conceitual – sociológica, é claro – de religião propriamente que aqui levar-se-á em consideração? Dentre tantas, será utilizada a que mais está em sintonia com as idéias centrais desse trabalho. Religião é, portanto,

“uma estrutura de discursos e práticas comuns a um grupo social referentes a algumas forças (personificadas ou não, múltiplas ou

quase exclusivamente de estruturas institucionais metaindividuais, mas sempre e, por sua vez, coerentemente do ponto de vista da ação social dotada de sentido (*'sinnvoll'*), concebida e analisada como ação do indivíduo. Em outras palavras, a ação é social somente enquanto a ação do indivíduo se socializa, antecipando as reações dos outros e dando conta dos seus próprios prováveis efeitos. Durkheim é tanto sociocêntrico, quanto Weber é, metodologicamente falando, individualístico” (Ferrarotti, 1990, p. 30/1).

¹⁵ - Berger, ao fazer uma síntese teórica das abordagens sociológicas de Weber e Durkheim, para uma compreensão dialética do homem e da sociedade como produtos um dos outro, adverte: “Deve-se sublinhar que não queremos dizer que essa síntese dialética agradaria a esses dois autores. Nosso interesse é sistemático, e não exegético, e permite uma atitude eclética com relação a construções teóricas anteriores. Quando dizemos, pois, que essas construções ‘tem em vista’ uma síntese desse tipo, o fazemos no sentido da lógica teórica intrínseca, e não no das intenções históricas dos autores” (1985, p. 16).

unificadas) tidas pelos crentes como anteriores e superiores ao seu ambiente natural e social, frente às quais os crentes expressam certa dependência (criados, governados, protegidos, ameaçados etc.) e diante das quais se consideram obrigados a um certo comportamento em sociedade com seus 'semelhantes'" (Maduro, 1981, p. 31).

Outro fator importante: religião não é um vocábulo qualquer. Está situado em uma realidade concreta, e esta é que lhe dá um sentido próprio.

"o vocábulo 'religião', como qualquer outra palavra de um idioma, é um vocábulo situado histórica, geográfica, cultural e demograficamente no seio de uma certa comunidade lingüística e que é esta situação particular que dá o sentido ao vocábulo" (Maduro, 1981, p. 31).

A partir dessa idéia é que se compreende que a religião é influenciada pela realidade sócio-histórica da qual faz parte. Os conflitos sociais surgidos na América Latina, por exemplo, em decorrência das transformações e das sucessivas situações de dominação comuns a toda sua história, influenciam decisivamente suas religiões, "limitando e orientando a ação, ali, dessas religiões (condicionando, portanto, a importância, interpretação, difusão, mutações, organização, produção ritual e discursiva de qualquer religião)" (Maduro, 1981, p. 113).

Inserida em um contexto determinado, a religião, enquanto grupo social, tem o interesse de inserir-se no meio ambiente natural e social, situando-se e atuando dentro dele. Motivado por esse interesse, esforça-se por elaborar uma visão do mundo com seu "trabalho de produção especificamente religiosa", afirma Maduro (1981, p. 116).

“Para que o interesse religioso culmine em trabalho de produção religiosa, parece necessário que haja a experiência coletiva de uma personalidade carismática: uma pessoa, ou grupo, que encarne em atos e palavras os elementos capazes de inaugurar um processo social de produção religiosa¹⁶” (Maduro, 1981, p. 116).

A religião cumpre, portanto, uma função social: os leigos esperam justificativas das angústias existenciais, mas também de sua condição existencial, com todas as propriedades socialmente inerentes. É uma estrutura que dá sentido prático à existência. Bourdieu justifica tal afirmação dizendo que

“os leigos não esperam da religião apenas justificações de existir capazes de livrá-los da angústia existencial da contingência e da solidão, da miséria biológica, da doença, do sofrimento e/ou da morte. Contam com ela para que lhes forneça justificações de existir em uma posição social determinada, em suma, de existir como de fato existem, ou seja, com todas as propriedades que lhes são socialmente inerentes” (Bourdieu, 2005, p. 48).

Mas por que é que assim se constitui e age uma religião, como grupo social, parte de uma sociedade? O que fundamentalmente busca?

“Uma religião qualquer, então, deve manter continuidade com sua história e manter sua tradição, respeitar os limites de seu discurso fundador e reproduzir sua organização, conservar seu poder e

¹⁶ Produção religiosa, para Maduro (1981, p. 118), são: textos, fórmulas verbais, comportamentos perceptíveis freqüentes, usos institucionalizados do espaço e do tempo. O trabalho religioso tem uma função social objetiva: “permitir à coletividade portadora desse interesse atuar em seu meio ambiente sócio-natural com vista a preservar ou transformar sua situação objetiva nesse meio. Em outras palavras, além de subjetivo o trabalho religioso é um trabalho *objetivamente produtivo*”.

satisfazer as exigências de seus funcionários, adaptar-se às solicitações de seu heterogêneo público e utilizar racionalmente seus próprios recursos” (Maduro, 1981, p. 148/9).

2.2.2 Campo religioso: autonomia para tornar a vida boa e longa

Além dessa compreensão sobre o que vem a ser religião, sociologicamente, autores trabalham a idéia de “campo religioso”. E isso é importante para melhor aprofundar em especificidades da religião enquanto grupo social estruturado, situado historicamente, com poder e interesses próprios.

Referindo-se ao campo religioso, valendo-se de Bourdieu, Maduro o considera como

“campo social que tem – em parte – uma atividade particular própria (*autonomia*), não esquecendo porém o que já se viu: este campo está sempre situado em um contexto social determinado, que limita e orienta (isto é, que faz *relativa* ao contexto) a específica autonomia da religião” (1981, p. 114).

Esse ponto é importante porque, se a sociedade é uma grande organização de poder bem estruturado, ela assim se faz com grupos sociais organizados, igualmente estruturados. Dessa forma, a religião se constitui um campo religioso, um grupo com doutrina, hierarquia e um sistema burocrático próprio, fundamental para manter-se ativa no meio social (Bourdieu, 2005). Sobre o campo religioso propriamente, Maduro lembra que é nele que se dão as lutas internas, a decisão sobre a produção religiosa...

“O campo religioso é, precisamente, aquele setor da sociedade, aquela porção do espaço social que detém, organiza distribui o poder religioso. Como tal, o campo religioso é o terreno onde se

condensa o poder religioso enquanto *resultado* das lutas e transações prévias entre clérigos e leigos, o terreno onde se manifesta o poder religioso enquanto *momento* do processo de expropriação/apropriação dos meios de produção religiosa, e o terreno onde se trava a luta pelo poder religioso enquanto *objeto* dos conflitos entre clérigos e leigos, por um lado, e entre as diversas categorias de clérigos, por outro lado, e sobretudo” (Maduro, 1981, p. 139).

Maduro (1981) lembra também que a estrutura do campo religioso é conflitiva e assimétrica. Nela o corpo sacerdotal é o detentor do monopólio do exercício legítimo do poder religioso. Ele tem o domínio sobre este.

Por fim, a função específica do campo religioso: satisfazer o interesse de seu público com ações concretas para que a vida se torne boa e longa.

“O campo religioso tem por função específica satisfazer um tipo particular de interesse, isto é, o *interesse religioso* que leva os leigos a esperar de certas categorias de agentes que realizem ‘ações mágicas ou religiosas’, ações fundamentalmente ‘mundanas’ e práticas, realizadas ‘a fim de que tudo corra bem para ti e para que vivas muito tempo na terra’, como diz Weber” (” (Bourdieu, 2005, p. 83/4).

2.2.3 Igreja: conjunto estruturado do campo religioso

Depois de deixar claras as idéias de religião e de campo religioso, elementos sociologicamente importantes para a compreensão geral e particular dessa dissertação, segue agora um conceito, também de Maduro, sobre igreja. Para este sociólogo “‘igreja’ (é) aquele conjunto estruturado de atores e instituições religiosas que, em um momento dado e no campo religioso de uma sociedade particular, alcançou o *monopólio do exercício legítimo do poder religioso*” (1981, p. 139). Ademais, “uma igreja (definida

neste sentido sociológico específico) é então um sistema religioso detentor da capacidade de definir um ator religioso ou uma ação religiosa como legítimos, assim como da correlativa capacidade de desqualificá-los como ilegítimos¹⁷” (Maduro, 1981, p. 139). Quanto à sua estratégia, a de uma igreja, E ela tem uma estratégia que não é resultado “das intenções conscientes de seus atores, e sim da tendência inerente à posição “objetiva” de monopólio que ele ocupa na estrutura do campo religioso, isto é, nas relações de poder religioso” (Maduro, 1981, p. 140). Eis, pois, os traços que definem a estratégia de uma igreja:

“(a) conservar o já conquistado monopólio do exercício legítimo do poder religioso; (b) conservar e ampliar o seu próprio público (ligado a ela mediante as relações de procura, produção e consumo de bens religiosos [sic]; (c) preservar-se de conflitos, crises, rupturas e transformações bruscas e repetidas; e (d) reproduzir a estrutura fundamental do campo religioso em seu conjunto mediante a manutenção da ordem religiosa estabelecida” (Maduro, 1981, p. 140).

Em poucas palavras, a estratégia eclesiástica se resume “como estratégia de *reprodução da estrutura do poder religioso* estabelecido” (Maduro, 1981, p. 140). Ou seja: “tende a levar toda igreja a institucionalizar mecanismos de auto-reprodução capazes de *preservar sua unidade e sua*

¹⁷ Também sociologicamente, “Troeltsch considera a Igreja uma organização religiosa essencialmente conservadora, que se adapta a uma ordem secular que a domina e ao mesmo tempo é por ela dominada. O indivíduo nasce dentro da Igreja e pode participar dos benefícios que ele oferece em virtude de possuir um ‘tesouro objetivo da graça’. A Igreja aparece como a ‘grande educadora das nações’, procurando de alguma forma ‘abranger a vida inteira da humanidade’” (Silva, 1986, 572).

*continuidade*¹⁸ em meio – e apesar – de quaisquer divisões e transformações que se realizem na estrutura social ou no próprio campo religioso” (Maduro, 1981, p. 141). Segue o autor dizendo que, se atender às satisfações de seu próprio público colocar em risco a sua permanência no poder, qualquer igreja deixará de atendê-lo a favor da manutenção da ordem religiosa estabelecida.

Tal afirmação é compreensível quando se considera, como explica Oliveira (1973), por exemplo, o fato de que a Igreja Católica, ao longo de centenas de anos, permaneceu atrelado ao Estado, condição necessária para manter seu poder religioso. E motivada por condições internas e externas¹⁹, foi buscando a renovação de sua estrutura. Para que essa renovação aconteça, é necessário analisar os tipos de relacionamentos entre os seus elementos (bispo, padre e leigo) (Rolim, *apud* Oliveira, 1973). Concretamente, essa renovação se dá quando o bispo, o padre e o fiel passam “dos relacionamentos do nível de funções para o plano de contatos e conhecimentos pessoais” (Oliveira, 1973, p. 37). Para isso, “terá de libertar-se da ‘autoridade’ decorrente destes para expressar-se em termos de ‘comunhão pessoal’” (Oliveira, 1973, p. 37), conhecendo pessoalmente as pessoas, possibilitando-as, os fieis, de participarem inclusive de decisões estruturais da Igreja.

E é nessa mesma Igreja, lembra Maduro, que podem aparecer profetas, profetas que são “produtores religiosos implicados em uma estratégia de

¹⁸ Referindo-se à América Latina, lembra Maduro: “A longa, complexa e rica história da Igreja Católica oferece, até certo ponto, o paradigma da estratégia eclesial de preservação da unidade e continuidade de si mesma, e a específica história do catolicismo latino-americano abunda em exemplos dessa estratégia” (Maduro, 1981, p. 141).

¹⁹ Internas, com a realização do Concílio Ecumênico Vaticano II; externas, com a realidade sócio-históricas própria.

conquista do poder religioso e capazes de mobilizar setores significativos do público da igreja...” (1981, p. 142). Sobre esse tema, o profeta, em específico, é que se tratará no sub-ponto seguinte.

2.2.4 Profeta segundo Max Weber, Pierre Bourdieu e Otto Maduro

A concepção de profeta segundo o sociólogo Max Weber, em seu trabalho *Economia e Sociedade*, vai se clareando pouco a pouco. Tendo como objeto de estudo religiões tradicionais, nas quais os profetas tiveram importância relevante, vai comparando o profeta a outras personagens religiosas que se destacam no mundo da religião e, por vezes, até se parecem com o próprio profeta. Por fim, vai ficando compreensível o que é específico do profeta: quando surge, a que se opõe, o que faz, o essencial de sua prática e até quando o que ele faz e seus ensinamentos têm importância para seus seguidores, para sua religião, para o sacerdote que vai se valer de seus ensinamentos e, sistematizando-os, dar continuidade a seus ideais, quando tudo não morre.

Sociologicamente, Weber define o profeta como sendo uma pessoa que tem valores pessoais “o qual, em virtude de sua missão, anuncia uma *doutrina* religiosa ou um mandado divino” (2000, p. 303).

Maduro conceitua profeta observando que profético também pode ser um grupo. Ele, o profeta, profere inovação, aglutina forças internas de pessoas que passam a agir segundo suas idéias.

“O profeta é aquela pessoa (ou grupo) capaz de fazer explícito o implícito, capaz de unir o desunido, capaz de formular – no discurso e nos atos – um conjunto de procuras religiosas insatisfeitas, de maneira tal que os clientes insatisfeitos (leigos e clérigos) se achem expressos nessa formulação profética e

mobilizem então as próprias energias em torno do profeta, de seu discurso e de seus atos” (Maduro, 1981, p. 143).

O profeta produz inovações no campo religioso, diz Maduro: (“inovações discursivas, rituais e/ou organizacionais”) (1981, p. 143). E acrescenta dizendo que uma inovação religiosa só pode ser considerada profética quando produzida na periferia do poder eclesiástico²⁰. Portanto, profeta é uma pessoa (ou grupo) que produz “inovação profética”, “ou seja, uma inovação religiosa adequada para exprimir um conjunto de solicitações religiosas até então insatisfeitas e apta para mobilizar em torno de si um conjunto crescente de forças – leigas e clericais – tendentes a transformar a estrutura vigente do campo religioso” (Maduro, 1981, p. 144).

Mas há um tipo de profeta que se constitui raridade. Sobre ele, Weber acena: “Não é casual o fato de que, com pouquíssimas exceções, nenhum profeta procedeu do sacerdócio” (Weber, 2000, p. 303). Diferentemente da divinação, da terapêutica e da consulta mágica que muitas das vezes eram exercidas “profissionalmente”, o profeta se distingue pelo caráter *gratuito* de sua profecia. O tipicamente profeta divulga a “idéia” por ela mesma, sem se preocupar ou exigir alguma remuneração em troca. (Weber, 2000, p. 304).

Quanto às estruturas políticas injustas, contra as quais agem profetas bíblicos, a profecia não tem nenhum interesse em construir um programa de reformas sociais, comenta Weber. Essas injustiças deixam irado o seu Deus, porque contrárias à lei mosaica. Por isso, ao tratar dessas questões, a profecia de Israel tem como fim cumprir os mandamentos divinos, ser fiel a esses

²⁰ E sem nenhuma dependência do poder civil, lembra Bourdieu: “a profecia é simplesmente excluída de um campo religioso estritamente controlado pela polícia religiosa de uma religião de Estado” (2005, p. 73).

mandamentos. Ezequiel, por exemplo, foi um teórico de reformas sociais, e justamente por isso quase deixou de ser profeta. Jesus já foi totalmente alheio a reformas. Ademais, os aspectos econômicos pelos quais profetas lutam são objetivo de sua profecia, não de reformas sócio-políticas – é o caso de Zaratustra e de Maomé, ficando com este último ainda mais clara essa idéia, uma vez que implantou um sistema político “para a luta contra o exterior, a fim de manter o maior possível número de guerreiros pela causa do deus” (Weber, 2000, p. 306).

Weber segue dizendo que, sendo *exemplar* ou *ética*, a revelação profética significa sempre, para o profeta – e depois para seus acólitos – uma visão homogênea da vida. Ou seja: a vida e o mundo, os acontecimentos sociais e o Cosmos, tudo tem para o profeta um sentido homogêneo.

O comportamento das pessoas tem de se orientar por esse sentido e, partindo daí, devem assumir uma forma coerente e plena de significação. Essa homogeneidade do sentido significa uma busca de sistematização de todas as manifestações da vida, de coordenação do comportamento prático num modo de viver. Também “traz consigo a importante concepção religiosa do ‘mundo’ como um ‘cosmos’ do qual se exige que constitua um ‘todo’, de algum modo ordenado segundo um ‘sentido’, e cujos fenômenos, cada um por si, são medidos e valorados por esse postulado” (2000, p. 310). Procurando distinguir o que é próprio do profeta e o que é próprio do sacerdote, Weber diz que “o sacerdote, por sua vez, sistematiza o conteúdo da profecia ou das tradições sagradas no sentido da estruturação racional-casuística e da adaptação aos costumes mentais e de vida de sua própria camada e dos leigos por ele dominados” (2000, p. 315).

O resultado da ação do profeta, quando este tem êxito, é a proximidade de acólitos permanentes: *sodales*, alunos, companheiros, discípulos – que são

notados, estes, em Isaías e no Novo Testamento –, que se opõem aos sacerdotes e adivinhos e se encontram numa relação associativa estamental ou hierárquica, ocupando cargo. (Weber, 2000).

Os discípulos ou alunos do profeta podem ir formando uma *congregação de leigos*. Aqueles vão se tornando mistagogos, mestres, sacerdotes ou cura de almas – ou tudo isso conjuntamente (2000, p. 312). No geral se pode afirmar que os profetas *ético* e *exemplar* se valem do grupo de leigos no qual se apóiam, e que não vêm valor na magia do sacerdócio organizado. “O profeta ético e exemplar, em regra, é ele mesmo um leigo. Em virtude de seu sentido, toda profecia, ainda que em grau diverso, desvaloriza os elementos mágicos do sacerdócio organizado” (Weber, 2000, p. 313).

Weber fala de “discípulos” ou “alunos”. Já Maduro fala de seguidores que formam o movimento profético. E São condições sociais e religiosas que permitem o aparecimento desse movimento. Se essas condições são favoráveis, e o movimento não surge, surgirá, provavelmente, uma crise do poder religioso estabelecido que levará, mesmo a longo prazo, ao aparecimento de um profeta e do movimento profético correspondente” (Maduro, 1981, p. 143). Ademais, “assim como o sacerdote alia-se à ordem ordinária, o profeta é o homem das situações de crise quando a ordem estabelecida ameaça romper-se ou quando o futuro inteiro parece incerto” (Bourdieu, 2005, p. 83/4).

“Nas épocas de crise global da sociedade e, sobretudo, nos momentos em que surgem movimentos sociais, aumenta a probabilidade de surgirem movimentos proféticos no campo religioso” (Maduro, 1981, p. 144/5). A ‘Teologia da Libertação’, por exemplo, e o movimento dos ‘Cristãos pelo Socialismo’ são dois mais representativos movimentos proféticos que surgiram no campo religioso latino-americano (Maduro, 1981, p. 144).

Mas é a trajetória sócio-histórica percorrida por uma igreja é que vai definir os limites de tolerância para o profeta (ou grupo). Se esses limites forem ultrapassados, provocará irremediavelmente a sua auto-exclusão” (Maduro, 1981, p. 145/6). Portanto, “toda inovação profética provoca reações contrárias da parte do poder eclesiástico. E este tomará decisões ou para excluir ou para desqualificar a inovação profética” (Maduro, 1981, p. 144).

Mas como o discurso profético se atualiza no dia-a-dia? Weber diz que essa é função das práticas do sermão e da cura de almas. Além dessa função, buscam também manter em andamento a sistematização do trabalho casuístico do sacerdócio, em sintonia com os mandamentos éticos e as verdades de fé. Por último, “forçam a tomar uma posição perante os inúmeros problemas concretos que na própria revelação não foram decididos” (2000, p. 319).

Por fim, o profeta, para Max Weber, como se pode notar, tem características próprias que o distinguem do legislador, do mago, do mistagogo, do mestre e do sacerdote. Tem atitudes concretas, surge em situação de conflitos, anuncia – ou pelo exemplo pessoal ou propondo o cumprimento de mandamentos éticos – um outro mundo possível, contrário ao presente que nega, geralmente marcado pela injustiça sócio-política e econômica. Bourdieu tem parecer na mesma linha, e mostrou a caracterização do profeta ante à hierarquia, ao sacerdote que é e vive em situação bem diferente da do profeta. Comentou sobre a autonomia da religião e sobre condições que levam ao surgimento de um profeta. Maduro, que se vale de clássicos da sociologia da religião, formula suas idéias tendo como objeto-aplicação a realidade concreta da América Latina, sua história e seus conflitos. Faz-se, sua reflexão, mais próxima, porque supõe uma realidade concreta mais próxima.

2.3 Síntese e perspectiva

Dom Antonio é um bispo e a Arquidiocese de Goiânia é uma igreja particular, uma diocese territorialmente autônoma e doutrinariamente ligada à Igreja Católica Apostólica Romana universal. Ressaltar isso é importante porque a síntese desse capítulo menciona o fundamento teórico que impulsionou todo agir de Dom Antonio a ações que aqui se julgam proféticas. A Arquidiocese, parte de uma Igreja maior que, por sua vez, é parte da religião cristã. Tendo a Bíblia como livro sagrado e fonte de seu agir, refletiu, teologicamente, sobre cristologia e eclesiologia a partir da realidade concreta latino-americana. As experiências bíblicas, proféticas particularmente, fizeram-se fontes inspiradoras e sustentadoras de práticas semelhantes – no que tange à interpretação da realidade à sua volta e a práticas de transformação de situações tidas como injustas.

Após ter claro esses elementos, seguem os comentários de sociólogos da religião conceituando e refletindo sobre sociedade como o espaço comum onde a religião se estrutura como grupo social. Com campo próprio, autônoma, influencia e é influenciada pela realidade sócio-histórica à sua volta. Faz-se igreja no seu agrupamento particular e é capaz de transformar a realidade na qual está inserida. Desta é que surgem os profetas (ou grupos proféticos). Anuncia uma doutrina, age por um mandado divino, tem valores e visão de mundo própria. Dá visibilidade ao invisível e traz inovações ao campo religioso. Pode ser um profeta ético (de mensagem ética) ou exemplar (com testemunho pessoal), e surge em momentos de crise sociais e religiosas, não se fazendo depender ou um defensor da estrutura hierárquica da igreja da qual faz parte.

Pois bem, depois de evidenciar as mediações bíblico-teológicas, os conceitos e as reflexões de sociólogos da religião, seguem no próximo capítulo as exemplificações – historicamente situadas e comprovadas – das ações de

Dom Antonio Ribeiro de Oliveira. Com a contextualização histórica da Arquidiocese no primeiro capítulo e com a fundamentação teórica neste, fica clara a idéia do que vem a ser profeta, a partir de estudos da situação real do continente latino-americano e de outros termos correlativos. Supondo a clareza dessas idéias, segue o próximo capítulo que tratará de ações proféticas de Dom Antonio.

CAPÍTULO 3 – AÇÕES PROFÉTICAS DE DOM ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA, ARCEBISPO METROPOLITANO DA ARQUIDIOCESE DE GOIÂNIA

As ações proféticas de Dom Antonio Ribeiro de Oliveira, enquanto arcebispo metropolitano da Arquidiocese de Goiânia, deu-se dentro de um processo histórico, sócio-político e eclesial particulares. Embora tivesse acompanhado de perto a história da Arquidiocese, na condição de Arcebispo, Dom Antonio deparou-se com particularidades importantes. Fora um bispo auxiliar de fato, sem destaque expressivo, tanto quanto o seu titular, Dom Fernando, muito conhecido por suas posturas e, às vezes, por ser polêmico por suas declarações. E com uma Igreja Particular toda estruturada segundo um modelo bem divulgado em toda América Latina, Dom Antonio propôs, para si, continuar toda obra de seu antecessor. Isso foi determinante para a caminhada dessa Igreja de Goiânia, nessa busca de libertação, conforme se diz. E esse era o caminho para manter a unidade eclesial, sustentada pela espiritualidade pessoal de Dom Antonio, pelo seu jeito próprio de viver a fé, sem distanciar-se da espiritualidade que propõe a TdL: comunitária e libertadora.

Como Arcebispo, Dom Antonio foi sujeito de ações proféticas, na comunhão e participação das lideranças de sua Igreja Particular. Seu trabalho não foi isolado, estava em sintonia com muitas igrejas do Brasil e da América Latina que vivia, à época, situação sócio-política e eclesial semelhante, por isso valia-se da teologia comum a esse continente. Insistiu que a instituição eclesial que conduzia estivesse a serviço da justiça. Em meio a essa realidade são evidentes, considerando conceitos próprios anteriormente discutidos, que

ações de Dom Antonio se caracterizam como sendo proféticas, como se verá na leitura deste terceiro e último capítulo.

3.1 Dom Antonio, Arcebispo: continuar para libertar

3.1.1 Unidade e continuidade

O pastoreio de Dom Antonio, como arcebispo, foi se dando de acordo com as condições diversas à sua volta, e com suas convicções pessoais. Tão logo veio a público sua escolha, muitos achavam que, considerando sua atuação até então, seria um arcebispo “fechado”, não conforme a linha mantida por seu antecessor. “Para nós que estávamos sempre ligados a Dom Fernando, conhecíamos o seu jeito de trabalhar e de enfrentar as durezas impostas pela Ditadura Militar, Dom Antonio parecia muito ‘fechado’, um bispo mais de oração, menos de enfrentamento...” (Souza, 2006). Embora fosse compreensível essa dúvida – há anos Dom Antonio teve ligação com a Arquidiocese, e mesmo assim não convencera de que trabalhava em sintonia com Dom Fernando –, aos poucos foi ficando claro que seu pastoreio seguiria o ritmo de seu antecessor: “A Santa Sé chamou o bispo (Dom Antonio) para assumir, ou melhor, para continuar os trabalhos do incansável predecessor Dom Fernando. Dom Antonio assumiu o cargo com coragem e ânimo...” (Arns, 2002, p. 106/107). Antes, como bispo auxiliar Dom Antonio foi bem próximo de Dom Fernando, conforme testemunhou Arns (2002, p. 106).

“O saudoso Arcebispo Dom Fernando Gomes chegou a ser íntimo amigo e me apresentou seu bispo auxiliar, Dom Antonio Ribeiro, como braço direito e coração em toda a pastoral de seu povo. É certo que Dom Fernando era considerado pelo povo como um profeta que sabe enfrentar tempestades e, ao mesmo tempo,

manifestar a maior ternura para com os que sofrem. Irmão e irmãs se sentiam bem, ao lado de Dom Fernando apoiado em Dom Antonio como seu bispo auxiliar” (Arns, 2002, p. 106).

Ademais, não só foram próximos, bem como Dom Antonio não fora um mero auxiliar, ou um simples prestador de serviços pré-estabelecidos. Influenciou na organização da Arquidiocese, justamente por ter valores diferenciados dos de Dom Fernando.

“Gostaria de lembrar também a influência de Dom Antonio na organização da Igreja em Goiânia. Não que faltassem a Dom Fernando ideias e iniciativas. Precisava ele de um homem suave e sempre disposto a adaptar as medidas ao ambiente confuso provocado pelo regime (Ditadura Militar)” (Arns, 2002, p. 106/107).

Para Alves (2006), Dom Antonio assim agiu porque teve um passado comum ao seu antecessor, embora tivesse um jeito próprio de agir como arcebispo. “É bom destacar que ambos participaram do Concílio Ecumênico Vaticano II, havendo uma nítida continuidade da linha pastoral, preservando naturalmente, o seu estilo próprio”.

“Ao contrário de Dom Fernando, que tinha um jeito quase que norma de bispo explosivo, sendo, às vezes, até mal educado, Dom Antonio tinha um jeito mais goiano, mais ‘boa praça’. Na hora que as coisas embirravam, Dom Fernando o colocava para conversar com os militares... com essa gente dura da ditadura (militar)” (Vasconcelos, 2006).

Continuar, portanto, a obra de Dom Fernando foi uma busca constante e visível aos olhos dos que acompanhavam o dia a dia da Arquidiocese. Para

Casaldáliga, o trabalho de Dom Antonio à frente da Arquidiocese de Goiânia tem três características básicas: “ser o sucessor do grande Dom Fernando; manter e alargar o jeito acolhedor desta Igreja particular; participar, vigilante e sensível, na fase do crescimento estourado de Goiânia, como cidade e como capital do Estado...” (Casaldáliga, 2002, p. 108).

Para o novo arcebispo, continuar a linha pastoral do arcebispo anterior era importante para preservar a unidade²¹, sendo esta o objetivo do seu lema episcopal. “Cumpriu com fidelidade o lema que escolheu ao iniciar o seu episcopado: *‘Ut Omnes unum sit’*, ‘para que todos sejam um’ (Jo 17, 11). Esteve sempre a serviço da unidade, alicerçada esta à verdade e comunhão solidária” (Albuquerque, 2002, p. 61). Continuar a linha pastoral de Dom Fernando seria determinante para preservar a unidade; e esta, importante para exercer o compromisso de uma evangelização libertadora. “Fui um Bispo que tentei trabalhar com a visão de duas coisas, a unidade da igreja, a unidade interna e o nosso compromisso de evangelização, sobretudo da libertação dos pobres” (Oliveira, 2006).

“Se naquelas circunstâncias (depois de uma igreja já formada em estrutura e lideranças), Dom Antonio descambasse para outras aventuras pastorais, não considerando a história de luta contra as injustiças promovidas pela Ditadura Militar – história que ele acompanhou passo a passo –, se desconsiderasse esse ritmo que a Arquidiocese tinha historicamente tomado, daria um contra-testemunho, porque provocaria a divisão desta igreja. Portanto,

²¹ Em entrevista, Dom Antonio destaca o papel de comunhão exercido pela comunidade: “A Igreja é a comunidade. Graças ao espírito de comunhão, continuamos em todos os setores da Arquidiocese a obra de Dom Fernando” (Oliveira, *apud* Revista da Arquidiocese, 2002, p. 23).

independente de ele ser desta ou daquela linha, para manter a unidade só tinha um caminho: continuar a linha pastoral de Dom Fernando, denunciando as injustiças, anunciando a esperança de dias melhores” (Gonzaga, 2007).

3.1.2 Espiritualidade comunitária, libertadora

Característica marcante do trabalho de Dom Antonio é a comunitariedade, a projeção, a realização e avaliação de qualquer projeto pastoral feito a partir de consultas e auxílio diversos das lideranças representativas de todos os setores da Arquidiocese. Para isso, tinha uma espiritualidade que o sustentava, um jeito íntimo de ser, de ver e de interpretar a realidade. Jeito esse que era, sistematicamente, alimentado pelas orações, reflexões e pela sua própria prática pastoral como arcebispo. Alves (2006) caracteriza a espiritualidade de Dom Antonio com as seguintes palavras: “É pessoa muito humana e simples; fazia questão de deixar-se ser ajudado; homem orante e confiante nas pessoas amigas e na força do comunitário; e de uma espiritualidade eminentemente trinitária, conseqüentemente comunitária”. Para Casaldáliga (2002, p. 108/9), Dom Antonio é religioso, não coloca-se como dono da verdade, é incompreendido, sofre com isso, mas mantém-se fiel à Igreja, no serviço prestativo ao clero e às causas sociais e pastorais.

“Dom Antonio é profundamente religioso, sacerdotal, pastoral, sensível, com uma bondade sofrida. (Não lhe têm faltado tensões e incompreensões. Eu mesmo tenho discordado dele, algumas vezes, e devo reconhecer que ele compreendeu generosamente). Fiel à Igreja e ao Povo humilde. Atento e acolhedor com o clero, sobretudo em horas de crise. Generoso com as causas pastorais e sociais. Um coração grande” (Casaldáliga, 2002, p. 108/9).

Em se tratando de sua lida com o clero, religiosos e religiosas, particularmente, Dom Antonio, afirma Arns (2002, p. 106/107) é de uma mansidão e perseverança impressionantes. E foi isso que lhe sustentou para transformar sofrimentos em esperanças, junto aos seus auxiliares padres e irmãs, aos poucos, mesmo com as limitações impostas pelas dores físicas e psíquicas.

Em suas lutas em defesa dos sem-terra, sem-teto, sem-emprego... Dom Antonio impressionava pela simplicidade – ao contrário de muitos do seu clero²² – acolhimento e alegria, mesmo sendo Arcebispo, título que lhe poderia garantir muitos privilégios.

“Sempre participei da Igreja, porque nela tem gente que nem Dom Antonio. A gente vê muito pela televisão bispos que só querem saber de rezar, de entregar tudo para Deus resolver, e que vivem paparicando os donos do poder (os empresários, os políticos...), esse povo que passa a vida roubando e explorando os mais pobres. Dom Antonio, não: apóia os sem-terra, os sem moradia, os desempregados... todos os verdadeiros descamisados de Goiânia e do Brasil. Como bispo, Dom Antonio tem poder que nem um governador, mas trata a todos como iguais; aliás, parece até gostar mais dos pobres, está mais ao lado dos pobres do que dos ricos que vivem sugando o sangue dos pobres, que nem carrapato em animal mal cuidado – porque o bem cuidado não tem carrapato! Ah, Dom Antonio também sabe se divertir: dizem que é um bom jogador de truco!...” (Jesus, 2006).

²² Amorim (2006) lembra que nem todos os padres estavam em sintonia com Dom Antonio e muito menos davam testemunho pessoal daquele modelo de Igreja, de luta a favor dos pobres. “Alguns até exploram as comunidades pobres, querendo, aqui, ter vida de padre rico. Sem falar que para as paróquias do centro da cidade nunca falta padre; para as periferias, a maioria dos que vem, parece que vem meio obrigado, porque não tem outro jeito. Quanto a isso, Dom Antonio adotou uma comunidade de periferia, pobre, e trabalhava lá com amor. E a comunidade gostava muito dele...” (Amorim, 2006).

Mas, cabe destacar, esse jeito próprio de viver e de conduzir sua Arquidiocese não é algo meramente ou de exclusividade e interesse pessoal. Fez-se assim em sintonia com toda Igreja, particularmente com a Igreja latino-americana, buscando ser fiel às origens dessa mesma e, sobretudo, ao seu fundador.

“A sua vida e a sua obra testemunham, de uma forma eminente, a tarefa da Igreja em se manter fiel às suas origens e ao mesmo tempo servidora e solidária sobretudo com os pobres. Dom Antonio tem uma consciência muito clara de que esse é o caminho da Igreja de hoje para se manter fiel ao seu Divino Fundador” (Cruz, 2006, p.6).

Não só o seu sucessor, Dom Washington Cruz, diz isso, mas os agentes de pastoral da Arquidiocese (padres, religiosos e religiosas, lideranças laicas) e gente do povo o vêem com tais características.

“É assim, que todos os agentes da Arquidiocese o vêem e se lembrarão sempre de Dom Antonio: como um homem de Deus, em profunda sintonia com a Igreja, a serviço do povo. Foi assim que foi visto, em seus anos iniciais, como arcebispo metropolitano. Uma senhora estava nas vizinhanças da Catedral, como lembra o monsenhor Aldorando Mendes dos Santos, pajeando uma criança de três anos. Ela, afagando o pequeno e apontando para Dom Antonio que passava, perguntou ao menino: ‘Quem é aquele lá?’. No que o garoto respondeu, pronto e seguro: ‘É o homem de Deus’. (Revista da Arquidiocese, 2002, p. 20).

3.2 A Arquidiocese em tempos de Dom Antonio: Profecia de comunhão e participação

3.2.1 Ações de movimento profético: a instituição a serviço da justiça

Ponto marcante no início do pastoreio de Dom Antonio, como arcebispo metropolitano da Arquidiocese de Goiânia, foi a realização da 6ª Assembléia da Arquidiocese, acontecida de 21 a 23 de outubro de 1988, e que teve 265 representantes de todas as pastorais, paróquias e comunidades. Nesta assembléia foi definido o Objetivo Geral da Ação Pastoral da Arquidiocese:

“Evangelizar, de forma profética e libertadora, a partir da opção preferencial pelos empobrecidos, o povo que vive, em processo conflitivo de transformação, na Arquidiocese de Goiânia, num esforço permanente de comunhão e participação, colaborando na construção de uma nova sociedade, sinal do Reino de Deus” (Plano de pastoral..., 2001, p. 12).

Já o Objetivo Geral da 7ª Assembléia²³ amplia o da anterior, reforçando mais ainda as dimensões de profecia, comunhão e participação de toda igreja local.

“Evangelizar, com renovado ardor missionário, testemunhando Jesus Cristo, de forma profética e libertadora, a partir da evangélica opção pelos excluídos, o Povo de Deus que vive em processo conflitivo de transformação na Arquidiocese de Goiânia, num esforço permanente de comunhão e participação, colaborando na construção de uma sociedade justa e solidária, a serviço da vida e da esperança, nas diferentes culturas, de maneira criativa e

²³ Este mesmo objetivo foi confirmado nas duas assembléias seguintes que teve a Arquidiocese, durante o tempo em que Dom Antonio foi dela arcebispo.

ecumênica, como sinal do Reino de Deus” (Plano de Pastoral... 2001, p. 13).

Na 9ª Assembléia, que aconteceu de 1 a 3 de dezembro do ano 2000 e que teve uma participação recorde (490 participantes)²⁴, a conclusão foi a seguinte:

“Foram reassumidas as ‘Opções Fundamentais’ apontadas na 8ª Assembléia: Cebs, Excluídos e Formação integral, permanente e em todos os níveis, com dois Destaques: Família e Juventude; e em torno das quatro Exigências da Evangelização: Testemunho de Comunhão, Serviço, Diálogo e Anúncio” (Plano de pastoral..., 2001, p. 13).

Quanto à estrutura da Arquidiocese, no exercício de fidelidade à sua missão, que é evangélica, e considerando a realidade presente, diz Dom Antonio, sobre de que forma deveria ser conduzida sua Igreja Particular: devia ser, considerando a realidade presente, participativa, democrática, representante ativa de suas próprias forças.

“...procurando ser fiéis aos apelos de nossa realidade e à nossa missão evangélica e acreditando que a ação colegiada é muito mais eclesial, representando mais o rosto do novo jeito de sermos Igreja, é que estamos vivenciando, já há algum tempo, a prática de uma coordenação mais participativa e mais representativa das forças vivas de nossa Igreja Particular”²⁵.

²⁴ Esta assembléia, a última sob a coordenação de Dom Antonio, teve como objetivo: “Retomar o Plano de Pastoral para avaliar e reforçar a caminhada de nossa Igreja”, como tema: “Santíssima Trindade, fonte e horizonte da Igreja de Goiânia, a serviço da Vida”, e como lema: “Para que todos sejam um” (Plano de Pastoral..., 2001, p. 13).

²⁵ Resultado desse desejo e organização, é que até o final de seu mandato estavam constituídos vários organismos colegiados que assegurariam a comunhão, a

Foi assim, concretamente, colocando as estruturas da Igreja que conduzia em função de seus objetivos participativamente traçados, que Dom Antonio foi definindo e cristalizando a linha pastoral da Arquidiocese que, além de crescer territorialmente²⁶, intensificou sua opção.

“Optou claramente pela consolidação de uma Igreja de ‘Comunhão e Participação’, criando inclusive uma Comissão Executiva da Pastoral Arquidiocesana, em substituição à figura do então coordenador da Pastoral Arquidiocesana. Criou também – através de uma Assembléia – a Coordenação Arquidiocesana da Pastoral e uma Coordenação da Pastoral de cada então Região Pastoral. Intensificou a formação e a composição de comissões Arquidiocesanas e, em alguns casos, liberando – inclusive financeiramente – pessoas para a articulação de comissões das pastorais mais desafiantes, especialmente as de cunho social.” (Alves, 2006).

Uma condição natural que foi se confirmando foi a posição do laicato como protagonista, sujeito ativo da ação pastoral da Arquidiocese e o apoio incondicional aos movimentos, associações e quaisquer organismos que lutasse em prol dos excluídos. Isso tudo fez com que os leigos se sentissem parte ativa de todo processo de transformação do qual a Arquidiocese fazia definitivamente parte.

participação e a seguridade daquele jeito latino-americano de ser Igreja: em busca de libertação total dos pobres.

²⁶ Durante a presença de Dom Antonio como Arcebispo, “foram criadas 13 paróquias novas. O Sr. Arcebispo inovou a estrutura paroquial com a criação de Redes de Comunidades. Foram estabelecidas 13 Redes, abrangendo os setores da periferia de Goiânia e Aparecida” (Fleury, 2002, p. 11).

“A valorização do laicato, com a ampliação dos ministérios, com apoio e acompanhamento dos movimentos, grupos e associações, com a formação permanente dos agentes pastorais, com diversificação de tarefas e responsabilidades, faz nossos leigos se sentirem, verdadeiramente, Igreja viva” (Fleury, 2002, p. 11).

Quanto à organização interna dos conselhos pastorais, os CPP e o CPC, buscou-se ser ao máximo democráticos. Em outras palavras, diante do que a Arquidiocese combatia, a ditadura e a centralização dos poderes político, procurou dar exemplo, com proposta democrática do exercício do poder de liderança das comunidades ou das paróquias. Diz a proposta de regimento do Plano de Pastoral que os conselhos pastorais devem ser representativos das diversas atividades e funções que existem na comunidade. Sobre os mandatos dos conselheiros, é dito, com a preocupação do exercício democrático e descentralização do poder, dentro das estruturas da Igreja:

“Mandato dos conselheiros/as eleitos ou indicados será de dois em dois anos, com mudança de 50%, podendo ser reeleitos só para outro período. Perderá o mandato o conselheiro/a que se ausentar a 3 (três) reuniões seguidas, sem justificativa, sendo substituído/a por outro, escolhidos/a da mesma forma que o primeiro. O mesmo acontecerá em caso de saída espontânea, sendo que novo conselheiros/a permanecerá o tempo restante do conselheiros/a substituído” (Plano de Pastoral..., 2001, p. 81).

Mas há quem diga que a Arquidiocese, nesse particular – no exercício democrático do poder – pecou muito, por ter um excelente documento, o Plano de pastoral, construído de fato com a participação da grande maioria das lideranças representativas da Arquidiocese, mas nem sempre levado a sério pelos padres e outras lideranças das comunidades, paróquias e regiões.

“Quem houve falar da Arquidiocese e de Dom Antonio, não pensa que aqui tudo é da caminhada e da luta, não, viu. Nem tudo é certinho e democrático! Porque a Igreja não é democrática em tudo. Você vê que o próprio papa é eleito por uns poucos homens chamado cardeais, e mesmo os bispos não são eleitos pelo povo. Mas tudo bem. Isso não é de tudo ruim: foi por causa desse sistema que Dom Fernando e Dom Antonio permaneceram muito tempo como bispo da Igreja de Goiânia.

Sobre a democracia nas comunidades, pelo menos nas daqui, da antiga Região Alto da Poeira – hoje chamado Vicariato Alto da Poeira –, só teve um padre que passou por aqui que tentou implantar a democracia nos nossos conselhos pastorais de comunidade (...) Fizemos o regimento interno, conforme pede o nosso Plano de Pastoral, mas logo ele foi embora, e tudo ficou como estava antes: membros do conselho que estava no poder a cinco, oito e a até mais de dez anos continuam até hoje. (...) Então a coisa não é tão simples que nem está nos papéis e revistas. Dom Antonio seguiu a linha de Dom Fernando e é um grande bispo, mas muitos dos seus padres não estão nem aí para esse negócio de pobres, de excluídos, de empobrecidos... querem mais é ter seu carro, estudar, suas batinas caras” (Amorim, 2006).

Nessa mesma busca de colocar toda Igreja particular de Goiânia, mesmo com as limitações estruturais e de pessoal, em função de um ideal comum de libertação de todo o ser humano, estavam enquadradas as instituições da Arquidiocese, a SGC particularmente.

A SGC é responsável pelo Instituto Dom Fernando e o Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central, o CECOM, a Fundação Aroeira e a UCG. Dentre todas, esta é a de mais estrutura. Sobre ela, diz Albuquerque de sua expansão, que tem sido proporcional aos seus princípios evangélicos.

“Para atingir as suas finalidades, a Sociedade Goiana de Cultura criou, orienta e mantém a UCG, que teve uma expansão

extraordinária em seu episcopado. Nunca antes, a UCG atingiu, como agora, tão elevado grau de crescimento, harmonia, organização e fidelidade aos seus princípios, cumprindo o seu verdadeiro papel na área da educação sintonizada sempre à prática do Evangelho (...). A pujança da Universidade Católica de Goiás hoje, com seus 38 cursos de graduação, 58 de especialização, 10 de mestrado e 3 de doutorado, com mais de 1500 professores, 800 funcionários técnico-administrativos e seus 25.000 alunos, é o orgulho dos goianos, e sobretudo, o exemplo do ensino superior às demais Unidades da Federação” (2002, p. 61).

Não se trata unicamente de expansão material. É considerável a doação de bolsas concedidas a alunos carentes, financeiramente, muito dos quais não teriam condições, sem ela, de fazer uma graduação de qualidade. De fazê-lo bem e sem arcar com gastos, geralmente elevados, por se tratar de uma universidade particular.

“Agradeço muito a Deus, ao Dom Antonio e à UCG. Se não fossem eles, minha filha não teria feito um curso superior. Na época, quando ela passou no vestibular, Dom Antonio passou por aqui e nós imploramos para que ele conseguisse uma bolsa para minha filha. Ele pediu para que a gente fosse lá, levando uma carta de pedido. E pediu também que minha filha estudasse com seriedade e, depois de formada, ajudasse outras pessoas também. Nunca me esqueço disso. Então ela se formou e tem buscado fazer caridade, ajudando outras pessoas pobres” (Andrade, 2006).

3.2.2 Ações proféticas de comunhão e participação

Dom Antonio foi nomeado arcebispo metropolitano da Arquidiocese de Goiânia em um tempo em que a Ditadura Militar estava oficialmente em seu término. Mas ele viveu todo período em que os militares governaram o país. Mas no início de seu apostolado viveu as dificuldades advindas do sistema

autoritário implantado em 1964. Perguntado sobre qual foi a sua relação com o poder político, tão logo foi empossado bispo, disse:

“Quer o lado político partidário quer o lado administrativo, bem como o do poder econômico, trouxeram problemas. Eu me lembro, nos primeiros meses em que eu estava aqui, da morte do padre Josimo. Depois, alguns problemas muito sérios com a UDR, que tava muito forte em Goiás. No lado governamental, em Goiânia não havia grandes problemas. E no lado federal foi preciso fazer um encontro com o presidente (José) Sarney e com vários bispos para denunciarmos problemas fundiários no Tocantins, naquele tempo em que ainda era norte do Estado de Goiás e província de Goiânia. Tivemos que fazer alguns encontros lá. E ser muito firmes, porque a igreja estava sendo vilipendiada, perseguida. Até denunciemos o problema das perseguições ao padre Josimo. Dez dias antes da morte dele pedimos garantia de vida para ele. No dia 30 de abril. Quando foi no dia 10 de maio ele é assassinado. Então essas coisas fizeram não só sofrer, mas também ter que tomar atitudes assim, muito de denúncia da iniquidade” (Oliveira, 2006).

Outras atitudes e posturas de Dom Antônio consideradas proféticas são as que se seguem. Dentre elas, o acolhimento ao encontro nacional das CEBs, acontecido em Trindade. Dom Antonio deu “continuidade do processo de preparação do 6º Encontro Intereclesial das CEBs e sua própria realização²⁷. Outra situação importante – e, particularmente, conflitante – que Dom Antonio enfrentou foi a presença de centenas de famílias em terras da Arquidiocese. Pacificamente, acompanhou de perto todo processo, efetivando a doação do terreno para as mais de cinco centenas de famílias.

²⁷ O 6º encontro intereclesial de CEBs, acontecido de 21 a 25 de julho de 1986, “foi um despertar das comunidades, um afervorar da mística da união de fé e vida, e a consagração das CEBs como ‘novo jeito de ser Igreja’” (Plano de Pastoral..., 2001, p. 19).

“Relembro, aqui, as mais de 500 famílias assentadas na área da Arquidiocese de Goiânia, por seu apoio, Dom Antonio, quando da ocupação e pela ação concreta de regularizar para aquelas famílias, o loteamento hoje denominado: ‘Jardim Dom Fernando’²⁸, com a outorga das Escrituras de doação aos empobrecidos que lá ocuparam, e fizeram a sua moradia”²⁹ (Albuquerque, 2002, p. 61).

Além de confirmar essa ação como profética, conforme nota, Alves (2006) acrescenta as seguintes, lembrando que discorda da separação da atitude institucional da pastoral, tão predominante nos tempos atuais. Para ele a instituição também pode estar em função da profecia.

“1. Acompanhamento, inclusive com sua presença física, em uma série de situações conflitivas causadas por enfrentamentos entre ocupantes de terrenos urbanos em Goiânia e em Aparecida de Goiânia, a Polícia Militar e/ou os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. 2. Processo de preparação e realização da visita de João Paulo II em Goiânia. 3. Sua participação nas diferentes etapas e metodologias da preparação e realização das Assembléias da Pastoral Arquidiocesana. 4. Priorização da aplicação dos recursos financeiros, sobretudo em vista da formação de animadores e agentes de pastoral e das pastorais sociais. 5. Incentivo aos candidatos ao presbiterato a permanecerem nas respectivas comunidades de origem durante o curso de filosofia. 6. Nota pública

²⁸ Alves (2006) confirma essa atitude de Dom Antonio como sendo profética: “(Foi atitude profética a) clara e irreversível deliberação sobre a doação de um terreno pertencente à Arquidiocese (hoje Jardim Dom Fernando I e II) ocupada por famílias sem teto e seu conseqüente acompanhamento nos polêmicos e sofridos encaminhamentos, inclusive para a separação do ‘trigo e do joio”.

²⁹ Em Plano de Pastoral... (2001, p. 22), também se acrescenta que “O Jardim Dom Fernando e os demais bairros que se formaram naquela região mereceram o acompanhamento permanente da Arquidiocese, que para lá levou, por meio da Sociedade Goiana de Cultura e Instituto Dom Fernando, alternativas ao desemprego por meio da educação profissional e de estruturas como o Núcleo Industrial de Reciclagem de lixo, entre outros trabalhos ali desenvolvidos”.

em âmbito nacional em uma dura e profética crítica do Governo Collor de Melo”.

Sobre esse último ponto – que merece destaque por caracterizar uma das atitudes mais importantes de Dom Antonio, no que tange à sua postura diante de fatos políticos que julgava pertinentes e dignos de denúncia – Dom Antonio comentou o porquê de sua carta-denúncia e suas implicações.

“Foi no começo do Governo Collor, quando nós discordamos totalmente da linha econômica, da economia que estava massacrando os pequenos, principalmente os pobres, viúvas, e aí, a arquidiocese fez uma mensagem de Páscoa denunciando essa linha como uma afronta aos pobres e usando muito o nome de Deus. Eu dizia que era uma afronta ao Santo nome de Deus, usar o seu nome indevidamente. Isso me causou não só muita incompreensão nos meios sociais, mas também até dentro da igreja, de um lado; de outro, o grande apoio de vários irmãos da própria CNBB. Lembro-me bem que isso foi em abril de 90 e logo em seguida houve uma assembléia dos Bispos. Na assembléia eu tive momentos muito alegres, de apoio, e momentos muito questionantes da parte de irmãos do episcopado. Mais tarde revelou-se que não só havia um desacerto na parte econômica, mas na condução geral de todo governo, tanto é que ele foi afastado. Mas na época me custou muito...” (Oliveira, 2006).

Sobre a sua carta propriamente, de 15 de abril de 1990, intitulada “Mensagem da Páscoa – Cristo ressuscitado nos convoca à consciência e à participação”, seguem o comentário e críticas feitas a ela, a favor e contra, tão grande foi sua importância à época.

A carta foi prefaciada com um trecho de um dos documentos do Concílio Vaticano II, a *Gaudium et Spes*, 1, como se vê: “As alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens de hoje, sobretudo dos pobres e de

todos os que sofrem, são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos de Cristo”.

No primeiro parágrafo, Dom Antonio fundamenta sua mensagem, valendo-se do sentido fundamental da Páscoa, da Páscoa de Jesus Cristo, que é a sua vitória sobre a morte e, nele, a vitória de todos os cristãos, que se dá concretamente na transformação do mundo.

“A celebração da Páscoa de Jesus Cristo é sempre a certeza de sua vitória sobre a morte e de sua presença divina na Comunidade Cristã. Como na Páscoa dos judeus a libertação do Egito é o começo da constituição do povo de Israel, a Páscoa de Jesus Cristo é a constituição do novo Povo de Deus, na vida da comunidade evangélica e missionária. Nossa Páscoa é, pois, compromisso com Jesus Cristo e com os irmãos. Inserida na vida e na realidade, é sempre esperança de transformação, da passagem do Deus que liberta, da vocação para a mudança da escravidão para a liberdade, da morte para a vida, do medo para a coragem, da dispersão para a unidade” (Oliveira, 1990, p. 120).

Em seguida, Dom Antonio fala da “Páscoa” do presente ano, que veio em um tempo perplexo, depois das expectativas criadas pela nova constituição promulgada recentemente. E o novo governo, do Presidente Collor, trouxe uma situação parecida com a do Regime Militar. Comentou também sobre a centralização e do poder político – colocando o poderes judiciário e legislativo em função do executivo – a idolatria que se tem feito à pessoa do presidente e a redução da problemática brasileira à questão econômica, desconsiderando sua dimensão social.

“Este ano, a celebração da Páscoa encontra a nós, brasileiros, numa hora particularmente grave, carregada de perplexidades. Depois da promulgação de uma nova Constituição e da tão esperada realização de eleições presidenciais livres e diretas, começa um novo tempo para nós. Reconhecemos que as expectativas são por demais grandes para que se possam todas

facilmente realizar. A mentalidade criada por anos de autoritarismo do Estado gerou na sociedade uma dependência acentuada do Poder central. E o que estamos vendo é que a nova postura presidencial trouxe, de novo, frustrações e incertezas.

A propaganda massificante e a projeção do poder estão fabricando uma idolatria da pessoa do Presidente, bem como uma indevida preponderância do econômico, sobre o social, o político e a vida do povo. Há meses, a Economia e o dinheiro tornaram-se o centro dominante de todos os setores da sociedade, e puseram de lado as exigências sociais e democráticas da vida da população. O Legislativo e o Judiciário vêm sendo pressionados, quase como Poderes subalternos. A representatividade de um Congresso escolhido pela totalidade dos eleitores vem perdendo importância para um Executivo forte – ainda que sufragado por menos de 50% do eleitorado” (Oliveira, 1990, p. 120/1).

O bloqueio econômico feito pelo presidente, impedindo que milhões de brasileiros movimentassem seu dinheiro, foi tido, na mensagem de Dom Antonio, como mais um modo de dominação sobre os pequenos e de classe média, ao mesmo tempo em que grandes especuladores continuam livres e o desemprego vai avolumando-se. Essas e outras são consideradas práticas autoritárias, antidemocráticas.

“A maior intervenção do Estado na economia do País, bloqueando bens de famílias, de pequenas e médias empresas, e rotulando como especulação até o pequeno capital de giro e bens familiares, poupados com sacrifício, é mais um modo de dominação surgido entre nós. Enquanto isto, os grandes especuladores do Capital depositado no exterior ou investido em latifúndios e outras propriedades especulativas, continuam a salvo do controle do Governo; e, de novo, a conta do Plano Econômico recai sobre pequenos empresários e produtores e sobre o salário dos trabalhadores. O desemprego vai se avolumando em vários níveis, sobretudo palpável, em nosso Estado, na indústria da construção civil e entre os sofridos ‘bóias-frias’ da zona rural.

As medidas provisórias, que seriam exceção, tornaram-se regra da legislação, com violenta pressão sobre o Congresso para não modificá-las, limitando a participação democrática que todos procuramos quando exercemos o direito e o dever do voto. Convocar a Polícia para interpretar e aplicar o Plano, e proibir os cidadãos de recorrer à Justiça são práticas autoritárias e antidemocráticas” (Oliveira, 1990, p. 121).

Dom Antonio vê como demagógico o discurso do Presidente Collor, que apela para o patriotismo, para Deus. Seguir a Jesus é ter outra postura, é ter outro projeto, o de libertação dos pobres de sua situação sub-humana.

“Os constantes apelos ao Patriotismo, aos símbolos da Pátria, à união nacional, dirigidos pela massiva influência da televisão, fazem sombra sobre a vida de uma parcela maior da Pátria: a multidão de empobrecidos e trabalhadores, a classe média e toda a nossa juventude estudiosa, como se o patriotismo fosse privilégio de um pequeno grupo, e monopólio dos governantes.

A contínua referência ao nome de Deus é mais uma maneira de manipular nosso povo, tão sensível à Religião. É impossível que o Deus de Jesus Cristo esteja vinculado ao desemprego dos irmãos, à exploração da consciência do povo. Invocar o santo nome de Deus é comprometer-se com seu projeto criador e libertador, lutando para garantir a vida de todos os homens e mulheres, imagem sua” (Oliveira, 1990, p. 1201).

Dom Antonio faz, com veemência, uma convocação a todos para uma firme efetivação da Páscoa, sem temer, reivindicando. Como prática de fé, todos devem buscar valer os direitos que a constituição garante a todos. Defender esta, para fazer valer o direito e a justiça a todos, particularmente aos que mais sofrem.

“É hora da Páscoa: união de todos, ‘sem violência e sem medo’, para exigir o respeito à Constituição, que assegurou os direitos do cidadão e da sociedade.

Páscoa é fraternidade. Unidos, pois, a Jesus Cristo Ressuscitado, vencedor da opressão e da morte, vamos colocar-nos todos, na Comunidade, como construtores de uma ordem social justa e fraterna. Aprofundemos entre nós uma prática evangélica de solidariedade, capaz de vencer o individualismo e a insensibilidade para com os mais sofridos e necessitados e nosso povo.

Governantes e Povo precisamos respeitar a Constituição, como balizamento da nova convivência social. O econômico não pode fazer esquecer a vida, a saúde, a educação, o direito ao trabalho e à previdência, o socorro aos marginalizados. É dever do Estado impedir que um pequeno grupo, detentor do Poder Econômico nacional ou aliado ao capital internacional, escravize a multidão empobrecida ou domine os rumos do trabalho e do bem-estar do povo. É imperativo da consciência nacional realizar a Reforma Agrária, estranhamente ausente do pacote de medidas anunciadas” (Oliveira, 1990, p. 1201/2).

Finalizando sua mensagem, Dom Antonio dá uma palavra de esperança, insistindo que toda sociedade, sem se intimidar, busque valer seus direitos, na busca de uma sociedade mais justa e fraterna, e que os poderes exerçam o que lhes compete. E que a construção da paz social seja fruto das práticas de todos.

“A Páscoa nos convoca para a esperança. Que a Sociedade Civil, em todos os seus níveis, não se deixe intimidar, mas reivindique sempre os direitos de ser nação acima do Estado, e que o Estado descubra que sua missão é o serviço aos cidadãos.

‘Unidos a Jesus Cristo e aos irmãos, sem violência e sem medo’, não nos deixemos iludir pela propaganda dirigida. Vamos buscar no Judiciário a proclamação dos direitos do povo acima da dominação do Estado e lembremo-nos de que a Paz social só se constrói sobe

os alicerces da Verdade, da Justiça, da Liberdade e do Amor” (Oliveira, 1990, p. 122).

Por fim, Dom Antonio dá uma palavra de ânimo, a partir do fundamento de toda sua prática, sua fé em Jesus Cristo que venceu a morte, o mundo: “Alegremo-nos, irmãos e irmãs, nas famílias e nas Comunidades! É Páscoa: o Cristo vive e está entre nós! Unidos a Ele, somos irmãos e temos esperança. Ele venceu o mundo” (Oliveira, 1990, p. 120/1).

As reações da população em geral sobre essa Mensagem de Páscoa foi imediata. À favor ou contra, uma infinidade de cartas chegaram ao jornal que publicou a mensagem do Arcebispo. As reações foram diretas, sem rodeios, dado a importância do tema. Lima (1990, p. 123) diz de sua decepção ao ouvir aquela mensagem:

“Fiquei estarecida com o conteúdo da mesma. Dom Antonio Ribeiro de Oliveira, arcebispo de Goiânia, olvidando seus compromissos sacerdotais de pastor de almas, na Missa do Crisma iniciou a pregação cujo tema era totalmente político. Ele criticava os deputados goianos por terem votado a favor da Medida provisória 168, e fazia críticas ao Plano Collor, claro, insuflando o povo a tomar atitudes semelhantes às suas, de revolta e pessimismo”

Como resposta imediata, Assis (1990, p. 124) afirma que “mensagem maior de BOA NOVA não poderia ser proferida por nenhum pregador, no momento atual, do que esta proclamada por Dom Antônio” [sic]. E segue adiante:

“A Igreja, como célula viva da sociedade, não pode omitir-se atrás de um silêncio torpe, abandonando os seus fiéis à deriva, quando é

patente e notório o trabalho desenvolvido pelas forças dominadoras da Nação, no sentido de manter o povo brasileiro quais cordeiros da vontade dos poderosos” (Assis (1990, p. 124).

Amado escreve com mais veemência, depois de enumerar e comentar pontos sobre a carta de Lima. Lembra que, mais do que o templo da catedral, as pessoas são sagrada e têm pleno direito à vida, que deve ser, esta, defendida pela Igreja.

“Meu repúdio às insinuações, às suas ordens de comando, à sua visão caolha da História, à sua agressividade antidialógica e incriminadora. Longe está sua pretensão de amor quando falta-lhe o testemunho da caridade. Longe está sua pretensão de ouvir devaneios sobre a ‘paz de cemitério’, quando esta não é antecipada pela justiça” (Amado, 1990, p. 126).

Dias depois, outras tantas cartas foram enviadas à redação do jornal, intensificando mais ainda a discussão sobre o tema. Rodrigues (1990, p. 129) assim se expressou, antes de escrever que “Cristo não pregou antagonismo de qualquer espécie”: “Considero inadequadas e até ridículas tais declarações de autoridades religiosas, especialmente durante ato sublime de culto religioso”. Já Fernandes (1990, p. 131) aparenta estar totalmente de acordo com a mensagem do Arcebispo. “É preciso, realmente, transformar a realidade, afastando as estruturas de pecado, a fim de que todos tenham vida em plenitude, libertos pelo sangue sagrado que Ele (Jesus Cristo) derramou na Cruz”.

Outro momento forte de participação de Dom Antonio no tocante à questão política foi sua tomada de posição nas eleições do ano 2000, quando era candidato, pelo PT, Pedro Wilson Guimarães. Seu incentivo quase que

direto para que as lideranças das paróquias e comunidades de Goiânia tomassem posição a favor desse candidato foi, segundo alguns, decisiva para que o mesmo fosse eleito prefeito de Goiânia.

“Eu me lembro como se fosse hoje que, numa dessas nossas reuniões de quinta-feira, Dom Antonio insistiu que todos conscientizassem nosso povo para votar em quem estava do lado dos mais fracos. E quem era esse? Era o Pedro (Wilson), porque o Pedro é que sempre nos acompanhou na caminhada da nossa Igreja e o PT é que propunha mudança, ética, justiça para os pobres... É por isso que eu acho – e isso eu também ouvi de muitos – que se não fosse Dom Antonio, o Pedro não teria ganho as eleições daquele ano, porque o bispo pediu, e as lideranças foram para as ruas pedir voto, buscar mudança” (Bragança, 2006).

Dom Antonio comunicava-se muito bem³⁰. E valia-se sempre dessa qualidade nos momentos celebrativos e noutros, já que gozava de respeito por parte da opinião pública. “Oportuno nos meios de comunicação. Sensível ao movimento popular. Muito respeitado normalmente pela opinião pública” (Casaldáliga, 2002, p. 108).

Em uma de suas pregações na Catedral Metropolitana de Goiânia, na Sexta-feira Santa de 1987, Dom Antonio se refere a Tamirinho. Este menino de 13 anos fora vítima de uma parada cardíaca provocada pelo uso excessivo e prolongado de Algafan, por via intra-venosa, dias antes de carregar a cruz na

³⁰ É o que testemunha Dom Washington Cruz, seu sucessor: “Dom Antonio é conhecido pelo dom da palavra e pela facilidade de comunicação. Sabe falar aos grandes e aos simples. Para comemorar seu jubileu áureo de sacerdócio, quis pregar, todas as noites, a novena do Divino Pai Eterno, em Trindade” (Cruz, 2002, p. 104). “Em suas pregações, Dom Antonio manifesta uma grande preocupação com a justiça social que está no centro da revelação cristã. O cristianismo é caridade, é fraternidade, é solidariedade, é justiça e paz” (Cruz, 2006, p.6).

Via-sacra do Menor, na sexta-feira Santa. Dom Antonio destaca o menor como imagem de Jesus Cristo crucificado, morto por causa dos pecados de todos. E acrescenta:

“O problema é muito complexo. O problema é de Goiânia, do Brasil e do mundo porque nós estamos numa sociedade corrompida, de famílias desfeitas; nós colocamos no trono o dinheiro, a riqueza, o prestígio político; nós idolatramos as coisas. De um lado, somos [sic] capazes, na Sexta-feira Santa, de dobrar os joelhos diante da cruz de Jesus, lembrando de longe a imagem de Jesus. E somos capazes, de outro lado, de matar, com a falta de escrúpulo, com a maldade e desprezo, com a marca da violência, irmãos nossos. (...) A verdade é esta: nós crucificamos Jesus Cristo nos menores famintos, desnudos, descalços, drogados, abandonados sem pão, sem amor, na nossa cidade...” (Oliveira, 1987, p. 161).

Em uma de suas inúmeras pregações na festa do Divino Pai Eterno, em Trindade, Dom Antonio, como sempre fez, faz referência à questão da justiça social, do povo mais sofrido, incentivando a todos à transformação sócio-política como missão da Igreja, de todos os cristãos.

“...irmãos e irmãs, celebramos nesta missa o ponto alto de nossa vida na Igreja. Mas não a Igreja separada do mundo. Uma Igreja mergulhada no mundo, para ser para este mundo o sinal do Evangelho. O rumo que aponta Deus. Como a gente fica, nesta hora, verdadeiramente em oração, suplicando ao Pai pelo Brasil! Goiás se tornou o relicário que acolheu a capital da República, Goiás se tornou assim também o centro político da nossa pátria. Por isso, a mensagem para as Excelentíssimas autoridades é este povo, o povo que Deus escolheu, o povo que pede a Deus que seus governantes, legisladores e magistrados dêem atenção às bem-aventuranças e olhem para os pobres como primeiros destinatários da ação governamental, é a pobreza deste País que clama diante das excelentíssimas Autoridades. Não é possível um

país rico com o povo empobrecido! Não nos permita mais Deus, nosso Senhor, que as Autoridades da República, os três Poderes, que deveriam ser harmoniosos, vivam brigando entre si ao invés de trabalhar para o povo, legislar para o povo e julgar a causa do povo. Chegou a hora de nós pedirmos a Deus que as nossas autoridades eleitas pelo povo para dirigir e governar o povo, procurem o bem comum e esqueçam os interesses grupais, o poder econômico, a exploração da boa fé do povo, e coloquem-se a serviço do povo, o verdadeiro sujeito de um país“(Oliveira, 1999, p. 4-5).

Em um dos números da Revista da Arquidiocese, que praticamente fazia uma homenagem a Dom Antonio, foram muitas as referências a ele. Para alguns, foi um profeta; para outros, teve posturas e atitudes proféticas.

“(Dom Antonio) Jamais dobrou a frente diante de poderosos assentados em tronos de injustiça! Muitas vezes, o contemplei ao lado dos sem-terra, dos negros, dos sem-casa, sem-saúde, dos sem-escola, dos índios, com a postura de João Batista a gritar aos opressores do povo: ‘Não te é lícito’. Antes, durante e depois da ditadura militar, a envergadura profética de Dom Antonio tem sido a marca da perseverança e coerência evangélicas” (Bernardino, 2002, p. 111).

Para Bernardino, seu testemunho foi importante para o episcopado e para a libertação dos pobres, à luz do Evangelho. “Deus lhe pague por seu testemunho de amor à causa da comunhão episcopal, por seu profetismo evangélico voltado à libertação e evangelização dos pobres!” (Bernardino, 2002, p. 111). Albuquerque (2002, p. 60/1) o considera bispo dos pobres e fiel seguidor de Jesus Cristo e promotor do ecumenismo e do diálogo inter-religioso:

“Dom Antonio nesses 16 anos como Arcebispo, cumpriu com fidelidade sua missão de pastor da Igreja particular de Goiânia. Destacou-se como o bispo dos pobres e excluídos, dos irmãos da periferia, das comunidades rurais e das causas populares no fiel seguimento a Jesus Cristo e ao magistério da Igreja.

Promoveu o ecumenismo verdadeiro e sadio com outras igrejas cristãs e esforçou-se para fazer acontecer o diálogo inter-religioso dentro da lógica da inculturação e da firmeza da identidade da fé cristã católica” (Albuquerque, 2002, p. 60/61).

E sua luta pela educação é reconhecida, durante o Regime Militar, no mesmo período em que, para muitos, Dom Antonio parecia paralelo às lutas de seu antecessor. É o que afirma Dom Paulo Evaristo Arns, o Cardeal Arns.

“O empenho de Dom Antonio pela educação: chegou a preservar a cidade de Goiânia e o Estado de Goiás de Muitos males provocados pelo regime militar tão distante do espírito cristão. A habilidade e a perseverança do jovem bispo Dom Antonio evitou muito males para a juventude e favoreceu as iniciativas positivas, tanto no ensino particular quanto no público”³¹ (Arns, 2002, p. 106/107).

Na mesma revista que lhe prestou homenagem, em texto intitulado “Opção Evangélica fundamental pelos excluídos”, Oliveira (2002, p. 02) deixa claro um elemento fundamental de todo seu trabalho pastoral à frente da

³¹ Mesmo no final de seu mandato, em abril de 2000, conforme registra o Jornal Matriz, Dom Antonio estava atento às dificuldades por que passava a educação no Estado. Concretamente, nessa data intermediou o fim da greve dos professores da rede estadual de ensino. E foi claro a importância de sua participação nas negociações entre Neide Aparecida e Marconi Perillo, respectivamente presidente do SINTEGO o governador do Estado: “Tanto ela quanto Marconi Perillo fizeram questão de destacar que a participação de Dom Antônio [*sic*] foi muito importante para que se chegasse ao entendimento que pôs fim à greve que já durava 18 dias” (Matriz, 2000, p. 3).

Arquidiocese. Ao mesmo tempo, faz uma espécie de convocação para que todo o povo que ajudou a construir essa igreja, continue – com o novo bispo – caminhando no mesmo ritmo, não paralisando os trabalhos realizados até o momento, no seguimento de sua missão.

“A doação aos pobres, a opção evangélica pelos excluídos é o sinal que mostra ao Brasil a identidade da Igreja de Cristo. Não vamos parar nada do que fazemos, na pastoral e na evangelização. Mas, deixar de lado o serviço aos pobres seria um contratestemunho. A presença nossa nas periferias, a inserção da vida consagrada no meio dos pobres, a presença viva da Igreja nas Cebes, a partilha de alimentos e outras ajudas aos pobres por parte das Comunidades e paróquias do centro e dos bairros da cidade, as iniciativas do Instituto Dom Fernando, do CECOM por parte da SGC, o testemunho da Vila São Cottolengo e tantas obras com os pobres e pequeninos, é mais do que filantropia. É o seguimento de Jesus Cristo, hoje, em nossa Igreja particular. É um sinal pequeno, mas luminoso do Evangelho de nosso Senhor”.

3.3 Síntese e caracterização das ações proféticas de Dom Antonio

Supondo toda história da Arquidiocese de Goiânia, da sua pré-história à sua implantação, as ações pastorais e testemunho pessoal de Dom Fernando e sobretudo de Dom Antonio e, substancial e principalmente, todo referencial teórico deste trabalho, é que se busca esta síntese e caracterização das ações proféticas de Dom Antonio.

Toda ação de Dom Antonio, como Arcebispo, teve naturalmente sua fundamentação ou influências de idéias ou ideais à sua volta. Na condição de religioso católico e bispo, é óbvio que sua fundamentação foi teológica. Teve suas mediações, no caso, bíblicas e teológicas. No que se refere à primeira, buscou fazer na Arquidiocese o que se buscou fazer em uma infinidade de comunidades latino-americanas: uma nova leitura para uma nova liturgia,

comunitária, a partir da vivência da comunidade. Leitura que acontecia nas CEBs. Por isso a insistência de Dom Fernando e, posteriormente, de Dom Antonio, em manter uma rede de comunidades, em não criar paróquias, em criar conselhos democráticos. Fazia-se, da Bíblia, uma hermenêutica da libertação, tendo o povo como sujeito histórico – por isso, a insistência de ser o leigo protagonista.

Toda prática se fundamentava na certeza de que Deus tem um projeto para seu povo: uma sociedade igualitária, com autonomia produtiva, descentralização do poder e socialização do poder religioso, celebrando a vida e a história. O Êxodo foi referência basilar de toda essa certeza. No Êxodo, a libertação prometida por Deus para a libertação dos oprimidos. Na Arquidiocese, a distribuição de terras, lotes, o apoio aos movimentos, associações... populares, para a superação das injustiças humanas.

Pessoalmente, os profetas foram referências para animação pessoal. Motivados pela fé, denunciaram as injustiças, enfrentaram situações de crise. Buscaram a conversão do povo, mudanças social, defendem uma moralidade básica para toda sociedade. E dentre os profetas, Jesus que, mais do que profeta, é considerado pessoa de Deus em ação transformadora no mundo. Veio realizar o projeto do Pai: o de vida em abundância para todos; para isso, buscou libertar os oprimidos. E seguindo a Jesus, os primeiros cristãos partilhavam e buscavam viver na terra as promessas do Reino anunciado por Jesus Cristo. Foi também o que buscou incentivar Dom Antonio, valorizando a leitura bíblica nas comunidades, celebrando os profetas bíblicos e os latino-americanos, como Pe. Josimo, dentre vários. Deixando-se influenciar por Dom Hélder Câmara, Dom Paulo Evaristo Arns, Pedro Casaldáliga, Dom Romero – todos, estes, como profetas da Igreja latino-americana. O projeto de Deus anunciado por Jesus foi levado a sério por Dom Antonio. Com firmeza quis

influenciar – e influenciou – o meio político e social de Goiânia e região. E em sua fala era presença certa o nome “Jesus Cristo”, fundamento de todo seu pastoreio.

Sobre as mediações teológicas, é importante destacar o seguinte. O Concílio Ecumênico Vaticano II foi como que portas abertas para uma teologia latino-americana. Destacam-se aí certas dimensões da Igreja: a comunhão, a liturgia, a Palavra de Deus, o ecumenismo e macro-ecumenismo, a liberdade religiosa, a missão dos leigos. Em vez de sociedade perfeita, a Igreja é considerada sacramento universal de salvação, agindo no mundo para transformá-lo. Na Conferência Episcopal de Medellín, o comprometimento dos bispos, com clara e profética opção preferencial pelos pobres. Esse jeito de interpretar a Bíblia (a partir da realidade e experiências próprias de fé...) é o que caracterizou a TdL: a ação libertadora de Deus na humanidade. A partir dela, uma nova Cristologia e Eclesiologia. Um jeito próprio de ver e interpretar a vida e a mensagem de Jesus e sua comunidade concreta. Esse jeito de pensar a fé em Jesus, a fé de Jesus e sua mensagem atualizada trouxe, para a Arquidiocese, o seguinte: a implantação de um novo modelo de igreja, sendo construído a partir da realidade e dos caminhos apontados pela própria igreja latino-americana – porque o que se buscava implantar na Arquidiocese foi o mesmo, substancialmente, que se buscou para em El Salvador, na Nicarágua, em São Paulo, em São Félix do Araguaia... Uma conclusão definitiva: a realidade latino-americana é contrária ao plano de Deus, que é de comunhão e participação, indispensáveis para efetivar uma proposta concreta de ação, baseada na profética opção preferencial pelos pobres. Concretamente, Dom Antonio incentivou a todos a participarem das decisões importantes de sua Igreja Particular. Valorizou os leigos como protagonistas, descentralizando o poder da hierarquia clerical, criando comissões e conselhos. Fez da

colegialidade uma regra, valorizando os movimentos populares que lutam com e a favor dos oprimidos: índios, negros, lavradores, favelados, mulher. E fez questão de colocar a estrutura arquidiocesana em função desse plano... Assim, para transformar a realidade injusta em sinal do Reino, faz-se de comunhão e participação. Incentivou, insistentemente, as CEBs, expressão máxima de uma forma popular, participativa, dinâmica e místico-transformadora. Aqui se entende o porquê do interesse de Dom Antonio em continuar a obra de Dom Fernando. Era preciso continuar para manter a unidade comunitária, para libertar. E rezar, pessoal e comunitariamente, foi forma de cativar, manter e fazer crescer a espiritualidade de Dom Antonio, espiritualidade encarnada, que una fé e vida, que busca, no céu, sentido para suas ações na terra.

A ótica sociológica sobre a realidade latino-americana, arquidiocesana e sobre Dom Antonio, enfatiza, para início de reflexão, que os fenômenos sociais baseiam-se noutros fenômenos, não em justificativas de sobrenaturalidade. Vale-se aqui da síntese que buscou fazer Berger de Weber e Durkheim, para quem – para Berger –, a sociedade produz o homem e o homem produz a sociedade. Além dessa idéia básica, o conceito de religião, campo religioso, igreja e profeta devem ser subentendidos quando, aqui, referir-se a esses temas.

Religião é compreendida como grupo social estruturado, prático, que fala do céu e da terra, que depende de sua realidade concreta. Os conflitos da América Latina influenciaram toda a Igreja deste continente, levando-a a fazer o que fez, criar a TdL, por exemplo. A religião tem o interesse de inserir-se no mundo, para elaborar uma visão de mundo com seu trabalho de produção religiosa, é o que afirma Maduro. Para produção religiosa, é necessário uma pessoa, ou grupo, que encarne em atos e palavras os elementos capazes de

inaugurar um processo social de produção religiosa. Ademais, diz Bourdieu, a religião cumpre uma função social: dar respostas aos anseios humanos, espirituais e terrenos (Bourdieu). Uma religião busca “manter continuidade com sua história e manter a tradição, manter o discurso fundador, reproduzir sua organização, conservar seu poder e satisfazer as exigências de seus funcionários, adaptar-se às solicitações de seu heterogêneo público e utilizar racionalmente seus próprios recursos” (Maduro). As ações de Dom Antonio não aconteceram aleatoriamente. Foi preciso manter toda estrutura da Arquidiocese e ir adaptando-as às exigências do tempo, inserindo-se no mundo ampliando, reestruturando as comunidades, criando novas paróquias, fazendo crescer a SGC, particularmente a UCG. Dom Antonio foi a “pessoa”, e as lideranças da Arquidiocese foram o “grupo”, dos quais fala Maduro. Suas obras e crescimento indicam a eficiência de suas “produção”. A formação permanente das lideranças laicas e a defesa dos empobrecidos foram formas de “satisfazer as exigências de seus funcionários” e de dar respostas aos “anseios humanos”. Dar continuidade aos trabalhos de Dom Fernando foi necessário para que Dom Antonio desse continuidade à tradição de até então, bem como de manter o discurso fundador e a organização da instituição eclesial, mantendo-se também no poder. Usou racionalmente seus próprios recursos, porque a Arquidiocese cresceu, a SGC cresceu... e não cresceria se, em um sistema capitalista como o atual, não se fazer uma administração racional dos bens terrenos. Dom Antonio e a Arquidiocese fizeram, portanto, o que é comum a qualquer religião.

Campo religioso refere-se à autonomia para transformar, porque a religião tem interesse próprio. A sociedade é um grande poder organizado, formada com pequenos poderes. E a religião é um campo religioso com estrutura própria, importante para manter-se ativa no meio social (Bourdieu).

Internamente, nesse campo é que se dá a luta para a produção religiosa: o corpo sacerdotal é o detentor do monopólio do exercício do poder religioso. Sua função: satisfazer o interesse de seu público, para que a vida seja boa e longa (Bourdieu). E como conjunto estruturado do campo religioso e de poder legítimo, a Igreja, segundo Maduro, tem como estratégia não satisfazer interesse particular de seu público, mas o da tendência inerente à posição “objetiva” de monopólio que ele ocupa na estrutura do campo religioso. Inserida no meio da sociedade organizada, a Arquidiocese sempre teve interesse próprio, bem expresso em seus objetivos gerais. E enquanto parte, composição de um campo religioso, procurou também manter-se ativa no meio social, satisfazendo ao interesse de seu público com mensagens de esperança, de justiça e de paz, ou seja: para que todos tivessem vida em abundância, vida boa e longa.

Ainda sobre igreja, e ainda segundo Maduro, na direção da Arquidiocese Dom Antonio buscou o que toda igreja busca: conservar o monopólio já conquistado, conservar e ampliar seu monopólio público, reproduzir a estrutura fundamental do campo religioso em seu conjunto, mantendo a ordem estabelecida. Criou, para isso, mecanismos para preservar sua unidade e continuidade.

Sobre profeta e profecia, Maduro diz que podem ser também, além de pessoa, um grupo. O profeta inova, aglutina forças internas e “seguidores”, une o desunido, inclui seu público em seu discurso profético. O profeta pode mobilizar setores significativos da Igreja, age desinteressadamente e sua mensagem está além de um simples projeto político comum. A revelação profética pode ser exemplar ou ética e ele, o profeta, atrai para si discípulos ou alunos (Weber). Este também diz que o profeta tem atitudes concretas, surge em situações de conflitos, anuncia um outro mundo, contrário ao que julga

injusto. Maduro lembra também que o movimento profético age conforme as condições sociais e religiosas. Nesse sentido, a TdL é um movimento profético, porque fruto das condições sócio-históricas latino-americanas.

Ora, como já mencionado no decorrer desse trabalho, Dom Antonio agiu em sintonia com um certo “movimento eclesial” que existia em toda América Latina, sobretudo após a realização do Concílio e de suas conferências episcopais. Esse “movimento”, que “criou” – enquanto discurso sistemático da fé – e foi influenciado pela TdL, é o que Maduro chama de movimento profético, de grupo. Inserido nele, e lhe dando continuidade, Dom Antonio aglutinou forças, teve seus “seguidores” fiéis, como os que o defenderam com sua “Mensagem de Páscoa”. E criou também divisões, como os que o criticaram. Incluiu seu público em seu discurso com a idéia de comunhão e participação³². Teve atitudes proféticas – características do profeta exemplar – no testemunho pessoal de desapego, acompanhando uma comunidade financeiramente pobre, por exemplo; e defesas explícitas e veementes – características da profecia ética – em suas homilias, na defesa da justiça e da dignidade para com os empobrecidos, principalmente, mas também colocando as instituições da Arquidiocese a serviço desse ideal que defendia. E tudo isso foi possível porque sustentava-se em um movimento profética latino-americano, e nas condições sócio-históricas de seu tempo. Por isso continuou o trabalho de Dom Fernando, por isso preservou a unidade de toda estrutura eclesial. Se tomasse outro rumo – senão esse – bem provavelmente estaria

³² E as CEBs, nesse particular, foram o espaço privilegiado de comunhão e participação dos leigos. Sem a dependência direta do pároco, estruturavam e mantiam a vida da comunidade de forma mais próxima, participativa e democrática. Eram o espaço onde os leigos sentiam-se mais sujeitos de sua história.

destinado a não chegar onde chegou, a não construir o que construiu, a não ter muitas de suas ações caracterizadas como proféticas.

CONCLUSÃO

Dom Antonio nasceu, viveu, formou-se e fez-se Arcebispo da Arquidiocese de Goiânia em circunstâncias diversas, mas particulares. Foi influenciado pelo Concílio, pelas conferências episcopais latino-americanas e, proximamente, pelo seu antecessor e pela própria Arquidiocese de Goiânia, na sua história, tradição e estrutura. Como parte de uma Igreja particular, de um campo religioso que, por sua vez, é composição da religião, importante e determinante em uma sociedade, foi efetivando ações que podem ser chamadas proféticas.

Faz-se compreensível a opção de Dom Fernando e, posteriormente, a de Dom Antonio, ante à realidade dos empobrecidos da Arquidiocese, se se tem em vista o seguinte. A realidade da Arquidiocese fora um retrato da realidade de toda Igreja do Brasil, vítimas, os pobres deste, de uma histórica exploração econômico-social, em que a religião fora usada para isso. Mais ainda, a realidade da Arquidiocese é um retrato da realidade de toda América

Latina, cujos povos foram vítimas das mesmas explorações: colonizações, extrações arbitrária de seus recursos naturais, escravização dos povos indígenas e dos negros etc.

O povoamento das regiões de mata virgem e povos indígenas desconhecidos foi gradativo e lento, com explosão demográfica e êxodo rural repentinos. E tão logo veio o inchaço das grandes cidades que, veio também o número crescente de pobres em suas periferias. Como muitos outros bispos do Brasil e da América Latina, Dom Fernando estruturou a Arquidiocese sob essas condições, definindo a linha libertadora de sua pastoral.

Dom Antonio não só continuou o trabalho de Dom Fernando, mas continuou de um jeito próprio, em tempos indiscutivelmente diferentes. É certo e comum ouvir das diferenças entre esses dois arcebispos. O primeiro era de temperamento mais explosivo, grande idealista e de posturas firmes – talvez não por acaso, foi o Arcebispo certo para o momento da Ditadura Militar, que exigir postura firme, decidida, até com certa dureza de temperamento que, às vezes, excedia. Dom Antonio, que no período da ditadura era, segundo ele (e outros) mesmo afirma, um bispo de conciliação, o que ia conversar com os militares e políticos em nome da Igreja; pareceu também ser o bispo certo para o momento certo. Iniciou seu ministério de Arcebispo no fim da ditadura. Foi duro e persistente quando precisou, como na Mensagem de Páscoa, criticando duramente o Governo Collor e outros políticos em suas homilias. Mas soube também dialogar, conciliar, articular a pastoral, fazer crescer as instituições da Arquidiocese, trabalhando em prol da dignidade cidadã dos empobrecidos – habilidades essas que, talvez, Dom Fernando não teria, pelo menos com tanta maleabilidade e diálogo.

No cenário eclesial nacional a Arquidiocese, sob a coordenação de Dom Antonio, teve a sua importância sócio-transformadora, ao lado da Diocese de

Goiás, com Dom Tomás Balduino; da Prelazia de São Félix do Araguaia, com Dom Pedro Casaldáliga; da Diocese de Olinda-Recife e São Paulo, ao lado de Dom Hélder Câmara e Dom Paulo Evaristo Arns, respectivamente. Para esses e tantos outros bispos, do Brasil e da América Latina, naturalmente, as mediações bíblico-teológicas foram determinantes. A TdL, que possibilitou um outro olhar sobre Jesus Cristo e, a partir daí, a construção de um novo modelo de Igreja, foi a mesma fonte para toda essa Igreja chamada libertadora. Libertadora porque unia fé e vida, porque fazia do leigo um participante ativo na vida da comunidade, e porque o incentiva à transformação do mundo de injustiça em um mundo mais humano e fraterno. E as CEBs, espaço de menos poder centralizado e mais comunhão e participação, foi de fato a expressão máxima de uma forma popular, participativa, dinâmica e místico-transformadora.

A ótica sociológica que segue a teológica alonga, aprofunda o referencial teórico deste trabalho. Toda reflexão primeira, a teológica, pode ser, sem forçar a inteligência, tranquilamente compreendida a partir dos conceitos básicos de religião, campo religioso, Igreja e profeta. A Arquidiocese é parte da Igreja Católica, que é parte de um campo religioso, que é, por sua vez, parte da religião. Esta, como clássicos afirmam, é fundamental para a sociedade. É também, a religião, um grupo social estruturado que precisa, como qualquer outro grupo, valer-se de métodos e convenções – sem entrar, aqui e agora, no valor moral dessas conversões – para se manter no poder e para expandir-se. Está inserida no mundo e não é mágica – no sentido de fazer as coisas aleatoriamente. Mas é, como poucos fazem, um grupo que aponta caminho aos sem caminhos, que busca incluir os excluídos, que dá esperança aos desesperançados.

Dom Antonio buscou fazer isso, como já dito, de um jeito particular: não foi uma cópia de seu antecessor. Teve postura e critérios nas horas de decisão. Formou um grupo de sustentação ao seu derredor, foi acompanhando as transformações sócio-históricas e eclesiais, deixou-se ser ajudado pelos seus, sem perder o objetivo maior: ser fiel ao projeto de Jesus Cristo (ao discurso fundador), de “vida em abundância para todos”. Dom Antonio soube valer-se da força do movimento profético que estava para além da Arquidiocese, quando apoiou o Intereclesial das CEBs, de Trindade, quando apoiou os sem-teto do futuro Jardim Dom Fernando, quando expandiu as instituições que coordenava, colocando-as a serviço dos empobrecidos, como o Instituto Dom Fernando e o CECOM. Foram essas ações que foram lhe dando prestígio junto ao movimento profético e seus seguidores. Seus discursos, proféticos, contrariaram o poder eclesiástico, sim, porque foi um dos sustentadores do movimento profético latino-americano, e este tem como representante a TdL, e esta foi advertida pelo próprio Papa João Paulo II.

Por fim, ações de Dom Antonio Ribeiro de Oliveira, enquanto arcebispo metropolitano da Arquidiocese de Goiânia, podem ser consideradas proféticas, valendo-se do conteúdo teórico trabalhado nesta dissertação. As condições sócio-históricas e eclesiais – além de outras – constroem o homem, e este constrói, dá sentido e direção particulares à sociedade. Com essa referência teórica sociológica bem convincente, dá-se por concluído este trabalho, certo de que Dom Antonio, fruto de seus condicionamentos, foi sujeito de ações proféticas que, como tais, ajudaram na justa e solidária construção da sociedade.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, José Eduardo. Pastor sensível ao sofrimento das pessoas. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, ano XLV, n. 3, p. 60/1, 2002.
- ALVES, Frei José Fernandes. *Entrevista*. Cidade de Goiás: 25 de out. 2006.
- AMADO, Wolmir. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, ano XXX, ns. 4, 5 e 6, p. 126, 1990.
- AMORIM, Laura Francisca de. *Entrevista*. Goiânia: 21 de out. de 2006.
- AMSLER, S. *et alii*. *Os profetas e os livros proféticos*. Tradução de Benôni Lemos. São Paulo: Paulinas, 1992.
- ANDRADE, Maria de Fátima Ribeiro. *Entrevista*. Goiania, 21 de out. de 2006.
- ARNS, Dom Paulo Evaristo. Lembranças que se perpetuam. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, ano XLV, n. 3, p. 106, 2002.
- ASSIS, Teresinha Pontes de. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, ano XXX, ns. 4, 5 e 6, p. 124, 1990.

ÁVILA, Fernando Bastos de. Pequena enciclopédia de Doutrina Social da Igreja. Luxo. São Paulo: Edições Loyola, 1991.

BERGER, Peter L. *O Dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião*. Tradução de José Carlos Barcellos. 4ª ed. São Paulo: Paulus, 2005.

BERNARDINO, Dom Angélico Sândalo. *Dom Antonio: irmão na colegialidade episcopal*. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, ano XLV, n. 3, p. 111, 2002.

BÍBLIA DE JERUSALÉM. São Paulo: Paulinas, 1985.

BOBBIO, Norberto; PASQUINO, Gianfranco. *Relações internacionais*. 4. ed. Tradução de Carmen C. Varriale *et alli*. *Dicionário de Política*. Brasília: Edunb, 1992.

BOFF, Clodovis. Igreja, reino de Deus e CEBs. *In: BEOZZO, José Oscar (org.) Curso de verão*. 3. ed. São Paulo: Paulinas, 1988.

BOFF, Clodovis. Teologia e Prática. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, v. 36, fasc. 144, p. 789-810, dez. de 1976.

BOFF, Clodovis *et alii*. *As comunidades de base em questão*. São Paulo: Paulinas, 1997.

BOFF, Leonardo. *Jesus Cristo libertador*. 8. ed. Petrópolis, Vozes, 1980.

BORGES, Pacheco. *O que é história*. 15. ed. São Paulo: Brasiliense, 1980.

BOUDON, Raymond; BOURRICAUD, François. *Carisma*. *Dicionário de Sociologia*. 2. ed. São Paulo: Ática, 2001.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. Tradução de Sergio Miceli *et alii*. São Paulo: Perspectiva, 2005.

BRAGANÇA, José Maria de. *Entrevista*, Goiânia: 25 de out. de 2006.

CASALDÁLIGA, Pedro. Um pastor solícito e acolhedor. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, ano XLV, n. 3, p. 108, 2002.

CASALDÁLIGA, Pedro. *Nossa espiritualidade*. 2. ed. São Paulo: Paulus, 1998.

- CASALDÁLIGA, Pedro; VIGIL, José Maria. *Espiritualidade da Libertação*. Tradução de Jaime A. Clasen, 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.
- CHAER, Ir. Laura. *Dom Fernando Gomes dos Santos: memória e profecia*. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, ano XXXVI, v. 2, p. 41, 1995.
- CODINA, Víctor. *Para compreender a Eclésiologia a partir da América Latina*. Tradução de Célia Maria L. C. Genovez. São Paulo: Paulinas, 1993.
- COELHO, José. Protetor dos pobres. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, ano XXXVI, v. 2, p. 74, 1995.
- COMPÊNDIO DO VATICANO II. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 1991.
- COMUNHÃO E PARTICIPAÇÃO. Dom Antonio: para que todos sejam um. Goiânia, ano XVI, n. 161, p. 1, (encarte especial), jun. de 2006.
- CONCLUSÕES DA CONFERÊNCIA DE PUEBLA. 2. ed. São Paulo: Paulinas, 1971.
- CONCLUSÕES DE MEDELLÍN. 5. ed. São Paulo: Paulinas, 1984.
- CROATTO, José Severino. *Êxodo: uma hermenêutica da liberdade*. Tradução de J. Américo de Assis Coutinho. São Paulo: Paulinas, 1981.
- CRUZ, Dom Washington. *Dom Antonio: bispo de coração aberto*. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, ano XLV, n. 3, p. 104, 2002.
- _____. Os 80 anos de Dom Antonio Ribeiro de Oliveira. *Informativo Santuário de Trindade*, Trindade, ano IV, n. 30, jun./jul. 2006, p. 06.
- CURADO, S. Fleury. *Memórias históricas*. 2ª edição. Goiânia: Revista dos Tribunais, 1989.
- DIAS, Maria José. Ardor missionário. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, ano XXXVI, v. 2, p. 74, 1995.
- DIOCESE DE GOIÁS. Diretório Diocesano. Cidade de Goiás, 2003.

DURKHEIM, Émile. *As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália*. Tradução de Paulo Neves. 1ª ed. (3ª tiragem). São Paulo: Martins Fontes, 1996.

DUARTE, Terezinha. *Se as paredes da catedral falassem: a Arquidiocese de Goiânia e o Regime militar (1968-1985)*. Goiânia: editora da UCG, 2003.

FABRIS, Rinaldo. *A opção pelos pobres na Bíblia*. Tradução de Benôni Lemos. São Paulo: Paulinas, 1991.

FARIA, Geraldo. *Fernando Gomes dos Santos: sábio, pastor e contador de histórias*. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, ano XXXVI, v. 2, p. 75, 1995.

FERNANDES, José. *Entrevista*. Cidade de Goiás: s/l, julho de 2006.

FERNANDES, Maria Antonieta Ramos Jubé. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, ano XXX, ns. 4, 5 e 6, p. 126, 1990.

FERRAROTTI, Franco. *et alii*. *Sociologia da religião*. Tradução de Bertilo Brod. São Paulo: Ed. Paulinas, 1990.

FLEURY, Mons. Nelson Rafael. *Três pastores, uma só Igreja*. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, ano XLV, n. 3, p. 9, 2002.

_____. *Três pastores, uma só Igreja*. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, ano XLV, n. 3, p. 11, 2002.

_____. *Três pastores, uma só Igreja*. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, ano XLV, n. 3, p. 10, 2002.

FLORES, Pe. Jesus. *Dom Fernando Gomes dos Santos*. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, ano XXXVI, v. 2, p. 75, 1995.

GOMES, Antônio. *O Divino Pai Eterno e o Santuário de Trindade: a origem da romaria, a fé dos devotos e as graças alcançadas*. Brasília: Centro de Pastoral Popular, 2005.

GONZAGA, Agnaldo Divino. *Anel de tucum: a missão evangelizadora de Pedro Casaldáliga, bispo da Prelazia de São Félix do Araguaia (MT)*. Dissertação

(mestrado em ciências da religião) – Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2005.

_____. *Entrevista*. Itaguari: 01 de fevereiro de 2007.

GUILHERMINA, Irmã. Após 10 ano... *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, ano XXXVI, v. 2, p. 77, 1995.

GUTIÉRREZ, Gustavo. *Teologia da Libertação*. 6. ed. Tradição de Jorge Soares. Petrópolis: Vozes, 1986.

HOUTART, François. *Religião e modos de produção capitalista*. São Paulo: Ed. Paulinas, 1982.

JESUS, Maria da Penha de. *Entrevista*. Goiânia, 21 de outubro de 2006.

JACÓB, Amir Salomão. *A Santíssima Trindade do Barro Preto: história da romaria de Trindade*. Goiânia: Redentorista, 2000.

LIMA, Maria Nazareth de Santana. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, ano XXX, ns. 4, 5 e 6, p. 125, 1990.

MADURO, Otto. *Religião e luta de classes*. Tradução de Clarêncio Neotti e Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1981.

MATRIZ. Dom Antonio intermídia fim da greve. *Jornal Matriz*, Goiânia, abril de 2000, p. 3.

MENDONÇA, José Francisco. *Entrevista*. Goiânia, s/l, setembro de 2006.

MESTERS, Frei Carlos. *Um projeto de Deus: a presença de Deus no meio do povo oprimido*. 3. ed. São Paulo: Paulinas, 1989.

MITCHELL, G. Duncan. Carisma; rotinização do carisma. *Novo dicionário de sociologia*. Porto-Portugal: Rés-Editora, sd.

MOURA, Marlene Ossami de. Memória viva. *Comunhão e Participação*, Goiânia, ano XVI, n. 161, p. 3, 2006.

OLIVEIRA, Dom Antonio Ribeiro. Dom Fernando, Pai e Pastor da nossa Igreja. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, ano XXXVI, v. 2, p. 12, 1995.

OLIVEIRA, Dom Antônio Ribeiro. Entrevista. Inhumas: 17 de novembro de 2006.

_____. *Entrevista*. Inhumas: 20 de agosto de 2006.

_____. Opção Evangélica fundamental pelos excluídos. *Jornal Matriz*, Goiânia, maio de 2002, p. 2.

_____. *Santíssima Trindade, a mais perfeita comunidade*: homilia de Dom Antonio ribeiro de Oliveira, arcebispo de Goiânia, na missa de encerramento da novena do Divino Pai Eterno, em Trindade, a 4-6-1999. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, ano XLII, n. 4, p. 4/5, 1999.

_____. Sozinho ninguém é igreja. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, ano XLV, n. 3, p. 23, 2002.

OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro de. *Reforçando a Rede de uma Igreja Missionária: avaliação pastoral da Prelazia de São Félix do Araguaia*. São Paulo: Paulinas, 1997.

PALACÍN, Luís e MORAES, Maria Augusta de Sant'ana. *História de Goiás (1722-1972)*. 5ª edição. Goiânia: Editora da UCG, 1989.

PESSOA, Jadir de Moraes. *Saberes em festa: gestos de ensinar e aprender na cultura popular*. Goiânia: Editora da UCG e Kelps, 2005.

PLANO DE PASTORAL E ORIENTAÇÕES PASTORAIS. *Igreja de Goiânia: luzes para a Evangelização*. 2001.

JACÓB, Amir Salomão. *A Santíssima Trindade do Barro Preto: história da romaria de Trindade*. Goiânia: Redentorista, 2000).

MARIA, José Pereira de. Dom Fernando vive entre nós. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, ano XXXVI, v. 2, p. 6, 1995.

REVISTA DA ARQUIDIOCESE. Goiânia, ano XLV, n. 3, p. 12, 2002.

_____. Goiânia, ano XLV, n. 3, p. 13, 2002.

_____. Goiânia, ano XLV, n. 4, 2002b.

_____. Goiânia, ano XLV, n. 4, p. 5, 2002.

_____. Goiânia, ano XLV, n. 3, p. 13/14, 2002.

RICHARD, Pablo. Leitura popular da Bíblia na América Latina. *Revista de Interpretação Bíblica Latino-Americana*. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Metodista; São Leopoldo: Sinodal, n. 1, p. 8-25, 1988.

RODRIGUES, João Pereira. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, ano XXX, ns. 4, 5 e 6, p. 129, 1990.

SANINT-HILAIRE, August de. Viagem à província de Goiás. Tradução de Regina Regis Junqueira. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1975.

SANTO DOMINGO. 2. ed. São Paulo: Paulinas, 1992.

SANTOS, Fernando Gomes dos. Testamento. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, ano XXXVI, v. 2, p. 9, 1995.

SCHWANTES, Milton. Jacó é pequeno (visões em Amós 7-9). *Revista de Interpretação Bíblica Latino-Americana*. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Metodista; São Leopoldo: Sinodal, n. 1, p. 81-92, 1988.

SEGUNDO, Juan Luis. *Libertação da Teologia*. Tradução de Benno Brod. São Paulo: Loyola, 1978.

SICRE, José Luis. *Introdução ao antigo testamento*. Tradução de Wagner de Oliveira Brandão. Petrópolis: Vozes, 1995.

SILVA, José Trindade da Fonseca e. *Lugares e pessoas: subsídios eclesiásticos para a história de Goiás*. (I volume). São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1948.

SOUSA, Pe. João Cardoso de. 1894 – Os redentoristas em Goiás – 1964: Trindade é o ponto inicial da história dos redentoristas em Goiás. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, ano VII, v. 10, 11 e 12, p. 386, 1964.

SOUZA, Antônio Rodrigues de. *Entrevista*: Goiânia, 04 de nov. de 2006.

SOUZA, Rosângela de Castro e. *Entrevista*: Goiânia, 18 de dez. de 2006.

TELES, José Mendonça. *Chão goiano: história e estudos literários*. Goiânia: Editora UCG, 1999.

VICENTE, José. *Entrevista*. Inhumas: s/l, agosto de 2006.

WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. 3. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 2000.

WERNET, Augustin. *Os redentoristas no Brasil*. Aparecida: Santuário, 1995.